

filantropia & gestão social

Administração

Como o uso da tecnologia pode beneficiar a gestão das organizações sociais

Especial

Situação da água e do saneamento básico no mundo ainda é preocupante

DataFilantropia

Conheça as empresas consideradas modelos de responsabilidade social

Brasil – Edição 46 – Mai./Jun. – 2010



CAUSAS DIFÍCEIS

Como superar os obstáculos para captar recursos e parceiros para causas diferentes, controversas ou polêmicas

-Atleta brasileiro transmite valores, éticos e morais e promove o desenvolvimento profissional de jovens por meio do esporte

Entrevista
Lars Graef



Treinamentos em Gestão Social

São Paulo-SP

16 de junho

Fontes de financiamento e as bases de dados para uma boa captação de recursos

Marcelo Estraviz

18 de junho

Organizações ambientais: desenvolvimento institucional e captação de recursos

Daniilo Brandani Tiisel, Michel Freller

24 de junho

Rotinas de um captador de recursos – uma agenda que virou livro

Marcelo Estraviz

22 e 23 de julho

Jogos e dinâmicas para educadores e Multiplicadores sociais

Solange Matilde Silva

Brasília

14 de junho

Elaboração de Projetos e a Captação de Recursos - Curso Intensivo Itinerante

Ricardo Falcão

Belém-PA

1º de julho

Comunicando e captando recursos no Terceiro Setor - Curso Intensivo Itinerante

Marcelo Estraviz, Marcio Zeppelini

Atibaia-SP

09 a 13 de agosto

Imersão em Captação e Mobilização de Recursos - 4ª Turma

Marcelo Estraviz, Michel Freller, Carol Zanoti, Marcio Zeppelini

Recife-PE

1, 2 e 3 de setembro

Festival Latino-Americano de Captação de Recursos 2010



diálogo
social

Inscrições e informações

www.dialogosocial.com.br

(11) 2281-9643

dialogo@dialogosocial.com.br

Apoio:

REVISTA
filantropia
& gestão social

Editorial

A vida feita em marcos

Desde os primórdios da humanidade civilizada, ditamos nossas vidas a partir de marcos históricos: "antes de eu casar", "depois que meu irmão saiu de casa", "quando fulano era vivo". Cada grande fato em nossas vidas faz com que nossa história passe a ser outra, como se o mundo desse uma volta a mais naquele momento, cravando um ponto em nossa linha cronológica.

A divisão da vida em pequenos e grandes marcos é objeto de estudo de diversas áreas comportamentais e, inclusive, é cerne de algumas ferramentas administrativas de planejamento, como o logical framework, que propicia a organização de tarefas a partir de marcos originados por diagnósticos.

Os mártires também são marcos da história de uma organização e de um país, e ações são tomadas após pessoas perderem a cabeça. Sem qualquer alusão a Tiradentes, mas o fato é que os líderes (seja de um país ou de uma pequena ONG) só percebem que algo está errado quando pessoas perdem seu posto (no exercício da profissão... ou da vida!). Observar holisticamente o funcionamento orgânico de uma instituição não requer simplesmente "olhos de águia", mas uma percepção intuitiva, prevenindo (e prevenindo) alguma consequência mais drástica.

Metas cumpridas também são marcos que regulam o desenvolvimento de uma pessoa ou de uma organização e são excelente termômetro para verificar o quanto estamos ou não na trajetória que imaginávamos. E até mesmo esses marcos fazem "o mundo dar umas voltinhas a mais".

No entanto, vale refletir se esse tipo de marco não nos propicia uma acomodação de estado que neutraliza ou até extingue ações para que a transformação ocorra. Por exemplo: "Se eu tivesse carro, passearia com meus filhos"; ou "quando minha ONG receber aquela verba X, passarei a incentivar meus voluntários de forma enérgica". Percebam que é bem diferente do que dizer: "puxa... depois que comprei meu carro, passei a passear sempre com meus filhos".

Quase de forma imperativa, condicionamos ações que podem ser feitas hoje como "desculpa" para não sair do lugar, e o que deveria ser consequência passa a ser condição sine qua non.

Metas estabelecem mudanças desejadas

Marcos estabelecem mudanças não necessariamente previstas

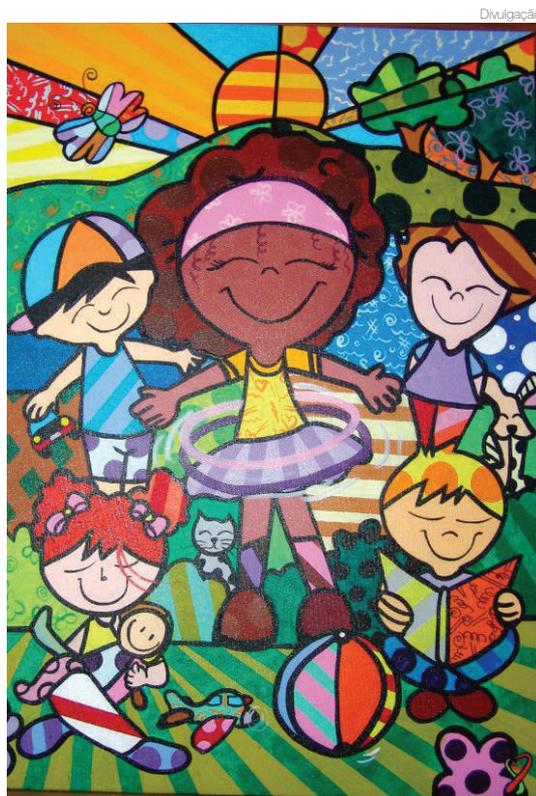
Portanto, antes de frasearmos "se fosse assim" ou "quando for assim", procure antes perguntar "por que ainda não é assim?"

Percebam se em suas metas pessoais ou organizacionais não há algum "se" que limita o alcance de tal objetivo. E elimine-o! Crie rotas alternativas para chegar ao mesmo lugar, lembrando-se sempre que o **ótimo**, muitas vezes, torna-se inimigo número um do **bom**.

2010 é um ano de diversos marcos para a minha história pessoal e para a história da Zeppelini. Mas garanto que a maior parte deles se deu ou se dará por **metas cumpridas**. Quem acompanha a mim ou as ações da Zeppelini e da Revista Filantropia já viram algumas novidades. E garanto: elas só começaram!

Boa leitura.

Marcio Zeppelini
marcio@zeppelini.com.br



Quadro "Brincadeira de Criança" produzido por artistas da Associação Cultural Pintura Solidária

Não basta fazer o bem, é preciso fazer bem feito.
Aprimore-se lendo a **Revista Filantropia**.

Idealizadores



www.economica.com.br



www.sergiomonello.com.br



www.zeppelini.com.br

Parceiros Institucionais



www.revistafilantropia.com.br

Sumário



04

Entrevista

Lars Grael

Medalhista olímpico criou projeto social para ensinar jovens a velejar e, ao mesmo tempo, qualificá-los profissionalmente



16

Captação de Recursos

Desafios

Desenvolvimento do Terceiro Setor no Brasil abre espaço para novas oportunidades de captação de recursos



36

Capa

Causas difíceis

Organizações que tratam de assuntos delicados, controversos e polêmicos devem encontrar alternativas na hora de captar recursos e firmar parcerias



42

Especial

Pense Água

ONU alerta sobre a má qualidade da água e a consequência da falta de saneamento básico para a população

Acontece	08	Responsabilidade Social	48
Ponto de Vista	14	Case Empresarial	53
Contabilidade	20	DataFilantropia	56
Voluntariado	23	Serviços	58
Administração	26	Geração de Renda	62
Legislação	30	Reflexão	64
Sustentabilidade	44		



Redação: imprensa@revistafilantropia.com.br

Publicidade: filantropia@revistafilantropia.com.br

Assinaturas: assinaturas@revistafilantropia.com.br

Tel. (11) 2978-6686



Zeppelini Editorial Ltda.
Rua Doutor César, 530, cj. 1.308
CEP 02013-002
São Paulo/SP – Brasil
PABX (11) 2978-6686

Editor-chefe
Marcio Zeppelini (MTB 43.722/SP)
Coordenação de Gestão Social
Thaís Iannarelli (MTB 46.415/SP)
Gestão Social
Ana Luisa Moraes do Nascimento
Juliana Fernandes
Rogério Ramos Costa
Vinicius Alcântara Dias
Administração
Mauro Zeppelini
Stefany Herrán Martins
Comercial
Hilton Rocha da Justa
Ricardo Peternella de Souza
Atendimento
Carolina Brascioli
Raquel Siqueira Gomes
Colaboradores
Luciano Guimarães
Paula Craveiro
Valeuska de Vassim

Coordenação de Arte
Adriano Aguina
Assistente de Arte
Rafael Sarto
Diagramação
Cristiane Gonçalves Cabral
Karine dos Santos Barbosa
Ruben Moreira da Silva
Vinicius Pinheiro Mendes
Viviane Siqueira Vilela
Controle Editorial
Janaina Beltrame dos Santos
Coordenação de Revisão
Viviane Rodrigues
Revisão
Ana Maria Tomasevicius
Melina Marin de Castro
Thamara Chrystina de Andrade

Conselho editorial deliberativo
Marcelo Monello
Marcio Zeppelini
Marcos Biasoli
Mauro Zeppelini
Ricardo Monello

Conselho editorial de pauta
Anísia Sukadolnik
Antonio Brito
Custódio Pereira
Eduardo Sabo
Felipe Mello
Fernando Credidio
Livio Giosa
Marcelo Estraviz
Milú Villela
Roberto Ravagnani
Synésio Batista da Costa

Os artigos assinados são de responsabilidade do autor, não caracterizando necessariamente a filosofia da revista. Direitos autorais reservados à Zeppelini Editorial Ltda. A publicação de parte ou íntegra de qualquer texto desta revista em outra mídia impressa, eletrônica ou qualquer outro meio só será permitida mediante autorização por escrito da editora.



UMA BOA HISTÓRIA MOBILIZA



É preciso saber vender seu peixe.

Uma história bem contada pode atrair muitos recursos para uma organização. Por isso, queremos conhecer a sua! Envie um relato de até 5.000 caracteres sobre experiências de captação de recursos na sua organização. As cinco melhores ganharão prêmios e serão publicadas na Revista Filantropia

★ ★ ★ ★ ★

PRÊMIO10

HISTÓRIA QUE MOBILIZA

Inscrições até dia **10 de julho** pelo site www.revistafilantropia.com.br

Iniciativa:





Esport

Por Thaís Iannarelli

Atleta brasileiro reconhecido internacionalmente, Lars Grael começou a velejar cedo no Rio de Janeiro graças à sua família, que já era apaixonada pela vela. Ao mudar-se para Niterói, tornou-se proeiro (tripulante localizado à proa da embarcação) de seu irmão, Torben, na classe Snipe. Assim, conquistaram os títulos de bicampeões brasileiros e campeões mundiais. Mais tarde, com o catamarã olímpico, Lars conquistou diversas medalhas: além das duas de bronze – uma em Seoul, em 1988; e outra em Atlanta, em 1996 –, foi pentacampeão sul-americano e dez vezes campeão brasileiro. Também representou o país nos Jogos Olímpicos de Los Angeles, em 1984, e em Barcelona, em 1992. Em 2009, 11 anos após ter sofrido um acidente que causou a amputação de sua perna direita, Lars voltou a integrar a Equipe Permanente de Vela Olímpica e a competir nas classes Star e Oceano.

Além do esporte, Lars também se envolveu com a política, fazendo parte do Instituto de Desenvolvimento do Desporto (Indesp), uma autarquia ligada ao então Ministério do Esporte e Turismo. Depois, a convite do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, ocupou o cargo de secretário nacional de Esportes no governo FHC. Em 2006, assumiu a Secretaria Estadual da Juventude, Esporte e Lazer em São Paulo.

Como conselheiro do Instituto Rumo Náutico, criado em 2000, Lars e outros membros de sua família colocam em prática a atuação social ensinando sua paixão: o esporte.

te e cidadania

Atleta utiliza a vela como instrumento de formação e desenvolvimento profissional de jovens

Revista Filantropia: *Como surgiu a ideia de criar o Projeto Grael, atual Instituto Rumo Náutico?*

Lars Grael: Sempre tivemos a sensibilidade social e nunca aceitamos que a vela, que é um esporte popular em vários países, fosse considerado de elite no Brasil. Buscávamos formas de democratizar o acesso à prática da vela. Então concebemos o Projeto Grael, que visava a levar o esporte para jovens da rede pública de ensino e de comunidades carentes de Niterói. Aprendemos muito com o projeto. No começo, era só uma escolinha de vela. Depois, ensinamos os jovens a nadar e entramos no campo da educação ambiental. Hoje, já com o nome Instituto Rumo Náutico, já atendemos mais de 9 mil jovens. Passamos também a pensar no ensino técnico profissionalizante, ou seja, muito mais do que a perspectiva de formar um velejador de profissão é formar um jovem com consciência ambiental, com cultura náutica, capacitado para o mercado que, hoje, é promissor, crescente e carece de muita mão de obra especializada.

RF: *Quantas crianças e jovens são atendidos pelo projeto?*

LG: Nesse momento atendemos aproximadamente 450 jovens em Niterói e cerca de 200 em Maricá, município do Rio de Janeiro. Estamos expandindo a área de atuação. Temos a perspectiva de implantar núcleos em cidades do Rio Grande do Sul, no Guarujá, em São Paulo, em Paraty e Piraí, no Rio de Janeiro. Porém, nossa sede é mesmo em Niterói, onde conseguimos manter a base pedagógica, educacional, esportiva e ambiental.

RF: *Qual é a importância do esporte para o desenvolvimento pessoal dos jovens?*

LG: O esporte forma o caráter levando valores físicos, éticos, morais, assim como a disciplina, o respeito às regras e ao meio ambiente. Ensina o jovem a ser competitivo, mas também o ensina a lidar com a derrota e a aprender com ela. Além disso, abre essa perspectiva profissional muito importante, ainda mais para um país

Muito mais do que a perspectiva de formar um velejador de profissão é formar um jovem com consciência ambiental, com cultura náutica, capacitado para o mercado



que vai vivenciar, em um curto espaço de tempo, Jogos Mundiais Militares, Copa do Mundo e Jogos Olímpicos, que é o principal evento.

RF: Quais são os resultados positivos alcançados pelo projeto?

LG: São muitos. Temos árbitros internacionais que são jovens oriundos do Projeto Grael, há jovens que concluíram o ensino superior, árbitros de regata, marinheiros de convés, comandantes de lancha, outros trabalham em estaleiros, na frota pesqueira, ou já têm títulos nacionais de vela. O Projeto Grael também inspirou o Projeto Navegar, que pude implantar quando fui secretário nacional de Esporte, de 1999 a 2002. Parte desses núcleos ainda atua pelo Ministério do Esporte.

RF: Qual é a sua opinião sobre a atuação conjunta dos três setores da economia?

LG: Acho que é muito importante, porque de um lado a iniciativa privada coloca dinheiro e acredita em projetos que têm credibilidade. O Terceiro Setor precisa se organizar, ter uma administração profissional e absolutamente transparente. O governo, sobretudo, é um grande apoiador quando participa com os incentivos fiscais, por exemplo.

RF: Como você vê a área social no Brasil hoje?

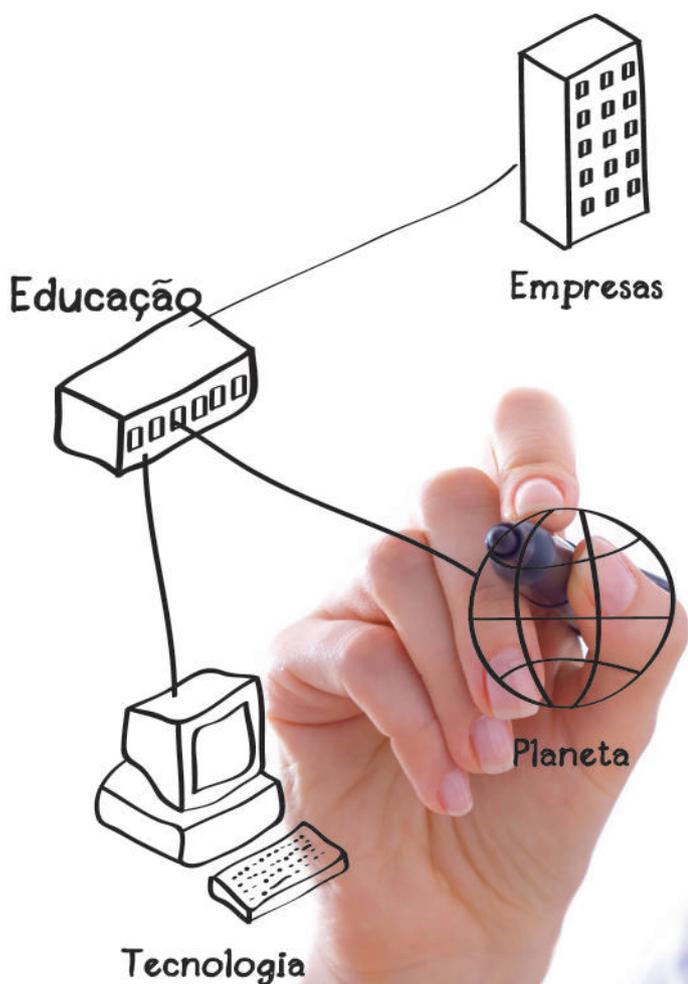
LG: Acho que no país como um todo mudou muito. O Brasil saiu de um modelo meramente assistencialista, e

isso veio de uma articulação do Terceiro Setor. Acho que uma das precursoras para isso foi a ex-primeira dama, Ruth Cardoso. Ainda temos dificuldade em separar a boa filantropia da “má” filantropia, mas no esporte conheço vários exemplos de projetos bem-sucedidos de atletas olímpicos ou paraolímpicos que dedicam parte de sua vida à ação social. O esporte é um instrumento poderoso de inclusão social, de valorização da juventude e perspectiva de ascensão social e profissional. O Terceiro Setor tem esse papel, porque o governo não consegue fazer isso sozinho com programas governamentais. Eles muitas vezes são interrompidos pelas mudanças governamentais, então são descontinuados. Nós, no Rumo Náutico, conseguimos sobreviver, e hoje temos prêmios internacionais, somos reconhecidos pela International Sailing Federation (Federação Internacional da Vela).

RF: Como os atletas podem servir de modelo para as crianças e jovens do país?

LG: Nós levamos exemplo, representamos uma influência forte na juventude, somos formadores de opinião. Então, essa responsabilidade é grande. Qualquer deslize ou erro pode influenciar negativamente. Uma ação positiva, sobretudo levando nosso exemplo tático, conhecimento técnico, com uma bagagem socioeducacional, pode impactar muito, ou seja, é a sociedade se organizando, articulando com a iniciativa privada, com o governo, para fazer a nossa parte para construir um país melhor. 

Inovar e empreender é compromisso
da educação para com o futuro.



Congresso Nacional de Educação Católica **2010**
Educação, Inovação e Empreendedorismo Global



21 a 23 de julho

Centro de Convenções Ulysses Guimarães - Brasília/DF

INSCRIÇÕES ONLINE

www.anec.org.br/congressoanec



Patrocínio Master



Patrocínio





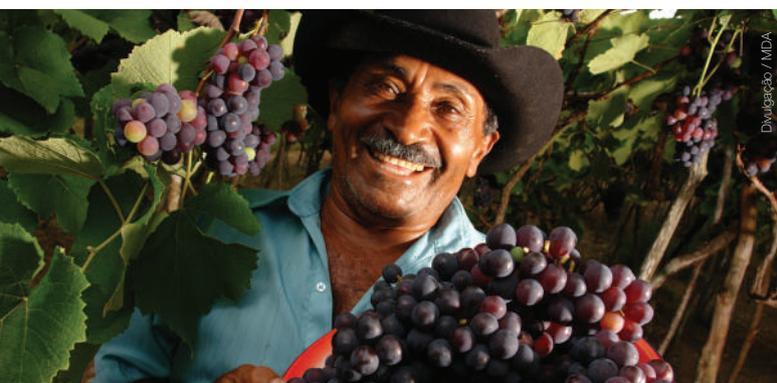
Patrus Ananias e Márcia Lopes, nova ministra do Desenvolvimento Social



Peça publicitária da campanha *Camisinha, um direito seu*



A diretora-executiva do Programa Alimentar Mundial entrega o prêmio ao presidente



Participante de programa de agroindústria familiar

Márcia Lopes é a nova ministra do MDS

“Patrus Ananias conseguiu notabilizar o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome”, afirmou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao elogiar o trabalho do ex-ministro à frente da pasta, em Brasília, durante solenidade de posse em 31 de março. Ananias deixou o governo em função de prazos eleitorais. A nova ministra, a assistente social Márcia Lopes, volta ao MDS, no qual ocupou os cargos de secretária-executiva e secretária nacional de Assistência Social por quatro anos. Por duas gestões, Márcia foi membro do Conselho Estadual de Assistência Social do Estado, onde exerceu também a vice-presidência. Foi conselheira nacional de Assistência Social e dos Direitos da Criança e do Adolescente. Em 2007, presidiu a Rede de Pobreza e Proteção Social dos Países da América Latina e Caribe, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento.

www.mds.gov.br

Campanha de prevenção à Aids

Ações para prevenir doenças sexualmente transmissíveis e a Aids junto a beneficiárias do Bolsa Família estão sendo realizadas nas capitais brasileiras. Lançada pelos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), da Saúde (MS) e de Políticas para as Mulheres, a campanha “Camisinha, um direito seu” visa a estimular o uso do preservativo, conscientizar as mulheres sobre a importância da prevenção e da conversa com os parceiros e ampliar a realização de testes de Aids entre essa população. Estão sendo distribuídos gratuitamente 1 milhão de preservativos para beneficiárias do programa. A campanha traz duas beneficiárias do Bolsa Família. Uma delas é Eurides Muniz de Souza, mãe de três filhos e beneficiária. “A camisinha não serve apenas para não pegar Aids. Ela também evita gravidez e qualquer outra doença”, disse.

www.aids.gov.br

Prêmio Campeão Mundial da Luta contra a Fome

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu no dia 10 de maio o prêmio de “Campeão Mundial da Luta contra a Fome”. A condecoração foi entregue ao presidente pela diretora-executiva do Programa Alimentar Mundial, Josette Sheeran, durante a abertura do evento “Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar”. Na solenidade, realizada em Brasília, Josette disse que “Lula tem demonstrado sua liderança na luta contra a fome, elevando ao mais alto nível da agenda internacional a necessidade de atender as pessoas pobres e desnutridas”. Concedido pelo Programa Mundial de Alimentação da Organização das Nações Unidas, o prêmio já foi entregue a Kofi Annan, ex-secretário-geral da ONU, a Ban Ki-Moon, secretário-geral da ONU, e ao ex-presidente de Gana, John Kufuor.

www.fomezero.gov.br

Apoio a feiras populares

Famílias de produtores agrícolas de dez municípios serão beneficiadas pela parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) na implantação ou modernização de feiras populares. Suzano (SP), Campina Grande (PB), Campo Magro (PR), Conde (PB), Santa Maria da Boa Vista (PE), Bento Gonçalves (RS), Aquiraz (CE), Juazeiro do Norte (CE), Rio Branco (AC) e Horizonte (CE) foram selecionados por meio do edital público nº 07/2010. O MDS disponibiliza R\$ 2,4 milhões e cada município recebe entre R\$ 100 mil e R\$ 250 mil, de acordo com a população de baixa renda ou em situação de insegurança alimentar. O convênio prevê a implantação de feira livre para comercialização direta de produtos da agricultura familiar e/ou tradicional, que respeitem as culturas locais e incentivem a produção agroecológica, sustentável, de qualidade e a baixo custo.

www.mds.gov.br



A estudante Luciana Catarina Santos de Melo recebe o prêmio Rosani Cunha



Os ministros durante assinatura de acordo sobre agenda sustentável

Anvisa recebe nota máxima da OMS

A Organização Pan-Americana para a Saúde (Opas/OMS) concedeu nota máxima à atuação da Vigilância Sanitária brasileira. A avaliação foi feita por uma equipe de profissionais do México, Colômbia, Chile, Venezuela e Portugal. Com o reconhecimento, a Anvisa pode participar dos processos licitatórios do Fundo estratégico da Organização Mundial de Saúde. Este fundo assegura um fluxo constante de medicamentos e insumos a custo reduzido e é destinado a programas prioritários de saúde pública. A auditoria ainda reconheceu como ponto forte a existência de canais de comunicação com a população, o estímulo à participação social nos processos normativos e a inovação em estratégias.

 www.anvisa.gov.br

Plano Nacional de Banda Larga

O governo federal lançou o Plano Nacional de Banda Larga, que tem o objetivo de popularizar a internet rápida no país. Até 2014, o governo pretende triplicar o acesso à internet por banda larga e quadruplicar o número de lares com o serviço. A ideia é passar dos atuais 12 milhões de domicílios para 40 milhões, baixando o preço do plano para apenas R\$ 15, nos casos em que sejam adotados incentivos fiscais. Atualmente, apenas 21% das casas no Brasil possuem acesso ao serviço de banda larga. O plano irá atender principalmente os locais em que não há atuação das companhias telefônicas privadas.

 www.mec.gov.br

Prêmio Rosani Cunha

Para se fazer grandes mudanças e continuar ampliando e consolidando as grandes conquistas sociais que vêm ocorrendo no Brasil, é preciso, segundo o ex-ministro do MDS, Patrus Ananias, integrar as políticas sociais cada vez mais. Com essas palavras, saudou os vencedores do Prêmio Rosani Cunha de Desenvolvimento Social em cerimônia de premiação realizada em 25 de março, em Brasília, que contemplou práticas e estudos nas áreas de assistência social, segurança alimentar e nutricional, transferência de renda e inclusão produtiva. Com o tema “Ações integradas para a proteção e promoção social”, o concurso deu o primeiro lugar entre as práticas municipais à ação desenvolvida em Pão de Açúcar (AL). Os prêmios são a participação em missões internacionais e nacionais de intercâmbio.

 www.mds.gov.br/premiorosaniconha

Agenda Sustentável

Os ministros do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, e do Esporte, Orlando Silva, assinaram em abril um acordo de cooperação que elabora e implementa uma agenda sustentável para a Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas em 2016. A iniciativa facilitará o licenciamento ambiental dos empreendimentos prioritários para os eventos. O acordo foi assinado durante a abertura da reunião extraordinária do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), em Brasília. O Conama também discutiu proposta sobre critérios para caracterizar as atividades e empreendimentos do agricultor familiar e dos povos e comunidades tradicionais como de interesse social para fins de produção, intervenção e recuperação de Áreas de Preservação Permanente.

 www.agenciabrasil.gov.br

Inclusão de pessoas com Down

O presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, destacou a importância do Legislativo no processo de inclusão social ao participar de sessão solene em homenagem ao Dia Internacional da Síndrome de Down, celebrado em 21 de março. “Nosso desejo e papel (dos parlamentares) é produzir uma legislação integradora, até no mercado de trabalho”, disse, pedindo à sociedade apoio a iniciativas de inclusão social. A homenagem foi proposta pela Comissão de Legislação Participativa, por iniciativa do deputado Paulo Pimenta (PT-RS) e da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down. Pimenta disse que a data tem contribuído para uma reflexão sobre o assunto. “Hoje, muitas crianças, jovens e adultos têm assegurado seu direito de acesso à sociedade”, afirmou.

 www.camara.gov.br

Conselhos do Fundeb

A Câmara analisa o projeto de lei nº 6.850/10, do deputado Iran Barbosa (PT-SE), que amplia o poder de fiscalização dos conselhos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). A proposta altera a lei que regulamenta o Fundeb (lei nº 11.494/07). Os conselhos do Fundeb são formados por representantes do governo, educadores e pais de estudantes, com a finalidade de fazer o controle social sobre o uso dos recursos dos fundos voltados para a educação. A proposta inclui, entre as atribuições desses conselhos, o acompanhamento dos recursos do salário-educação, o acesso a informações relativas ao salário pago a profissionais da educação pelo Fundeb e a fiscalização do emprego do montante destinado à manutenção e desenvolvimento do ensino.

 www.mec.gov.br



Veículo utilizado para levar tratamento odontológico

Ford Odontomóvel

O Ford Odontomóvel iniciou em abril seu 11º ano de atividade, levando atendimento odontológico gratuito aos caminhoneiros e comunidades carentes de todo o Brasil. A agenda de 2010 começou em Guarulhos (SP). De lá, o Odontomóvel seguiu viagem cumprindo o roteiro que se estenderá até dezembro, com 50 paradas programadas em cidades de São Paulo, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Sergipe, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Ceará. Este ano, o projeto deve rodar cerca de 60 mil km e tem a projeção de prestar atendimento a cerca de 9,7 mil pessoas, 25% a mais do que em 2009. Também há a intenção de aumentar em 15% o número de crianças orientadas em escolas e em 30% a distribuição de kits de higiene bucal.

www.ford.com.br



Vencedoras da edição 2010 do Prêmio Mulher em Destaque

Prêmio Mulher em Destaque Opaque 2010

Aconteceu em 16 de março, em São Paulo, a cerimônia de entrega do Prêmio Mulher em Destaque Opaque 2010. A iniciativa surgiu da crença da Opaque de que uma mulher, para ser bela, precisa estar em harmonia com sua família, sua carreira e, claro, com sua aparência. Por esse motivo, homenageia aquelas que, além de tudo isso, ganharam destaque em suas áreas de atuação. A segunda edição do prêmio contou com o apoio do hotel Conrad Punta del Este Resort & Cassino, Burberry, Yves Saint Laurent e Givenchy e teve como mestre de cerimônia a apresentadora Renata Maranhão, que anunciou as vencedoras. São elas: Ana Paula Padrão, na categoria jornalismo; a ginasta Bruna Leal, esporte; Christiane Tortoni, artes cênicas; e Raquel Barros, responsabilidade social, por seu trabalho à frente da ONG Lua Nova.

www.opaque.com.br



O palhaço Ronald McDonald e uma equipe de teatro fizeram a alegria das crianças

Ronald McDonald visita a Fundação Cafu

No dia 6 de abril, o embaixador da alegria, Ronald McDonald, levou entretenimento e muita alegria às crianças da Fundação Cafu com a apresentação do show Amizade e Cooperação. Idealizada pelo capitão do penta, a instituição sem fins lucrativos sediada em São Paulo cria oportunidades de desenvolvimento para combater a desigualdade social. Sua proposta consiste em um sistema alternativo de educação para crianças e jovens de baixa renda e cursos profissionalizantes. Em suas apresentações, o personagem Ronald McDonald trabalha temas como educação, vida ativa e ecologia e é o coração de uma das instituições sociais mais respeitadas do mundo, representada no Brasil pelo Instituto Ronald McDonald (IRM) e pelas Casas Ronald McDonald.

www.fundacaocafu.org.br



Crianças beneficiadas pelo projeto Brincar

Fundação Volkswagen lança material didático

A Fundação Volkswagen lançou o material didático do Brincar, projeto educacional criado para disseminar brincadeiras pedagógicas entre as escolas públicas de educação infantil. O material é formado por um livro de apoio e orientação, um CD e fichas de aplicação prática das brincadeiras e canções infantis. Lançado em 2005, o Brincar chegará a 81 municípios em 2010, beneficiando diretamente 855 educadores e quase 20 mil estudantes. Além desse projeto, a Fundação Volkswagen realiza outros dois na área da educação: o Estudar Pra Valer!, que fortalece o aprendizado de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental, e o Entre na Roda, que incentiva a leitura nas escolas.

www.vwbr.com.br/fundacaovw



Lançamento do programa Redes e Alianças, do Instituto C&A

Instituto C&A lança programa Redes e Alianças

O Instituto C&A lançou em São Paulo o programa Redes e Alianças. O projeto tem como meta desenvolver e fortalecer o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente. O Rede e Alianças foi construído a partir de um estudo realizado em 2008, o qual analisou uma série de iniciativas e processos coletivos. As ações serão pautadas a partir dos principais eixos do sistema de garantia de direitos – promoção, defesa e controle social – e terão como temáticas de incidência a convivência familiar e comunitária, o orçamento e a mobilização para a criança e o adolescente, além da comunicação social. Durante o evento também foi apresentada a série *Cadernos Novas Alianças – Orientações para incidir em políticas públicas*.

 www.institutocea.org.br



Crianças se divertem no Dia Nacional da Alegria

Dia Nacional da Alegria no Hopi Hari

Dez mil crianças passaram o Dia Nacional da Alegria no Hopi Hari. O parque abre uma vez por ano exclusivamente para receber organizações sociais do país. Neste ano, foram contempladas 84 instituições de 33 municípios do Estado de São Paulo. O evento já beneficiou em nove anos mais de 88 mil crianças. Além do passaporte gratuito, todas ganham alimentação e acompanhamento de um monitor para cada grupo de pessoas. As inscrições para essa atividade ocorrem durante os meses de janeiro e fevereiro. O número de crianças é controlado para garantir que elas aproveitem toda a infraestrutura oferecida pelo parque.

 www.hopihari.com.br/institucional/acao_social

Grupo Pão de Açúcar certifica fornecedores

Em evento realizado na Fecomércio, em São Paulo, o Grupo Pão de Açúcar entregou a certificação Top Log a 19 fornecedores que apresentaram as melhores políticas e práticas logísticas e de abastecimento verificadas ao longo de 2009. Durante o encontro, a empresa também lançou o convite aos seus parceiros comerciais e logísticos para que participem da construção da cadeia sustentável de valor no varejo. Participaram da cerimônia 150 representantes da indústria, incluindo as categorias mercearia, perecíveis, frutas, legumes e verduras, eletro, drogaria, bazar e têxtil. O programa Top Log foi criado pelo Grupo Pão de Açúcar em 2004 como meio de reconhecer e estimular os fornecedores na obtenção de melhores resultados nas operações realizadas pela Cadeia de Abastecimento.

 www.grupopaodeacucar.com.br

Fórum Internacional de Investidores Sociais

O Fórum Internacional de Investidores Sociais e o 24º Fórum de Governança Social foram realizados em Belo Horizonte com o objetivo de promover um amplo debate sobre temáticas ligadas às áreas de gestão e controle social. O evento contou com a presença do palestrante Bradford Smith, maior autoridade em filantropia organizada dos Estados Unidos e presidente do Foundation Center. Segundo Cecília Regueira, presidente do Instituto Hartmann Regueira, é fundamental que o país adote padrões globais de transparência nos investimentos sociais. Participaram do evento gestores de associações e fundações sociais, empresários, acadêmicos, pesquisadores, estudantes, entre outros.

 www.institutohr.org.br

Contra a violência doméstica

O Instituto Avon e o Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento das Mulheres (Unifem) lançaram um projeto contra a violência doméstica. Serão construídos portais para públicos específicos com a intenção de prevenir e dar assistência à mulher e a jovens de 15 a 18 anos. O projeto conjunto foi viabilizado com a doação de R\$ 1,5 milhão ao Unifem com a Campanha Fale Sem Medo – não à violência doméstica, de 2008. Essa quantia veio da venda da Pulseira da Atitude, primeiro produto global da empresa lançado para apoiar ações de combate à violência praticada contra mulheres em todo o mundo, e de uma doação da Avon no valor de R\$ 500 mil. As ações têm como objetivo ampliar o conhecimento sobre a Lei Maria da Penha, em vigor desde agosto de 2006.

 www.institutoavon.org.br
www.unifem.org.br

Projeto Social Ateliê-Escola

Com o objetivo de complementar a formação escolar, o Instituto Eurofarma desenvolve um projeto social chamado Ateliê-Escola. Aliado à grade curricular, os alunos têm acesso a aulas de canto, jogos, arte e música. Todas as atividades são acompanhadas por educadores profissionais, que também capacitam professores para dar continuidade ao projeto. O Ateliê-Escola atende cerca de 4 mil crianças carentes em cinco escolas da região sul de São Paulo. A iniciativa é um projeto inovador para a rede estadual e municipal de ensino. Atualmente, o Instituto Eurofarma atua em três frentes: formação profissionalizante, educação complementar e formação de pessoas com deficiência. Em maio deste ano, o Instituto completou quatro anos de atuação contemplando cinco projetos.

 www.eurofarma.com.br



Divulgação

Atividade do projeto Vovó-Criança

Convívio entre crianças e idosos

O residencial Recanto Monte Alegre, localizado em São Paulo (SP), que atende adultos e idosos dependentes e semidependentes, recebe quinzenalmente a visita de aproximadamente dez crianças dos Centros de Educação Infantil da Liga Solidária. É o Projeto Vovó-Criança que tem como objetivos melhorar a qualidade de ambas as gerações e possibilitar a troca de experiência. Juntos, eles realizam diversas atividades elaboradas pelas terapeutas ocupacionais do residencial e pedagogas dos centros. Estas estimulam o desenvolvimento cognitivo, físico e social. Além disso, proporcionam as trocas afetivas e o relacionamento entre as gerações. Iniciado em 2002, o projeto mostrou uma mudança positiva na qualidade de vida de seus residentes.

 www.recantomontealegre.com.br



Divulgação

Paratleta Edson Dantas é premiado

Edson Dantas é campeão do Prêmio Sentidos

Com sua enorme bagagem de medalhas de ouro, o paratleta maratonista Edson Dantas, aos 44 anos, já está acostumado à superação. Contudo, em 30 de março, a conquista do Prêmio Sentidos somou uma nova vitória à sua trajetória: a do reconhecimento social. Pelas mãos de Marcos Gonçalves, fundador da Avape, Dantas recebeu o troféu de melhor desempenho de deficiente nos esportes, na premiação que já é considerada o "Oscar" da luta pelos direitos das pessoas com deficiência no Brasil. Emocionado, Edson agradeceu a todos pelo prêmio e, num breve pronunciamento, deixou uma lição de vida para os presentes, contando que o sentimento de sua deficiência não o impediria de fazer o que tinha vontade. "Se outras pessoas podem, eu também posso. Basta acreditar para a gente realizar nossos sonhos".

 www.adsbrasil.com.br



Divulgação

Centro de referência em acessibilidade, no Rio de Janeiro

Centro de referência em acessibilidade

Foi inaugurado no Rio de Janeiro um centro de referência em acessibilidade especializado em serviços e produtos diferenciados para pessoas com deficiência. A loja é a primeira do Rio de Janeiro a oferecer, em um mesmo local, a venda de cadeiras de rodas e objetos adaptados sob medida, serviços de isenção de impostos na compra de carros especiais e adaptação veicular. Também são comercializados produtos como rampas, elevadores e plataformas elevatórias, para tornar empresas, estabelecimentos públicos e comerciais acessíveis a todos. Um dos destaques é a cadeira anfíbia, que possui pneus infláveis especiais para andar na areia e na água. A cadeira ficou conhecida recentemente ao ser mostrada na novela "Viver a vida", da Rede Globo.

 www.grupoadapt.com.br



Miriam Kra

Show em prol dos animais

1º Concerto em prol dos animais no Brasil

A Agência de Notícias de Direitos Animais realizou no Sesc Pompéia, em São Paulo, um show para sensibilizar as pessoas em defesa dos direitos animais e da preservação do planeta. Mais de 800 pessoas participaram do evento, que contou com a presença de diversos artistas. No comando da atração estavam os atores Marcelo Médici, Gabriela Duarte, Lúcia Veríssimo, Paula Ribas e Sttella Gulo Blaster além do cantor e produtor Carlos Careqa. O evento abordou questões como o tráfico de animais silvestres, experimentação em laboratórios, pesca, abandono, adoção e castração, uso de peles pela indústria da moda, pecuária e utilização de animais para entretenimento. Durante o concerto, o artista plástico Alexandre Huber reuniu crianças e pais para uma atividade interativa, convidando-os a pintar telas que retratassem os temas discutidos.

 www.anda.jor.br



Atividade da campanha Saúde para as Crianças Primeiro

Saúde das crianças é tema de campanha

A ONG Visão do Mundo promoveu a campanha "Saúde para as Crianças Primeiro". O evento aconteceu no dia 7 de abril, quando se comemora o Dia Mundial da Saúde. A iniciativa visa a diminuir os índices de mortalidade infantil no Brasil. Compareceram à solenidade de abertura representantes do Ministério da Saúde, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), da Pastoral da Criança e outras organizações. A campanha também será realizada em outros cinco países: Bolívia, Armênia, Índia, Quênia e Indonésia. O objetivo é atingir uma das Metas do Milênio, que incentiva a redução da mortalidade infantil até 2015.

 www.visaomundial.org.br



Espaço instalado em hospital público para atendimento a crianças

Sabin inaugura ludotecas em hospitais públicos

O Instituto Sabin, em parceria com o Núcleo de Estudos e Programas para os Acidentes e Violências (Nepav), da Secretaria do Distrito Federal, inaugurou no mês de abril três ludotecas. Os espaços estão instalados em hospitais públicos para atendimento de crianças que sofreram violência doméstica ou sexual. As ludotecas são ambientes compostos de brinquedos, livros pedagógicos e outros recursos. O projeto complementa os programas de prevenção e atendimento aos pacientes. De acordo com a assistente social e coordenadora do Nepav, Laurez Vilela, utilizar um espaço lúdico na terapia de crianças vítimas de violência faz parte de uma nova forma de trabalho, menos traumática e mais eficaz. Em breve, também serão inauguradas ludotecas no Centro de Orientação Médico Psicopedagógico.

 www.sabinonline.com.br

Instituto Akatu completa nove anos

Em busca da transformação do ato de consumo em um ato de cidadania, o Instituto Akatu foi criado em 15 de março de 2001. Ao longo desses nove anos, a ONG vem trabalhando para disseminar o consumo consciente, incentivando o brasileiro a pensar no impacto de suas escolhas e, quando preciso, a mudar o seu estilo de vida na busca por um mundo mais sustentável. Para comemorar, campanhas em parceria com diversas agências estão programadas. A Leo Burnett, parceira institucional do Akatu, criou um anúncio para a mídia impressa com a imagem de um recém-nascido e uma lista com mais de 30 produtos e serviços por ele utilizados. A mensagem "Isso é o que um bebê consome em um dia. Agora, imagine na vida toda" leva o consumidor a refletir sobre os impactos dos seus atos de consumo.

 www.akatu.org.br

Política verde e dez anos da Fundação no Brasil

A Fundação Heinrich Böll realizou, entre os dias 12 e 14 de abril, a conferência "O que é política verde hoje?". Foram três dias de reflexão, debates e comemoração, já que o evento também celebrou os dez anos da fundação no Brasil. Uma palestra da candidata à presidência Marina Silva abriu a conferência. Na ocasião, também foi lançada a publicação *Territórios do futuro – Educação, meio ambiente e ação coletiva*, de Jean Pierre Leroy, um dos mais antigos defensores do direito ao meio ambiente no Brasil. Nos dias 13 e 14, temas centrais e polêmicos, como a questão energética e o uso da terra sob a perspectiva da sustentabilidade, além de novas abordagens como bens comuns e *bien vivir*, foram amplamente discutidos.

 www.boell.org.br

ONG formada por atletas discute desafios no esporte

O Ministério do Esporte realizará este ano a 3ª Conferência Nacional do Esporte. A iniciativa do governo brasileiro é criar um espaço para debate, formulação e deliberação das políticas públicas de Esporte e Lazer para o país. Frente aos desafios que o Brasil tem pelos próximos anos, com a aproximação da Copa 2014 e das Olimpíadas Rio 2016, a ONG Atletas pela Cidadania, com o Movimento Nossa São Paulo, antecipou o debate público na cidade de São Paulo com a Conferência Livre, realizada em 18 de março. As Conferências Livres são a oportunidade das pessoas comuns, empresas, organizações da sociedade civil e os mais variados grupos, se organizarem e colocarem suas propostas.

 www.atletaspelacidadania.org.br

Primeiros resultados do censo sobre ISP no Brasil

Durante a abertura do 6º Congresso Gife sobre Investimento Social Privado, que aconteceu entre os dias 7 e 9 de abril, no Rio de Janeiro, o secretário-geral do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife), Fernando Rossetti, comentou os primeiros registros da quinta edição do censo sobre o investimento social privado (ISP) no Brasil. O documento reúne dados do último biênio (2007 – 2009) e ressalta que ainda em 2010 o setor prevê investir mais de R\$ 2 milhões no país, registrando crescimento de 6,23% sobre 2009. O censo indicou também que a Educação ainda permanece como o principal setor que recebeu mais recursos no período. O estudo teve a parceria do IBOPE Inteligência Instituto Paulo Montenegro e do Instituto Itaú Cultural.

 www.gife.org.br



Campanhas para captar recursos

Especialista fala das diferentes tendências da captação de recursos pelo mundo

Por Thaís Iannarelli

Com o objetivo de captar recursos por meio de campanhas e consultoria específica para organizações do Terceiro Setor, Norma Galafassi deixou de atuar no setor privado para se dedicar à nova atividade. Formada em Engenharia Industrial, trabalhou na área de propaganda da empresa petrolífera Exxon. Porém, à procura de uma atividade diferenciada na área de marketing, acabou se tornando a primeira responsável pela área de captação de recursos do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) na Argentina. Segundo Norma, por entrar na área sem experiência prévia, a situação era similar a “pular em uma piscina”, sem ter certeza do que encontraria pela frente.

Porém, no Unicef já participou de iniciativas marcantes, como a realização do Teleton na Argentina, a concretização de importantes alianças corporativas e ações de marketing direto. Quatro anos depois, tornou-se cofundadora da empresa In2Action, grupo especializado em trabalhar com organizações sem fins lucrativos pelo mundo. A empresa traz serviços como desenvolvimento de programas de captação e comunicação, planejamento estratégico e desenvolvimento criativo, entre outros, com o objetivo de ajudar as organizações a alcançarem resultados quantitativos e qualitativos de suas estratégias de comunicação e captação de recursos. Em entrevista à **Revista Filantropia**, Norma fala de sua atuação pelo mundo e das tendências da atividade para o setor.

Revista Filantropia: O que a levou a migrar do setor privado para o Terceiro Setor?

Norma Galafassi: Atuava na área de marketing da Exxon, mas queria mudar. Foi quando um amigo me falou sobre uma vaga no Unicef, para a área de captação de recursos, e achei que essa atividade tinha um pouco a ver com marketing. Eu iria coordenar um departamento, e achei a ideia interessante, embora tenha me sentido como alguém que pula em uma piscina, sem saber o que vai encontrar. Após passar

quatro anos no Unicef e realizar muitas atividades, decidi sair e comecei a trabalhar com outras organizações sociais. Não queria voltar para o setor privado, e me vi um pouco sozinha. Por isso, criamos a In2Action, eu e um parceiro, que é diretor de criação. Nosso objetivo não era sermos consultores. A ideia era criar uma agência de propaganda e marketing que trabalhasse para captar recursos para as organizações sociais, e é isso que tentamos fazer. Atualmente, damos consultoria também, mas escrevemos estratégias,

oferecemos treinamentos e fazemos a parte criativa das campanhas de marketing também.

RF: *Quais são as maiores diferenças percebidas entre os países quando se trata de captação de recursos?*

NG: Bem, existem diferenças enormes entre os países que têm uma cultura mais antiga de filantropia, de maneira profissional. Penso que todo país tem uma tradição de filantropia, ou de solidariedade. As pessoas ajudam umas às outras há tempos. Agora, a diferença é que existem alguns países que estão mais habituados a doar dinheiro, essa é a principal diferença. Isso acontece nos Estados Unidos, Reino Unido e Canadá, por exemplo, onde a captação de recursos é um mercado desenvolvido, uma indústria. Há muitas organizações levantando fundos e há empresas recebendo muito dinheiro com a atividade. Isso é um cenário. Para outros lugares, como Ásia e África, onde estive trabalhando, e outros países nos quais a atividade ainda está se desenvolvendo, a situação é mais ou menos a mesma. Quando fazemos um treinamento em Kuala Lumpur, por exemplo, as organizações enfrentam os mesmos desafios que outras encontram na América Latina. A administração não é tão profissional, há questões de transparência a serem trabalhadas. Ainda há muito a fazer em relação à conscientização do público e das próprias instituições.

RF: *Quais são os pontos positivos encontrados na área de mobilização de recursos em países como o Brasil e a Argentina?*

NG: Temos uma vantagem, já que não faz muito tempo que fazemos isso. Somos muito mais criativos, não temos medo de tentar inovar. No Reino Unido, por exemplo, se você for um captador, você nunca pensaria em iniciar alguma atividade pela internet, por exemplo. No nosso caso, podemos até não estar fazendo tudo muito bem, mas pelo menos tentamos tudo juntos. Por isso, criamos coisas que provavelmente são inovadoras para os outros países, então isso é interessante.

RF: *Como os níveis econômicos de um país podem afetar a eficiência de campanhas de captação de recursos?*

NG: Acho que se altera o tipo de captação de recursos. Se pegarmos o México, a Colômbia ou o Peru,

por exemplo, países que têm uma tradição católica muito forte, e que historicamente possuem a classe baixa e a classe alta, ou seja, níveis econômicos muito distantes, a forma mais comum de captar recursos é pedir aos que têm mais dinheiro, doadores, de peso e conselheiros que tenham importância na sociedade. Também há organizações que arrecadam com campanhas, seguindo o modelo americano. Já a Argentina, o Brasil e o Chile estão no meio do caminho, porque nesses países há uma classe média muito abrangente. Então, as instituições conseguem recursos do governo, ou pela venda de serviços, mas o necessário é perceber a importância das doações. As pessoas podem doar R\$ 10 por mês, algo do tipo, e se tornarem doadores regulares. A Argentina e o Brasil estão mais pendentes para o modelo europeu do que para o americano.

RF: *Falando de marketing, quais campanhas são realizadas e o que elas devem ter para atrair investidores e recursos?*

NG: Fazemos muitas campanhas diferentes. Pode ser para conscientizar as pessoas sobre algum assunto, como fizemos na Hora do Planeta, na Argentina, por exemplo. A chave para as campanhas, no entanto, é mostrar três coisas: que há um problema muito urgente a ser resolvido; que a sua organização é capaz de resolvê-lo; e que as pessoas podem ajudar a sua organização a resolver o problema – sem essa ajuda, a instituição não será capaz de fazer muita coisa. Então, se sua campanha cobrir esses três pontos, já é um bom começo.

RF: *Após a campanha, como a instituição deve agir para receber o retorno da ação?*

NG: Fazemos muita consultoria justamente por isso. As instituições conseguem realizar as campanhas, ou fazem alguma parceria com uma agência que cria a campanha para elas. Porém, não pensam em como lidar com o retorno disso. Além disso, uma das coisas mais importantes é quando você recebe uma doação pela primeira vez. É preciso manter o doador na organização. Para isso, é importante agradecer, tratar a pessoa como um indivíduo que importa para a realização das suas atividades, ou seja, manter a relação caminhando, então penso que a organização deve estar pronta para as demandas de uma campanha de marketing de sucesso. 

As pessoas ajudam umas às outras há tempos. Agora, a diferença é que existem alguns países que estão mais habituados a doar dinheiro, essa é a principal diferença

Brasil: oportunidades, crescimento e desafios

O Terceiro Setor nunca foi tão relevante e central para a vida brasileira; portanto, há muitas oportunidades para crescimento



Ader Assis

aassis@adere-lang.com

Mestre em Administração de Empresas com especialização em Marketing (MBA) pela Union University, nos Estados Unidos, é graduado em Administração de Empresas com especialização em Gerenciamento Estratégico e Comércio Exterior pela Oklahoma Baptist University. É diretor da Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR) e, no final de 2009, idealizou e se tornou diretor da Ader&Lang | Rede e Negócios Sustentáveis, empresa especializada em planejamento, gestão, mobilização de recursos e desenvolvimento de negócios sociais sustentáveis.

Sempre ouvi falar que o Brasil é o país do futuro. Daí surgiram teorias, movimentos e siglas que caracterizam o potencial de nossa nação. Somos comparados a países como China, Índia e, até mesmo, alguns países europeus. Realmente, o Brasil vive uma das melhores fases de sua história, com uma expectativa de desenvolvimento de longo prazo muito forte. Alguns chegam a afirmar que a questão da pobreza extrema será totalmente solucionada até 2016. Diante de tantos avanços e pesquisas, será que podemos realmente dizer que o futuro chegou?

Bem, pensar o desenvolvimento brasileiro na atualidade é um enorme desafio. Há alguns anos, movido pelo sonho de um futuro melhor, o Brasil começou a dar alguns passos em direção ao desenvolvimento. Afinal, um país rico, desenvolvido, com justiça social, sempre foi o desejo dos brasileiros. Ainda temos muitos problemas para serem resolvidos internamente. Todos sabem que o Brasil ainda necessita de investimentos sociais por apresentar uma das maiores desigualdades de renda do mundo. A boa notícia é que esse tema tem ganhado relevância junto à sociedade e tem estado cada vez mais presente na agenda de diversas empresas e indivíduos.

Recentemente, o Grupo de Institutos Fundações e Empresas (Gife) anunciou a Visão do Investimento

Social Privado para 2020. “Embora seja um material ainda em construção, a Visão já deixa claro quais são os desafios, as principais linhas de ação e os indicadores propostos para o aprimoramento e expansão do setor no Brasil”, comentou Fernando Rossetti, secretário-geral do Gife. Além do enfoque tradicional de legitimidade social e relevância do setor, que se traduzem no desafio da transparência e na busca de indicadores de impacto e gestão que norteiam estrategicamente o investimento social privado, a Visão 2020 lança dois novos desafios: a abrangência e a diversificação de fontes financiadoras do Terceiro Setor.

A abrangência tem foco não só na concentração do investimento no Sudeste e no Sul do Brasil, mas também nas temáticas mais consensuais e menos polêmicas, como educação, saúde, cultura e juventude. Deixa alguns assuntos e públicos descobertos. Como resposta a esse desafio, surge a necessidade de ampliar a prática de doação e diversificar as estratégias de mobilização de recursos. Assim, torna-se fundamental fomentar um ambiente mais propício à diversificação de fontes financiadoras da área social, incluindo a sociedade civil e indivíduos nesse contexto. Em países desenvolvidos, onde a filantropia é madura, 80% dos investimentos do Terceiro Setor vêm de indivíduos, famílias e organizações independentes. Apesar da escassez de dados sobre

os níveis de doações no Brasil, apenas 15% do setor social é financiado por indivíduos e famílias, o que demonstra um potencial de crescimento enorme.

Enquanto alguns alertam para a falta de cultura de doação, prefiro acreditar na ausência de investimento para o desenvolvimento das atividades de mobilização de recursos, incluindo investimento em capacitação e infraestrutura necessária para o crescimento do Terceiro Setor. Para agravar o quadro, há grande desinformação. Fale para um brasileiro que você trabalha na área social e muitos deles não terão nenhuma ideia do que você faz. Muitos ainda pensam que as atividades desenvolvidas pelas organizações da sociedade civil devem envolver apenas o voluntariado, e quando se fala em fazer uma campanha, a primeira ideia que surge é a de “passar a sacolinha”, ou fazer as famosas campanhas do agasalho, do brinquedo ou do quilo. Se você tentar usar siglas como ONG, CPA, ROI, ou falar da área social, as pessoas vão pensar que estamos falando de algo de outro mundo. Entretanto, o Brasil possui grandes potencialidades de desenvolvimento e dispõe de capacidades consideráveis, se observarmos alguns movimentos e indicadores recentes.

O Brasil é considerado um dos países em desenvolvimento com crescimento mais rápido. Tem se tornado um dos mais atraentes mercados de mobilização de recursos em todo o mundo – esse mercado tem chamado a atenção de várias organizações e organismos internacionais. O reposicionamento de muitas organizações, como Unicef, ChildFund Brasil e Instituto Ayrton Senna, e a entrada de outras organizações no mercado brasileiro, como a ChristianAid e, mais recentemente, a Save the Children, trará uma revolução, uma vez que tais organizações começam a inovar e lançar novos produtos no mercado. Há também um número de organizações brasileiras, como o GRAACC e a Fundação Semear, que estão buscando profissionalmente o financiamento de seus programas, com um especial interesse em

implementar ações que mobilizem indivíduos (pessoas físicas) em sua estratégia de marketing.

Com toda a diversidade étnica, o Brasil representa cerca de um terço da população da América Latina e, em 2010, deve manter a oitava posição entre as principais economias do mundo, com o PIB alcançando US\$ 2 trilhões. Em apenas quatro anos, o PIB brasileiro passou de US\$1 para 2 trilhões, e até o final da década deve dobrar novamente. Das 500 maiores empresas globais, 420 possuem operações no Brasil, o que revela a dimensão do mercado brasileiro, assim como seu verdadeiro potencial.

Uma vez que a busca por parcerias de diversas naturezas se torna necessária e importante para o crescimento do setor, a profissionalização desses processos é o passaporte para uma aproximação mais efetiva com os potenciais doadores. Essa não é uma ideia recente; mobilizar e diversificar recursos sempre foi uma preocupação presente no Terceiro Setor. Entretanto, as organizações ainda precisam reconhecer que terão de investir no processo de ensaio e aprendizagem por meio da experiência – *learning by doing*. A experiência e a capacitação geradas a partir do processo de teste e inovação serão cada vez mais importantes para tornar esse processo mais profissional, e as novas alternativas que têm surgido na atualidade mostram grandes oportunidades na área.

Mobilizar recursos não é um evento, mas um processo que valoriza o exercício da liberdade de comprometimento e participação de todos os atores da sociedade civil, partindo de seus talentos e capacidades pró-ativas, de forma que estes se tornem responsáveis pelas atividades sociais da organização. O objetivo é obter a confiança dos atores envolvidos e construir relacionamentos fortes e duráveis, de modo que saibam que vale a pena investir e apoiar o seu trabalho, suas ações, propostas e ideias. 

Torna-se fundamental fomentar um ambiente mais propício à diversificação de fontes financiadoras da área social, incluindo a sociedade civil e indivíduos nesse contexto



Assessoria

Empresarial e Contábil

Rua do Ouvidor, 130 – sala 614 - Centro
Rio de Janeiro – RJ – Cep 20040-030

Tel.:(21) 2210-0859 Fax. (21) 2508-6649

SUA CONTABILIDADE DO TERCEIRO SETOR NO RIO DE JANEIRO

Serviços Contábeis Especializados no 3º Setor

- Assessoria de Recursos Humanos do terceiro Setor e Voluntários
- Qualificação do Terceiro Setor: OSCIP, U.P. e outros;
- Assessoria, planejamento e prestação de contas de projetos para Financiadores
- Controle automático e renovação de Certidões Negativas

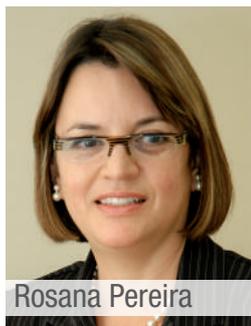


Informações pela Web com total segurança

www.r2assessoria.com.br



O Siconv veio para ficar



Rosana Pereira

dits2010@uol.com.br

Graduada em Administração de Empresas pela Universidade Santana e São Paulo e pós-graduada em Contabilidade e Auditoria. Tem MBA em Auditoria e Perícia pela Universidade Federal de Uberlândia. É multiplicadora do Siconv para entidades sem fins lucrativos, é habilitada pelo Ministério do Planejamento e associada à Associação Brasileira de Captadores de Recursos.

O Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv) é um novo paradigma nas transferências voluntárias da União a outros órgãos públicos, entes federados e entidades sem fins lucrativos. É um sistema de informática em plataforma *web* que permite o acompanhamento on-line de recursos transferidos pelo Governo Federal por meio de convênios, que pode ser acessado por qualquer cidadão via rede mundial de computadores, garantindo transparência e diminuindo o custo operacional para ambos os lados.

Um pouco da história e legislação

A concepção desse portal teve início quando o Tribunal de Contas da União (TCU), por meio dos Acórdãos TCU 788 e 2066/2006, determinou ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) que fosse feito um estudo para a implementação de um sistema de informática moderno e eficiente e que abordasse todos os aspectos técnicos das transferências voluntárias de recursos. Com o empenho da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, o MP apresentou o projeto piloto do sistema ao TCU, que o aprovou pelo Acórdão TCU 2048/2007.

Assim foi criado o Portal de Convênios, definido pelo decreto n° 6.170, de 25 de julho de 2007, e normatizado pela portaria interministerial n° 127, de 29 de maio de 2008. Tanto o decreto quanto a portaria direcionam todos os parâmetros necessários para se entender o Siconv. Algumas alterações já foram publicadas, mas o cerne não mudou.

O Siconv é mesmo necessário?

A resposta para essa pergunta fica mais clara após a análise do quadro a seguir, que demonstra os números relacionados às transferências voluntárias da União.

Em face da relevância dos números apresentados, e levando-se em consideração os sérios problemas enfrentados pelo Terceiro Setor no final dos anos 1980 e início do século 21, tais como denúncias de mau uso do dinheiro público, CPI das ONGs etc., torna-se inconteste a necessidade das diretrizes oficiais do Siconv:

- Ênfase na transparência à sociedade;
- Redução do custo operacional;
- Automação de todo o ciclo de vida das transferências;
- Facilidades para fiscalização e controle;
- Simplificação de procedimentos;
- Suporte à padronização;
- Interoperabilidade com os outros sistemas federais, como o Cadastro Único de Convênio (Cauc/Siafi), Receita Federal etc.

Transferências voluntárias	2008* setembro a dezembro	2009 janeiro a dezembro	2010 até 6 de março
Valor total dos repasses realizados	R\$ 2.848.987	R\$ 12.233.569	R\$ 115.544
Número de convênios assinados	2.895	24.135	131
Valor de transferências para entidades privadas sem fins lucrativos (EPSFL)	R\$ 726.776 (24% do total)	R\$ 1.756.508 (14% do total)	R\$ 54.616 (46% do total)
Número de convênios realizados com EPSFL	1.032 (36% do total)	3.192 (13% do total)	50 (38% do total)
Propostas recebidas	34.282	146.706	16.087
% aproximada de propostas convertidas em convênios	8,5	16,5	1

Fonte: boletins gerenciais Siconv 2008, 2009 e 2010 elaborados pela coordenação geral de informações estratégicas do Departamento de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

* O portal do Siconv foi disponibilizado a partir de setembro de 2008.

Facilidades que o sistema oferece

O Siconv foi detalhadamente estudado e, desde sua primeira edição, já sofreu muitas alterações. Novos módulos já foram disponibilizados, mas o conceito

básico das facilidades que o sistema oferece continua sendo:

- Divulgação dos programas em um único local por todos os órgãos públicos – tempestividade de informação;
- Cadastro unificado de convenientes – unicidade e praticidade;
- Envio eletrônico de propostas – economicidade;
- Padronização de projetos – técnicos mais especializados;
- Recursos transferidos e a transferir – publicidade;
- *Status* do cronograma de execução – acompanhamento integral em tempo real;
- Integração com sistemas estruturadores – posição oficial da situação legal do proponente.

Os desafios

Como toda mudança de paradigma, a implantação do Siconv também gerou desafios para todas as partes interessadas (*stakeholders*). Além da mudança de cultura, essa implantação exigiu e continua exigindo de todos os usuários (tanto dos representantes dos concedentes como dos proponentes) árdua capacitação.

Ainda são necessárias algumas adaptações e novas integrações do portal junto aos sistemas bancários, mas ele já está atendendo plenamente à teoria de projetos, desde seu planejamento até sua execução.

O Terceiro Setor e o Siconv

Desde seu lançamento, existe a obrigatoriedade de credenciamento e cadastramento no sistema antes de iniciar a inclusão de qualquer proposta, fato que exige que muitas instituições busquem informações sobre como participar dos programas disponibilizados pela União e captar recursos federais.

Para os municípios, Estados e Distrito Federal, que possuem equipe técnica disponível no quadro de recursos humanos, essa transição foi menos traumática. No entanto, para as entidades sem fins lucrativos que, em sua maioria, trabalham com poucos colaboradores remunerados e exercem várias funções ao mesmo tempo, a pouca disponibilidade financeira e de tempo para a capacitação exclusiva sobre a utilização do Siconv acabou inviabilizando a participação dessas entidades nos programas federais disponibilizados para as mesmas.

Foram realizados cursos de capacitação de multiplicadores do Siconv em vários locais do Brasil, iniciativa do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em conjunto com a Secretaria Nacional de Articulação

Social (SNAS), da Secretaria Geral da Presidência da República (SGPR) e da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (Aecid).

Como resultado desses cursos, disponibilizou-se uma lista de multiplicadores por Estado no Portal de Convênios, havendo o compromisso de colaboração com as entidades sem fins lucrativos.

O portal

No dia 9 de abril, o portal foi modificado. Está com *layout* novo, mais rápido e com novas funcionalidades.

O portal é interativo e pode ser acessado pelos interessados de duas formas:

1) Acesso livre:

Programas de convênio:



- Listagem de Programas de Convênio por Órgão;
- Consultar Programas de Convênio disponíveis;
- Listar Convênios por Órgão.

2) Acesso restrito – credenciamento com CPF e senha:



O Siconv é uma ferramenta necessária, pública, acessível e devidamente normatizada que controla e proporciona publicidade às transferências voluntárias da União, com facilidades que visam à boa utilização dos recursos públicos. Portanto, veio para ficar.

Ainda são necessárias algumas adaptações e novas integrações do portal junto aos sistemas bancários, mas ele já está atendendo plenamente à teoria de projetos, desde seu planejamento até sua execução

Acordo entre República Federativa do Brasil e a Santa Sé



Sergio Monello

atendimento@sergiomonello.com.br

Advogado, contabilista, professor, Saleciano cooperador, sócio da Advocacia Sergio Monello e do Escritório Contábil Dom Bosco.

O acordo firmado no Vaticano em novembro de 2009 entre o governo da República Federativa do Brasil e a Santa Sé, relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil, beneficia não apenas a Igreja Católica, mas também todas as outras Igrejas.

Sem dúvida, foi um pacto de garantia da liberdade religiosa e de ação para a Igreja Católica. Com sua ratificação, o governo federal editou o decreto federal nº 7.107/2010, publicado no Diário Oficial da União em 12 de fevereiro. O artigo 1º do decreto estabelece que o acordo seja executado e cumprido como nele se contém. Já o artigo 2º dispõe que são sujeitos à aprovação do Congresso Nacional “quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido acordo, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, inciso I da Constituição, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional”.

O acordo foi redigido de modo claro e objetivo, estando em plena sintonia com o decreto nº 119-A/1890, e seus termos tiveram como fundamento os seguintes pressupostos:

- Reconhecimento da Santa Sé como suprema autoridade da Igreja Católica, regida pelo Direito Canônico;
- Reconhecimento das relações históricas entre a Igreja e o Brasil e suas respectivas responsabilidades a serviço da sociedade e da pessoa humana;
- Reconhecimento de que as partes contratantes cooperam para a construção de uma sociedade mais justa, pacífica e fraterna;
- A Santa Sé firma o acordo com base nos documentos do Concílio Vaticano II e Código de Direito Canônico, e a República Federativa do Brasil, em seu ordenamento jurídico;
- O Brasil, com base no direito de liberdade religiosa, reconhece à Igreja Católica o direito de desempenhar sua missão apostólica, garantindo o exercício público de suas atividades, observado o ordenamento jurídico brasileiro;

- Reconhecimento pelas partes da garantia do livre exercício dos cultos religiosos e o direito da Igreja de desempenhar sua missão segundo seu magistério.

Alguns aspectos importantes do acordo:

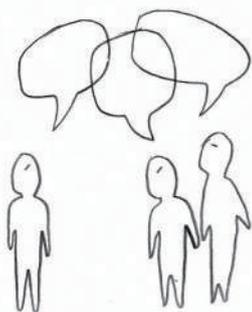
- É reafirmada a personalidade jurídica da Igreja Católica e de todas as instituições eclesiais que possuem tal personalidade em conformidade com o direito canônico;
- É declarado que a Igreja pode livremente criar, modificar ou extinguir todas as instituições eclesiais;
- São reconhecidos os direitos às pessoas jurídicas eclesiais que, além de fins religiosos, persigam fins de assistência e solidariedade social às imunidades, isenções e benefícios;
- É reconhecido que o patrimônio histórico, artístico e cultural da Igreja Católica, bem como os documentos custodiados em seus arquivos e bibliotecas, constitui parte relevante do patrimônio cultural brasileiro;
- É reconhecido que a finalidade própria dos bens eclesiais deve ser salvaguardada pelo ordenamento jurídico brasileiro, sem prejuízo de outras finalidades;
- A Igreja, ciente do valor de seu patrimônio cultural, compromete-se a facilitar o acesso a ele para todos os que o queiram conhecer e estudar, salvaguardadas suas finalidades religiosas e as exigências de sua proteção e da tutela dos arquivos;
- A República Federativa do Brasil assegura, nos termos de seu ordenamento jurídico, as medidas necessárias para garantir a proteção dos lugares de culto da Igreja Católica e de suas liturgias, símbolos, imagens e objetos cultuais;
- É declarado que nenhuma dependência ou objeto afeto ao culto católico pode ser demolido, ocupado, transportado, sujeito a obras ou destinado pelo Estado e entidades públicas a outro fim, salvo por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, nos termos da Constituição brasileira;

- A Igreja, em vista do bem comum da sociedade, compromete-se, segundo exigências da lei, a dar assistência espiritual aos fiéis internados em estabelecimentos de saúde, assistência social, educação ou similar, ou detidos em estabelecimento prisional;
- A Igreja, em atenção ao princípio de cooperação com o Estado, continuará a colocar suas instituições de ensino em todos os níveis a serviço da sociedade, em conformidade com seus fins e com as exigências do ordenamento jurídico brasileiro;
- A República Federativa do Brasil reconhece à Igreja Católica o direito de constituir e administrar seminários e outros institutos eclesiásticos de formação e cultura;
- Reconhecimento dos efeitos civis dos estudos, graus e títulos obtidos nos seminários e institutos; é regulado pelo ordenamento jurídico brasileiro, em condição de paridade com estudos de idêntica natureza;
- O Brasil, em observância ao direito de liberdade religiosa, da diversidade cultural e da pluralidade confessional do país, respeita a importância do ensino religioso em vista da formação integral da pessoa;
- O ensino religioso, católico e de outras crenças, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade religiosa do Brasil;
- A homologação das sentenças eclesiásticas em matéria matrimonial, confirmadas pelo órgão de controle superior da Santa Sé, será efetuada nos termos da legislação brasileira sobre homologação de sentenças estrangeiras;
- É garantido o segredo do ofício sacerdotal, especialmente o da confissão sacramental;
- O Brasil declara seu empenho na destinação de espaços a fins religiosos, que deverão ser previstos nos instrumentos de planejamento urbano a serem estabelecidos no respectivo Plano Diretor;
- Às pessoas jurídicas eclesiásticas, bem como ao patrimônio, renda e serviços relacionados com suas finalidades essenciais, é reconhecida a garantia de imunidade tributária referente aos impostos, em conformidade com a Constituição brasileira;
- Para fins tributários, as pessoas jurídicas da Igreja Católica que exerçam atividade social e educacional sem finalidade lucrativa receberão o mesmo tratamento e benefícios outorgados às entidades filantrópicas reconhecidas pelo ordenamento jurídico brasileiro, inclusive em termos de requisitos e obrigações exigidos para fins de imunidade e isenção;
- As tarefas de cunho apostólico, pastoral, litúrgico, catequético, assistencial, de promoção humana e semelhantes poderão ser realizadas a título voluntário, observado o disposto na legislação trabalhista brasileira:
 - Os bispos, no exercício de seu ministério, poderão convidar sacerdotes, membros de institutos religiosos e leigos, que não tenham nacionalidade brasileira, para servir no território de suas dioceses, e pedir às autoridades brasileiras, em nome deles, a concessão do visto para exercer atividade pastoral no país;
 - Órgãos do governo brasileiro, no âmbito de suas respectivas competências, e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, devidamente autorizada pela Santa Sé, poderão celebrar convênio sobre matérias específicas, para implementação do presente acordo;
 - Quaisquer divergências na aplicação ou interpretação do presente acordo serão resolvidas por negociações diplomáticas diretas. 

É reconhecido que o patrimônio histórico, artístico e cultural da Igreja Católica, bem como os documentos custodiados em seus arquivos e bibliotecas, constitui parte relevante do patrimônio cultural brasileiro

sustent@correlações

www.sustente.org
sustente@sustente.org



sustentabilidade na prática

estratégia inteligente
comunicação transparente
despertamento de consciências
novos negócios para novos tempos



CONIP 2010

CIDADES CRIATIVAS

25 a 27 de maio de 2010

Centro Fecomércio de Eventos • São Paulo • SP

- Inclusão digital
- Dados governamentais abertos
- Plano nacional de banda larga
- Acessibilidade



Participações Internacionais:
Marlei Pozzebon e Claudio Siebel

Presenças confirmadas de:

Paulo Coelho, Presidente, PRODERJ
Rogério Santanna, Secretário,
SLTI/Ministério do Planejamento
Marcos Mazoni, Presidente, SERPRO

Norberto Torres, Superintendente, FDTE-Gov
Rodrigo Assumpção, Presidente, Dataprev
Roberto Agune, Especialista em Governo
Eletrônico



Lançamento do livro e apresentação "Pesquisa TIC Domicílios e Empresas 2009", Alexandre Barbosa, CETIC, NIC.br



Faça uma palestra relâmpago sobre sua solução para o setor público. Participe do "Ideias em um clique"! Inscreva-se: http://governoeletronico.blog.br/blog/?page_id=361



Participe nas Redes Sociais, acompanhe o twitter: @conip2010 e saiba das novidades em: <http://www.conip.com.br/Conip2010/MidiasSociais>

patrocínio



www.conip.com.br/Conip2010

imprima somente se necessário



CONIP 2010 • evento sustentável • Com pequenas atitudes, você contribui para o uso da TI de forma sustentável.

O trabalho voluntário e a equipe remunerada



Como equilibrar as relações entre funcionários e voluntários dentro das organizações sociais

A experiência tem demonstrado que o voluntário agrega muito valor à organização social. No entanto, se a relação entre funcionários e voluntários não for bem administrada, ocorrerão conflitos. Para evitar turbulências, é fundamental que aqueles que doam seu tempo, trabalho e talento se sintam como parte de uma equipe composta por funcionários, diretores, conselheiros, e que sua contribuição seja importante para a organização atingir os resultados desejados.

Ao desempenhar as atividades, o voluntário interage com o *staff* e com os beneficiários dos serviços prestados pela organização social. Sendo assim, a clareza das normas, regras, deveres e direitos permitem estabelecer relações saudáveis.

Muitas resistências ao trabalho voluntário são baseadas em percepções equivocadas ou parciais sobre as possibilidades e limites desse tipo de colaboração. É necessário esclarecer que o voluntário não substitui funções remuneradas. Ele doa parte de seu tempo e suas habilidades, assumindo atividades definidas. Com isso, a equipe remunerada consegue se dedicar mais às tarefas específicas de cada área de atuação.

Os voluntários resolvem “uma parte do problema” de acordo com suas disponibilidades e interesses. Os profissionais remunerados são os principais responsáveis pelo andamento da organização; deles se exige dedicação exclusiva. É um equívoco grave julgar que o

voluntário é mão de obra barata. Não tem sentido pensar em voluntários para suprir uma eventual falta de recursos e menos ainda para baratear custos.

Para o trabalho voluntário ser eficiente, é preciso quebrar a sua relação direta com a falta de recursos. Deve-se mostrar que, de acordo com o conceito de voluntariado moderno, o voluntário é uma pessoa que desempenha funções dentro de um planejamento e com responsabilidade. Dessa forma, ele é peça fundamental para que a instituição atinja os objetivos sociais propostos, o que garantirá sua subsistência. Em última análise, todos – inclusive voluntários – são componentes de uma engrenagem que busca realizações sociais com participação na economia, da comunidade e geradora de empregos.

O voluntariado contempla e enriquece o trabalho da equipe remunerada. Todos, voluntários e funcionários, devem se voltar prioritariamente ao projeto e concentrar a atenção na missão e nos objetivos da organização social.

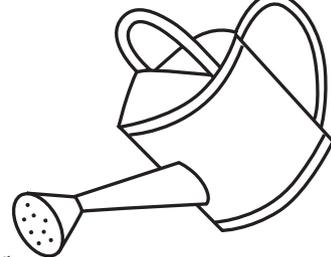
Ter uma equipe de voluntários comprometidos e motivados, além do entusiasmo que contagia todo o ambiente de trabalho, melhorando a eficiência e produtividade, traz credibilidade à organização social. Contar com colaboradores engajados e fiéis é visto por doadores, financiadores, autoridades, lideranças comunitárias, beneficiários e pelo público em geral como sinal de que a organização é idônea, que realiza um trabalho sério e transparente. 



Link 
www.cvsp.org.br

e-mail 
facaparte@cvsp.org.br

Venha conhecer novas fórmulas de comunicação responsável e saiba como impactar os consumidores através do estímulo de ações socioambientais.



#modernidade #redes sociais #habilidade #diversidade #consumo consciente #educação #ética #sustentabilidade #sustentabilidade #valores pessoais #habilidade #modernidade #diversidade #tecnologia #espiritualidade #consumo consciente #espiritualidade #novos paradigmas #cadeia de valor #redes sociais #educação

unomarketing
comunicação consciente

Feira e Seminário sobre soluções de comunicação responsável

28 a 29 de setembro de 2010



José Carlos Duarte
IBM



Ricardo Guimarães
Thymus



Ari Raynsford



Ricardo Voltolini
Ideia Socioambiental



Percival Caropreso
Setor 2 e 1/2



Koann Skrzyniarz
Sustainable Life Media



Fernando Rossetti
GIFE



Miriam Chaves
Rádio Eldorado

Plante a semente da comunicação responsável em palestras e seminários sobre:

- A tecnologia e a disseminação da cultura da transparência
- Comunicação como processo educativo e transformador

*Veja a relação completa dos painelistas no site.

- Geração M: novos paradigmas de mobilização para transformação
- Responsabilidade pessoal: ética, inovação e autenticidade como condutores dos processos criativos

Inscrições e informações: 11 3032 5633 - www.unomarketing.com.br - Fecomercio - SP /R. Dr. Plínio Barreto, 285



Programas empresariais de voluntariado: investimento social privado ou desenvolvimento do colaborador?

Usina de Itaipu/Adriano Aguiar

Falar de voluntariado nos remete à dedicação de pessoas a ajudar as outras ou melhorar um determinado ambiente, o que significa a sua contribuição para algo ou alguém fora dela mesma. Entretanto, pesquisas e relatos apontam que o trabalho voluntário transforma também a pessoa que realiza a ação. Nessa perspectiva, os programas empresariais de voluntariado acontecem promovendo resultados para as comunidades e ONGs beneficiadas, além de possibilitar novas habilidades, visão global e satisfação do colaborador.

Em pesquisa realizada com os voluntários do Programa Força Voluntária da Itaipu Binacional, 100% dos colaboradores participantes disseram se sentir satisfeitos após a realização da ação voluntária e informaram que mais recebem do que dão. Sobre o que ganham: 97% avaliaram que o voluntariado possibilitou novas habilidades pessoais e 100% informaram que as ações voluntárias incentivadas pela empresa possibilitaram aproximação com mais colegas de trabalho.

Por outro lado, os resultados também são eficazes com a comunidade. Incentivados pela Responsabilidade Social da Itaipu Binacional, os

voluntários levam os conhecimentos adquiridos com os projetos socioambientais da empresa até os alunos e professores das escolas públicas de Foz do Iguaçu. Entre os temas pode-se mencionar questões de gênero, vida saudável e cuidados com a natureza. Outro impacto é o banco de projetos, pelo qual a empresa financia ações desenvolvidas pelos colaboradores para ONGs de Curitiba e da região metropolitana.

Com os resultados, o programa demonstra que é voltado ao público interno, o que tem tudo a ver com a área de recursos humanos, mas sua atuação ganha vida externamente, com apoio do investimento social privado da empresa. O lugar onde ele está depende do planejamento e das características da companhia, mas é essencial que as estratégias do programa sejam dos colaboradores e que a contrapartida da empresa esteja alinhada com a responsabilidade social e recursos humanos.

Independentemente das diretrizes estratégicas, um programa de voluntariado representa o verdadeiro “ganha-ganha” com seus resultados. Empresa, colaboradores e comunidades são beneficiados com a solidariedade.

Os programas empresariais de voluntariado acontecem promovendo resultados para as comunidades e ONGs beneficiadas



Link 
www.acaovoluntaria.org.br

e-mail @
acao@acaovoluntaria.org.br

Telefone 
(41) 3322-8076

Pelo acesso, contra o retrocesso

Disseminação da tecnologia facilita gestão de organizações sociais e impulsiona estabelecimento de telecentros em todo o Brasil

Por Luciano Guimarães

A difusão e o uso da tecnologia têm sido grandes molas propulsoras para o desenvolvimento das atividades das organizações sociais. O Terceiro Setor, assim como as demais áreas da sociedade, beneficiou-se sobremaneira nos últimos cinco anos, em especial pela facilidade de acesso a equipamentos de informática e à internet banda larga.

O crescimento no volume de computadores pessoais foi possível graças a uma política de incentivos fiscais do governo federal e à queda natural de preços, em função da fabricação em massa. Tudo isso vem propiciando mais doações de máquinas usadas às ONGs.

No caso específico da internet, entrou recentemente em vigor no país o Plano Nacional de Banda Larga, que visa a elevar o nível de acesso para as pessoas menos favorecidas – estas, em geral, procuram essa tecnologia nas *lan houses*, escolas ou mesmo na casa de amigos.

Dessa forma, a tecnologia também contribuiu para a ampliação dos telecentros comunitários, inclusive com a participação efetiva de diversas empresas, como IBM, Microsoft, Dr. Micro e Techsoup, entre outras, que colaboram até hoje com a doação de equipamentos e a capacitação profissional. Os telecentros, segundo definição do IDBrasil, são espaços com computadores conectados à internet banda larga. Cada unidade possui normalmente entre 10 e 20 micros, sendo que o uso livre dos equipamentos, cursos de informática básica e oficinas especiais são as principais atividades oferecidas à população.

Dados do Observatório Nacional de Inclusão Digital (Onid) mostram que existem atualmente 5.290 telecentros espalhados no Brasil, sendo que o Estado de São Paulo ocupa o topo da lista, com 382 unidades, seguido pelo Rio de Janeiro, com 173 telecentros. A administração desses locais é feita por um conselho gestor, formado e eleito por membros da comunidade, que ajudam os funcionários na fiscalização e gestão do espaço.

“Os telecentros eram uma ideia que não estava consolidada, confundindo-se com o uso de *lan houses*, jogos e horas de computador”, explica Valter Cegal, diretor de operações da Associação Telecentro de Informação e Negócios (ATN). De acordo com ele, após serem criados pelo Ministério da Tecnologia, os telecentros foram se tornando independentes. “A partir disso, passou-se a ter essa necessidade de haver soluções de sustentabilidade”, salienta.

Um exemplo bem acabado desse apoio à evolução dos telecentros no Brasil veio em maior grau do Comitê para a Democratização da Informática que desde 2008 gerencia 22 telecentros do Estado do Espírito Santo. Segundo a diretora de operações do Centro de Democratização da Informática (CDI), Cinthya Game, os espaços são equipados pelo governo e a ONG entra com sua *expertise* de gerenciamento, de mobilização social e comunitária. Ela frisa que “em alguns escritórios regionais o CDI participa na capacitação de monitores de telecentros. O governo está procurando estimular a melhoria da gestão dos telecentros no Brasil por meio de parcerias com ONGs e demais instituições. Inclusive, foi criado um grupo de trabalho com essa finalidade”, argumenta.

Para Cinthya, os telecentros são espaços onde as pessoas, por meio do emprego de uma boa gestão e do uso de uma metodologia clara de trabalho, conseguem se transformar em verdadeiros cidadãos.

Mundo virtual

Na esteira da disseminação da tecnologia e da inclusão digital por meio dos telecentros, as ONGs foram bastante beneficiadas pelo evidente progresso do conhecimento utilizado no mundo virtual com aplicação no mundo real. Basicamente, são os mesmos passos seguidos pelas empresas, guardadas as devidas proporções.

Entidades ainda recebem equipamentos danificados e desatualizados

Mesmo com o crescente direcionamento de computadores, monitores e impressoras para o Terceiro Setor, boa parcela das entidades enfrenta uma situação até certo ponto constrangedora – a maioria das organizações sociais recebe equipamentos doados, incluindo móveis, muito defasados ou quebrados, o que acaba gerando gastos para reformas, trocas ou adaptações.

“Algumas organizações, muitas vezes receosas de demonstrar seu desconforto em relação a esse abuso e de perder um possível parceiro, optam por silenciar diante de tamanho desrespeito”, desabafa Cecilia. Segundo ela, poucas são as ONGs competentes que dispõem de recursos tecnológicos plenamente adequados para desempenhar seu trabalho e fazer o monitoramento e a prestação de contas das suas instituições.



Equipe do Instituto Hartmann Regueira acessa o PDG.org On-Line, programa de gestão para ONGs

Do gerenciamento de planilhas em Excel para o controle de entradas e saídas de doações ou de alimentação à entrada na *web* com sites e *newsletters*, por exemplo, as entidades estão assimilando rapidamente as melhorias trazidas pela evolução científica.

Atualmente, o Terceiro Setor vem desenvolvendo muitos de seus projetos auxiliados por tecnologias do dia-a-dia de todos os cidadãos, principalmente a comunicação móvel, uma das mais exploradas mundialmente para a solução de problemas nas áreas de saúde, social, meio ambiente e direitos humanos. “Ambientes virtuais podem contribuir muito para as organizações, pois são espaços institucionais de exposição de informações e conhecimento (sites, blogs etc.) e de captação e exposição do novo (portais de notícias, Twitter etc.), e podem ajudar a formar redes variadas de organizações”, destaca Cecilia Regueira, diretora-executiva do Instituto Hartmann Regueira.

A gestora frisa que outra ferramenta de disseminação do conhecimento são as *webinars* e os artigos com base fidedigna, produzidos e colocados na *web* por organizações respeitadas, como o Grupo de Institutos Fundações e Empresas (Gife) e o Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (Idis). “A forma encontrada para elevar as organizações sociais ao mesmo nível de eficiência das empresas bem sucedidas foi ensiná-las a captar e a gerir recursos financeiros, vindos inclusive de entidades estrangeiras, e a lidar com parceiros e fornecedores e com o público externo e interno”, afirma a diretora do Instituto. De acordo com Cecília, as ONGs já descobriram o potencial da tecnologia e estão qualificando seu pessoal nessa área, expandindo suas ações e projetos e alcançando resultados mais efetivos.

Para atestar tal afirmação, o Instituto Hartmann Regueira lançou a versão on-line do Programa de Desenvolvimento em Gestão para Organizações de Terceiro Setor – PDG.org On-Line. Como na versão presencial, o objetivo é desenvolver a gestão das ONGs, tendo em vista sua sustentabilidade. Com duração de 12 meses, é constituído de seis módulos de ensino: Gestão Financeira; Alianças, Parcerias e Redes; Planejamento; Monitoramento e Avaliação; Gestão de Pessoas; e Gestão e Governança.

Segundo Danilo Abdala, coordenador do PDG.org On-Line, simultaneamente aos módulos de ensino, cada ONG passa por um amplo processo de *coaching* social, durante o qual, com o apoio de um treinador que a atende mensalmente (virtual e/ou presencialmente), trata suas demandas específicas, contribuindo para a criação de soluções. “O Programa oferece às organizações uma base de conhecimento estruturada, estabelecendo uma rede de aprendizagem contínua para o compartilhamento das experiências de gestão”, salienta Abdala.

De maneira geral, o avanço da tecnologia jamais vai parar, e toda mudança positiva na forma como as ONGs se relacionam com seus *stakeholders* é muito bem-vinda. Obviamente, tais transformações ocorrerão de formas e com velocidades distintas, pois levam em conta diversos aspectos – lugar, objetivos, missão, porte da entidade, público-alvo, parceiros etc.

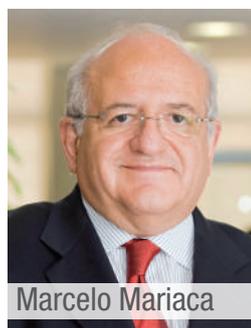
Cintha concorda que a cultura de cada país faz com que o modelo de gestão seja adaptado à realidade local. “O importante nesse processo é criar gestões sustentáveis ao longo do tempo, que permitam fazer a inclusão digital em canais diversos”.

Links

www.atn.org.br
www.avina.net
www.drmicro.com.br
www.ibm.com/br
www.idbrasil.gov.br
www.institutounibanco.org.br
www.microsoft.com.br
www.oifuturo.org.br
www.onid.org.br
www.techsoupbrasil.org.br



Contratação pela web



Marcelo Mariaca

marcelo.mariaca@mariaca.com.br
Presidente da Mariaca e professor da
Brazilian Business School.

O *e-recruiting*, jargão mais comum para descrever a contratação de capital humano pela internet, se dá de quatro maneiras. Na primeira, empresas e bancos recrutam pelos seus próprios sites, listando vagas abertas e oferecendo a candidatos a opção de preencher fichas de emprego, de forma direta e confidencial. Na segunda opção, empresas que contratam usam os serviços de páginas virtuais dedicadas a carreiras, como o Monster.com, nos Estados Unidos, ou o Curriculum.com, no Brasil.

Esses sites funcionam como bancos de currículos, fontes de treinamento sobre carreiras e seminários sobre desenvolvimento profissional, e são uma mídia de anúncios eletrônicos sobre vagas. Só nos Estados Unidos, somam mais de 100 mil. No Brasil, alguns exemplos são os sites da API, BNE, Bumeran, Elancers, Employment, Gelre, LatPro, TIMaster e Vagas.

A terceira opção são os *headhunters* tradicionais, que também usam a internet para anunciar posições para as empresas, como os pioneiros Futurestep, da Korn Ferry, e LeadersOnline, da Heidrick & Struggles. Finalmente, existem as consultorias em transição de carreiras, que publicam os currículos dos melhores talentos que estão sendo colocados com seu apoio, em páginas de acesso restrito por senhas. A pioneira mundial foi a Lee Hecht Harrison, com o Resumé Reserve.

O tráfego dos 20 maiores sites dedicados a carreiras nos Estados Unidos aumenta 50% por ano, tornando o *e-recruiting* muito importante na contratação de capital

humano por parte de empresas americanas. Estudo recente aponta o Monster.com como líder, com mais de 615 milhões de visitas, seguido por Hotjobs.com, Headhunter.net, Craigslist.org e Dice.com. O tráfego aumentou pelo menos 20% em cada um dos maiores sites, e pelo menos 40% nos 18 principais.

A General Electric, Cisco e HP usam o *e-recruiting* para contratar a quase totalidade de seus empregados. Dos estudantes norte-americanos que procuram emprego, quase 100% afirmam ter usado a internet. Pela lista da revista *Fortune*, das 500 maiores empresas americanas, 100% já recebem currículos on-line e mais de 90% publicam fichas de inscrição nos seus *websites*, permitindo o registro dos candidatos.

É bem provável que as grandes empresas e bancos continuem a contratar executivos pelos meios tradicionais, incluindo *headhunters*. Mas as posições técnicas, de vendas, engenharia, suporte, finanças, recursos humanos, áreas de apoio (incluindo supervisão de laboratórios e fábricas), gerências médias e estágios deverão ser preenchidas por meio do *e-recruiting*. A razão é tanto econômica como prática: o *e-recruiting* reduz o tempo de contratação em 80%, e o custo, em 90%.

Os maiores jornais do mundo também oferecem aos candidatos os endereços eletrônicos das empresas que oferecem vagas. O método elimina custos de postagem para os candidatos e facilita o processo de pré-seleção para as empresas, pois permite a seleção on-line do perfil dos candidatos e acaba com a triagem de centenas de envelopes. 

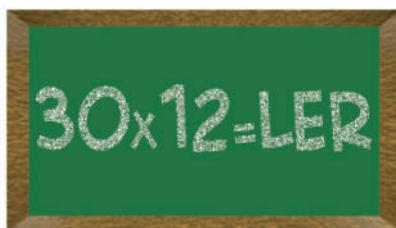
Dividir conhecimento para multiplicar oportunidades

Andréia Tenório dos Santos
Alfabetizadora da Alfabetização Solidária

Robson Martins da Silva
Aluno da Alfabetização Solidária



Com apenas R\$ 30,00 por mês durante 12 meses, você adota um aluno. A AlfaSol já atendeu mais de 5 milhões de pessoas e capacitou cerca de 254 mil alfabetizadores em mais de 2,4 mil municípios brasileiros. Escreva essa história de sucesso no seu coração!



Ligue **0800 727 17 21**
www.alfasol.org.br

Planejamento legal tributário das entidades sociais



Marcos Biasoli

marcos@mbiasoli.adv.br

Advogado, pós-graduado em Direito Empresarial pela The European University, administrador de empresas pela Universidade Mackenzie, consultor jurídico do Terceiro Setor, idealizador e membro do Conselho Editorial da Revista Filantropia.

Colaboradores:

Ricardo Curia e
Talita Falcão

Planejar é avaliar um determinado cenário sob a perspectiva da definição de prioridades e promoção da estruturação de referenciais que visam à adoção de novas medidas rumo aos resultados esperados. O ato de planejar deve ser compreendido como algo em constante movimento. Trata-se de processo contínuo, no qual se reprojeta situações, soluções e resultados.

Em verdade, o planejamento não é ferramenta recente, fruto da administração moderna. Em passagem bíblica, Jesus menciona aos fariseus: “Quem de vós, querendo construir uma torre, não se assenta primeiro e calcula a despesa, para ver se tem bastante para completá-la?”. Assim, vê-se que toda ação é merecedora de uma reflexão antecedente, sob pena de ruir em seus próprios fundamentos.

Trazendo o planejamento para o campo tributário, em princípio nos parece que tal procedimento é mais aplicável às empresas com fins lucrativos, em especial por proporcionar a integridade patrimonial por meio da redução da carga tributária. Contudo, é fato incontestável sua funcionalidade nas entidades sociais, no sentido de ofertar maior visibilidade sobre as operações dessa natureza, além de criar mecanismos de identificação de oportunidades e ameaças, explorando-as ou neutralizando-as, antecipando a entidade acerca de problemas fiscais que possam ocasionar vulnerações.

O planejamento é essencial, não apenas sob a ótica da redução da carga tributária, que é bastante alta, mas sobretudo como diferencial competitivo, já que eleva o nível de excelência da entidade, considerando sua habilidade em lidar com ferramentas de gestão. Para elaborar um planejamento condizente com as finalidades sociais da entidade, faz-se necessário avaliar todo o contexto no qual ela se insere, inclusive no que concerne aos ambientes interno e externo.

Ambiente interno

A análise do ambiente interno tem por finalidade identificar as limitações e qualidades da entidade. São os

famosos pontos fortes e pontos fracos. Um exemplo prático dessa mensuração é avaliar se, para obter um determinado benefício fiscal, a entidade cumpre com os requisitos da legislação, seja por meio de um registro ou de uma certificação.

Se a entidade não tem condições, pelo menos por ora, de cumprir com determinado requisito, deverá classificar esse fato como ponto negativo, o que viabilizará a criação de estratégias específicas para solucionar tal questão. Por outro lado, se ela tem um bom trabalho de captação, poderá classificar esse fato como um ponto forte e, a partir daí, buscar uma evolução planejada.

Como, via de regra, as entidades sociais convivem com o eco do caixa, precisam peregrinar por fontes coloquiais e alternativas de recursos. O planejamento nesse sentido não deixa de ser uma possibilidade de maximização da renda para a obra do bem.

Ambiente externo

No ambiente externo, a entidade deve avaliar questões que independem de sua vontade, ou seja, estão inseridos nesse contexto a legislação que permeia sua atividade, os indicadores econômicos, como taxa de juros e inflação, entre outros fatores que influenciam as medidas a serem adotadas.

De acordo com o economista austríaco Peter Drucker, “em épocas turbulentas as empresas não podem pressupor que o amanhã será sempre uma extensão do presente. Os tomadores de decisões devem enfrentar face a face a realidade e resistir àquilo que todos já conhecemos, a tentação das certezas do passado – certezas que estão prestes a se tornar as superstições do futuro”.

Trazendo para o campo prático, há um fator de suma relevância para a elaboração do planejamento tributário: a avaliação da legislação. Afinal, os gestores da entidade conhecem os fatos que os levam a recolher ou deixar de recolher aos cofres públicos determinados valores? Qual o momento, formas de incidência,

bases de cálculo e alíquotas de um determinado tributo que incide sobre?

Fundamentado nessa análise, que envolve também verificar se tais normas guardam harmonia com as superiores, cabe a investigação da incidência de algum tributo que ainda não fora objeto de isenção ou imunidade, visando à desoneração fiscal da entidade.

Cuidados no momento da elaboração do planejamento

Embora a tributação seja uma das excepcionalidades ao princípio da propriedade privada, algumas formas de planejamento tributário podem ser consideradas ilícitas. Nesse aspecto, atenção ao que dispõe o artigo 116, parágrafo único, do Código Tributário Nacional: "A autoridade administrativa poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os procedimentos a serem estabelecidos em lei ordinária".

Além disso, já é pacífica a possibilidade de descon sideração do negócio jurídico quando praticado em direção contrária à norma legal, visando a excluir ou modificar as características essenciais do fato gerador da obrigação tributária, somado à aplicação de multas de grande vulto e sem prejuízo das penalidades crimina is cabíveis.

Portanto, o planejamento tributário, antes de tudo, deverá ser um planejamento legal. É necessário domínio no que diz respeito ao tratamento tributário e compreensão de cada faceta da atividade desenvolvida pela entidade. Entender a efetiva extensão que poderá ser dada ao planejamento é o ponto de equilíbrio para sua eficácia.

Avaliação do custo do *status* filantrópico

Também é importante analisar o custo da contrapartida econômica para com o Estado, por meio das gratuidades próprias e aquelas derivadas da relação público/ privado. Faça as contas acerca do custo indispensável à consecução da atividade social, avaliando cada fato gerador da gratuidade:

a) **Na atividade educacional:** anuidades e mensalidades. É possível conceder em quantidade e percentuais as bolsas de estudos estabelecidas

no novo regramento? O público-alvo da atividade social se enquadra nos parâmetros determinados pela lei? Como otimizar a gratuidade sem exceder o orçamento previsto para concessão de bolsas?

- b) **Na atividade social:** receita ou serviços. A ausência de regulamento me exige do cumprimento do regramento anterior, no que concerne aos 20% da receita? Como preparar um planejamento voltado a atender a legislação sem, contudo, se esquecer de dispositivos que trazem segurança à entidade?
- c) **Na atividade de saúde:** serviços ao SUS. A entidade consegue ofertar ao SUS ao menos 60% de seus atendimentos? Como potencializar a oferta diante do escasso repasse? Como incorporar, para fins de gratuidade, o percentual de atendimento que advém de contrato de gestão? É possível complementar com outras atividades?

Uma vez pautadas essas e outras reflexões, será possível mensurar a viabilidade da manutenção do *status* social, colocando em xeque a premissa econômica: contrapartida (gratuidade) *versus* isenções.

A César o que é de César

Considerando que o planejamento está em constante movimento e deve acompanhar tanto as oscilações internas quanto as externas, não é demais requerer a atenção das entidades quanto as seguintes frentes:

- Identificar o ponto de equilíbrio do binômio receita *versus* gratuidade, bem como sua compatibilidade com um terceiro elemento, as isenções usufruídas, de cada área de atuação;
- Avaliar se a preponderância econômica (atividade-meio) supera a atividade-fim, o que poderá influenciar sobremaneira o planejamento;
- Estudar formas alternativas de eliminar problemas já conhecidos, ou mesmo otimizar o gerenciamento por meio de mecanismos como cisão, fusão, incorporação e transformação da estrutura jurídica.

O adequado registro contábil, devidamente amparado por documentação hábil, é outro ponto que merece destaque, já que garantirá transparência às informações de cunho gerencial. No mais, exige-se uma equipe de gestores atentos, conscientes da necessidade de mudança na cultura organizacional das instituições. 

É necessário domínio no que diz respeito ao tratamento tributário e compreensão de cada faceta da atividade desenvolvida pela entidade

Tempo de estágio versus aposentadoria

A constitucionalização da inclusão de período de estágio e de estudos custeados por bolsas na contagem de tempo necessário à concessão da aposentadoria e demais benefícios previdenciários está sendo sugerida por meio da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 16/04. O direito facultativo de contribuição para estagiários e bolsistas como meio de acesso aos benefícios previdenciários está previsto pela lei nº 8.212/1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social. Contudo, se a previsão do benefício estiver no texto constitucional, qualquer tentativa de modificação exigirá quórum qualificado.

 www.senado.gov.br



Aposentadoria isenta de imposto I

Tramita na Câmara dos Deputados o projeto de lei nº 6.990/10, do ex-deputado Eleuses Paiva (SP), que isenta do Imposto de Renda os proventos de aposentadoria de pessoas com deficiência física, auditiva, visual e mental. Atualmente, já são isentos do IR os aposentados portadores de diversas doenças graves, como tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, aids, câncer, entre outras. A proposta vai compensar os gastos das pessoas com deficiência com tratamentos de saúde, aquisição de cadeiras de rodas, medicamentos e transportes especiais.

Aposentadoria isenta de imposto II

O projeto classifica como portadores de deficiência: deficientes físicos (aqueles que têm alteração completa ou parcial de, pelo menos, um segmento do corpo humano, com comprometimento das funções físicas); deficientes auditivos (quem têm perda de 41 decibéis ou mais); deficientes visuais (as pessoas que têm acuidade visual inferior a limites mínimos definidos por exames médicos específicos); deficientes mentais (aqueles que têm funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação anterior aos 18 anos de idade e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas). O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

 www.camara.gov.br

Emprego a menores

A Constituição Federal proíbe qualquer trabalho para menores de 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos. Portanto, quando ocorre admissão destes empregados, os empregadores devem observar as restrições legais existentes no que concerne ao seu trabalho.

 www.iob.com.br

Tarifas bancárias

A cobrança de tarifa pela emissão de boleto bancário ou ficha de compensação é abusiva e constitui vantagem exagerada dos bancos em detrimento dos consumidores. Com esse entendimento, a Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) rejeitou recurso interposto por um banco. Como os serviços prestados são remunerados pela tarifa interbancária, a cobrança dos consumidores constitui enriquecimento sem causa por parte das instituições financeiras, pois há “dupla remuneração” pelo mesmo serviço, importando em vantagem exagerada dos bancos em detrimento dos consumidores, conforme dispõe os artigos 39, inciso V, e 51, parágrafo 1º, incisos I e III, do Código de Defesa do Consumidor.

 www.stj.gov.br

Câncer infantil

A Câmara dos Deputados analisa atualmente o projeto de lei nº 6.806/10, que cria o Programa Nacional de Combate à Retinoblastoma (câncer de retina) e aos Tumores Embrionários. O texto estabelece que a União, por meio dos Ministérios da Saúde e do Desenvolvimento Social, colocará à disposição da população, em toda a rede pública de saúde, a realização de exames para identificar a retinoblastoma e de ultrassom para identificar tumores embrionários. Os exames deverão ser realizados em crianças de 4 a 15 meses. Identificada a ocorrência de tumores, as crianças serão encaminhadas para tratamento na rede pública de saúde.

 www.audisaudidores.com.br

Acerto rescisório

Qualquer compensação na rescisão contratual não poderá exceder o equivalente a um mês de remuneração do empregado, segundo o parágrafo 5º do artigo 477, da CLT. Isso significa que não é permitido descontar, de uma única vez, na rescisão contratual, as despesas médicas custeadas pela empresa em valor superior à remuneração do empregado. Dessa forma, a 7ª Turma do TRT-MG confirmou a sentença que condenou uma empresa a devolver ao reclamante a quantia de R\$ 6.157,09, descontada no acerto rescisório, a título de despesas médicas.

 www.mg.trt.gov.br

Instituição de Utilidade Pública

A Agência Nacional de Telecomunicações aprovou norma sobre o Registro de Intenção de Doação a Instituições de Utilidade Pública, as quais poderão utilizar os serviços de telecomunicações para fomentar suas atividades. A resolução que regulamenta a questão foi publicada devido ao grande alcance social das campanhas que utilizam serviços de telecomunicações, todas realizadas por instituições de Utilidade Pública, sendo uma necessidade para a Anatel aperfeiçoar as condições de prestação dos serviços de telecomunicações envolvidos nessas campanhas.

 www.mbiasioli.com.br

Módulo Internacional do ProUni

Através da Portaria nº 381/2010, o Ministério da Educação instituiu o Módulo Internacional no âmbito do Programa Universidade para Todos (ProUni). As instituições educacionais estrangeiras poderão aderir ao Módulo Internacional do ProUni exclusivamente para fins de recebimento de estudantes brasileiros, excluídos os benefícios fiscais reservados às instituições educacionais brasileiras, nos termos de legislação própria. A adesão deverá ser formalizada por meio de Memorando de Entendimentos firmado entre a instituição estrangeira e o Ministério da Educação. Os demais procedimentos para a adesão de instituições educacionais estrangeiras ao programa estão descritos neste normativo.

 <http://siteprouni.gov.br>

Pró-labore

O pró-labore é a remuneração que os sócios, diretores ou administradores e titulares de empresas individuais (atualmente empresários) recebem pelo seu trabalho. Não se confunde, portanto, com valores correspondentes a lucros aos quais essas pessoas façam jus em decorrência da participação societária.



Vale-transporte

Ao analisar o recurso de um município, que não se conformou com a sua condenação de ressarcimento da reclamante pelos valores que ela gastou no transporte intermunicipal para o trabalho, a 3ª Turma do TRT/MG decidiu que a lei municipal que restringiu o direito ao vale-transporte é inválida. Isso porque compete privativamente à União Federal legislar sobre direito do trabalho.

 www.mg.trt.gov.br

Serviços médicos I

Apesar de não ter havido alteração nas regras para declaração do Imposto de Renda para profissionais liberais no exercício de 2010, uma nova regra da Receita exige que os profissionais da área da saúde inscritos no CNPJ informem, a partir de 2011, dados de todos os pacientes atendidos no ano anterior. Na prática, essa nova regra significa que já é preciso anotar as informações neste ano para apresentar a Declaração de Serviços Médicos (DMED), que passa a ser exigida a partir de 2011.

Serviços médicos II

A primeira DMED, com as informações de 2010, deverá ser apresentada até o último dia útil do mês de fevereiro de 2011 – antes do início da entrega da declaração. Assim como o programa do Imposto de Renda, a DMED estará disponível no meio digital, com um aplicativo no site da Receita Federal. O objetivo da declaração é fornecer informações para validar as despesas médicas declaradas pelas pessoas físicas e, assim, combater a apresentação de recibos falsos. A nova regra visa a inibir práticas como declaração do valor da consulta e do reembolsado pelo plano como despesas médicas, pois apenas a diferença entre eles é dedutível do IR.

Serviços médicos III

Além dos profissionais de saúde, os hospitais, clínicas, laboratórios e operadoras de convênios médicos também serão obrigados a informar dados dos pacientes. A multa para quem não apresentar a DMED no prazo estabelecido será de R\$ 5 mil por mês. No caso de informações omitidas ou inexatas, a multa será de 5% do valor das transações comerciais, por transação, valor que não poderá ser inferior a R\$ 100.

 www.dci.com.br
www.audisaauditores.com.br

1 **Como fica a estabilidade da gestante em contrato de experiência?**

A garantia de emprego da gestante em período de experiência vai até o fim do contrato. Esse entendimento vem sendo adotado pelo próprio Tribunal Superior do Trabalho (TST) que, em demanda recente, isentou uma empresa de pagar verbas rescisórias relativas ao salário-gestante a uma empregada despedida durante o contrato de experiência, quando estava no início de uma gravidez. Assim, vê-se que a entidade deve responder apenas pelos créditos compreendidos entre a demissão da trabalhadora e o término do contrato.

2 **A receita de prestação de serviços do SUS integra a base de cálculo da Cofins?**

Segundo recente solução de consulta da Receita Federal Brasileira (RFB), a receita de prestação de serviços ao Sistema Único de Saúde (SUS) apresenta caráter contraprestacional indireto, podendo ser considerada receita derivada das atividades próprias, para fins de enquadramento na isenção da Cofins, quando se tratar de entidade beneficente de Assistência Social, e desde que seja destinada ao seu custeio e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais, bem como sejam cumpridos os demais requisitos para fruição dessa isenção.

3 **O que é o auxílio-reclusão?**

Segundo o Regulamento da Previdência Social (RPS) aprovado pelo decreto nº 3.048/1999, arts. 16 e 116, Instrução Normativa INSS nº 20/2007, arts. 286 e 288, portaria MPS/MF nº 350/2009, é devido o auxílio-reclusão aos dependentes do segurado recolhido à prisão que não receber remuneração da empresa nem estiver em gozo de auxílio-doença ou aposentadoria, desde que o seu último salário de contribuição mensal seja inferior ou igual a R\$ 798,30. O auxílio-reclusão deve ser solicitado nas agências da Previdência Social, sendo necessário, além de documentos específicos que comprovem a situação do preso (desempregado, trabalhador avulso, empregado individual ou facultativo, segurado especial). O requerimento: deve ser feito por familiar dependente: esposo(a), filhos, pais e irmãos; devem ser apresentados os documentos pessoais do familiar beneficiado; e comprovado o recolhimento do segurado à prisão (certidão ou certificado fornecidos pela Secretaria de Segurança

Pública, com data e motivos da prisão) e/ou certidão de sentença condenatória (em caso de sentença definitiva). O auxílio corresponde a 100% do valor da aposentadoria que o segurado recebia no dia da prisão ou que teria direito se estivesse aposentado por invalidez.

4 **Preciso fazer depósito prévio para discutir crédito tributário?**

A súmula vinculante nº 28, aprovada recentemente pelo Supremo Tribunal Federal (STF) diz que: “É inconstitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade do crédito tributário”. Assim sendo, é evidente que o depósito não pode ser exigido.

5 **É possível exigir exclusividade aos médicos que atuam em uma cooperativa?**

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) acolheu recentemente o entendimento de que, mesmo antes da lei nº 9.656/1998, já era inválida a cláusula inserida em estatuto de cooperativa de trabalho médico que impõe exclusividade aos médicos associados, em razão do respeito à dignidade da pessoa e seu direito à saúde, bem como à garantia de livre concorrência, à defesa do consumidor, aos valores sociais do trabalho e à livre iniciativa.

6 **Com as recentes alterações na legislação das entidades beneficentes, a prestação de contas para a manutenção das isenções deve ser realizada normalmente junto à Receita Previdenciária?**

Embora o novo marco legal das entidades filantrópicas (lei nº 12.101/2009) tenha trazido nuances diferenciadas acerca das isenções, há de se aguardar pelo assentamento de diversas questões. Assim sendo, é importante obedecer aos requisitos da IN RFB nº 971/2009, art. 227, inciso VI, que estabelece que a pessoa jurídica de direito privado beneficiada com a isenção é obrigada a apresentar, anualmente, relatório circunstanciado das atividades realizadas no exercício anterior. O prazo para a apresentação do relatório circunstanciado é 30 de abril, o qual deverá ser entregue na unidade da RFB da sede da entidade. Além do rol de documentos indicados na IN, é necessário instruir o relatório com os respectivos anexos X e XI, disponíveis no site da Receita Federal.

Maio

Dia	Obrigação	Fato gerador
7	Cadastro Geral de Empregados e Desempregado (Caged - 1ª via)	Enviar ao Ministério do Trabalho a relação de admissões e desligamentos ocorridos em abril/10
	FGTS	Depósitos relativos à remuneração de abril/10
	GPS	Envio da cópia da Guia da Previdência Social (GPS), relativa à competência abril/10 ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre os empregados
	Dacon mensal	Prazo de entrega da declaração pela internet sem multa referente aos fatos geradores ocorridos em março/10
14	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos de 16 a 30 de abril
20	Previdência Social (INSS)	Recolhimento das contribuições previdenciárias relativas à competência abril/10 devidas pelas empresas, inclusive a retida sobre cessão de mão de obra ou empreitada e a descontada do contribuinte individual que tenha prestado serviço à empresa, e também contribuições devidas pelos contribuintes individuais, pelos facultativos e pelo especial, que tenham optado pelo recolhimento na condição de contribuinte individual, bem como o empregador doméstico (contribuição do empregado e do empregador)
	IRRF	Pagamento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente aos fatos geradores ocorridos em abril
21	DCTF mensal	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores tenham ocorrido em fevereiro/10
25	Cofins	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em abril/10
	PIS/Pasep	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em abril/10
28	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos de 1 a 15 de maio
	DES	Entrega da Declaração Eletrônica de Serviços (município de São Paulo) correspondente aos fatos geradores ocorridos em março/10
	Contribuição Sindical	Recolhimento das contribuições descontadas dos empregados em abril/10. Consultar a respectiva entidade sindical, que pode fixar prazo diverso
	IRPF - Quota	Pagamento da 2ª Quota do imposto apurado pelas pessoas físicas na Declaração de Ajuste relativa ao ano-calendário de 2010, acrescida de juro de 1%

Junho

Dia	Obrigação	Fato gerador
2	GPS	Envio da cópia da Guia da Previdência Social (GPS) relativa à competência maio/10 ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre os empregados
	Cadastro Geral de Empregados e Desempregado (Caged - 1ª via)	Enviar ao Ministério do Trabalho a relação de admissões e desligamentos ocorridos em maio/10
8	FGTS	Depósitos relativos à remuneração de maio/10
15	Dacon mensal	Prazo de entrega da declaração pela internet sem multa referente aos fatos geradores ocorridos em março/10
	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 16 a 30 de maio
18	Previdência Social	Recolhimento em GPS da competência maio/2010 das contribuições devidas pelos contribuintes individuais, pelos facultativos e pelo especial que tenham optado pelo recolhimento na condição de contribuinte individual, bem como o empregador doméstico (contribuição do empregado e do empregador)
	IRRF	Pagamento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente aos fatos geradores ocorridos em maio
	Previdência Social (INSS)	Recolhimento das contribuições previdenciárias relativas à competência maio/2010 devidas pelas empresas, inclusive a retida sobre cessão de mão de obra ou empreitada e a descontada do contribuinte individual que tenha prestado serviço à empresa, e também contribuições devidas pelos contribuintes individuais, pelos facultativos e pelo especial, que tenham optado pelo recolhimento na condição de contribuinte individual, bem como o empregador doméstico (contribuição do empregado e do empregador)
22	DCTF mensal	Prazo de entrega da declaração pela internet sem multa referente aos fatos geradores ocorridos em abril/10
25	Cofins	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em maio/10
	PIS/Pasep	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em maio/10
30	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 1 a 15 de maio
	DES	Entrega da Declaração Eletrônica de Serviços (município de São Paulo) correspondente aos fatos geradores ocorridos em abril/10
	Contribuição Sindical	Recolhimento das contribuições descontadas dos empregados em maio/10. Consultar a respectiva entidade sindical, que pode fixar prazo diverso
	DIPJ	Entrega da DIPJ, relativa ao ano-calendário 2010, pelas pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda com base no lucro real, presumido ou arbitrado e também as imunes e isentas
	IRPF - Quota	Pagamento da 3ª Quota do imposto apurado pelas pessoas físicas na Declaração de Ajuste relativa ao ano-calendário de 2010 acrescida de juro de 1%

Tabelas práticas				
Contribuições previdenciárias (INSS)				
1 – Segurado: empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso				
Salário de Contribuição		Alíquota para fins de recolhimento ao INSS	Alíquota para determinação da base de cálculo do IRRF	
de	até	-	-	
-	R\$ 965,67	8 %	8 %	
R\$ 965,68	R\$ 1.609,45	9 %	9 %	
R\$ 1.609,46	R\$ 3.218,90	11 %	11 %	
2 – Segurado: empregado doméstico (tabela para orientação do empregador doméstico)				
Salário de Contribuição		Alíquota para fins de recolhimento ao INSS		
de	até	Empregado	Empregador	Total
-	R\$ 965,67	8 %	12 %	20 %
R\$ 965,68	R\$ 1.609,45	9 %	12 %	21 %
R\$ 1.609,46	R\$ 3.218,90	11 %	12 %	23 %
3 – Segurado: contribuinte individual e facultativo				
A partir da competência abril/2003, para os segurados contribuintes (individual e facultativo), o valor da contribuição deverá ser de 20% do salário-base, caso não preste serviço a empresa(s), que poderá variar do limite mínimo ao limite máximo do salário de contribuição.				
4 – Salário mínimo				
Período		Valor		
a partir de abril/2006		R\$ 350		
a partir de março/2008		R\$ 415		
a partir de fevereiro/2009		R\$ 465		
a partir de janeiro/2010		R\$ 510		

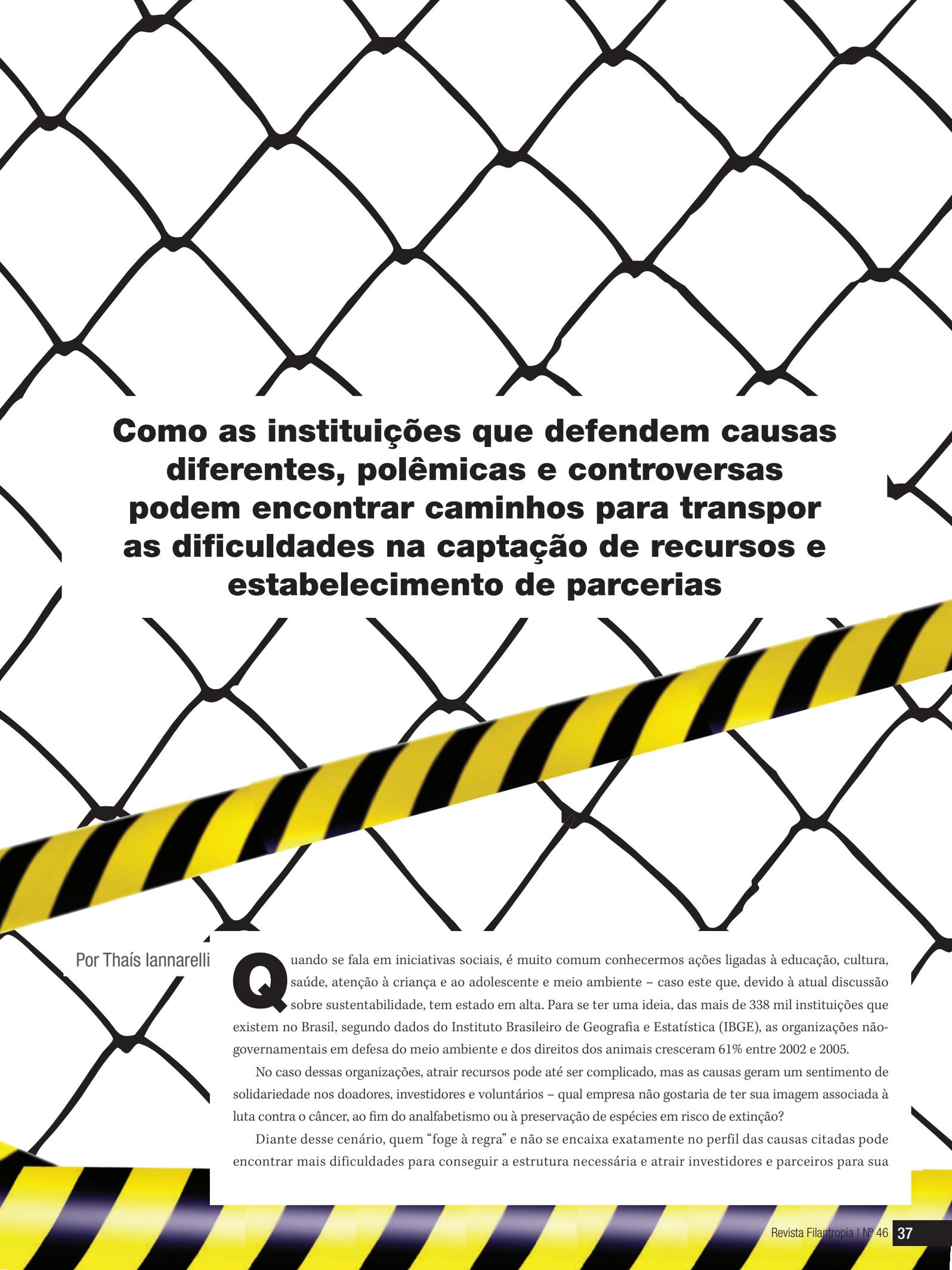
IR - Fonte e Carnê Leão (2009)		
Base de cálculo mensal	Alíquota	Parcela a deduzir
até R\$ 1.434,59	-	isento
acima de R\$ 1.434,60 até R\$ 2.150	7,5 %	R\$ 107,59
acima de R\$ 2.150,01 até R\$ 2.866,70	15 %	R\$ 268,84
acima de R\$ 2.866,71 até R\$ 3.582	22,5 %	R\$ 483,84
acima de R\$ 3.582,00	27,5 %	R\$ 662,94

Deduções admitidas:
a) Por dependente, o valor de R\$ 144,20 por mês;
b) Parcela isenta de rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, até o valor de R\$ 1.434,59 por mês, a partir do mês que o contribuinte completou 65 anos de idade;
c) As importâncias pagas em dinheiro a título de alimentos ou pensões, em cumprimento do acordo ou decisão judicial, inclusive a prestação de alimentos provisionais;
d) As contribuições para a Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios; e,
e) As contribuições às entidades de previdência privada domiciliadas no país, cujo ônus tenha sido do contribuinte, destinadas a custear benefícios complementares assemelhados aos da Previdência Social, no caso de trabalhador com vínculo empregatício, de administradores, aposentados e pensionistas.
Cálculo do imposto:
a) Base de cálculo: rendimento bruto diminuído das deduções admitidas;
b) Valor do imposto: na base de cálculo, aplica-se alíquota correspondente e do resultado subtrai-se a parcela a deduzir.

Tabelas e datas sujeitas a alterações.

Fonte: Marcelo Teixeira – CRC TC – 1SP224511/0-6, bacharel em Direito e contabilista do Escritório Dom Bosco.

CAUSAS DIFÍCIS



Como as instituições que defendem causas diferentes, polêmicas e controversas podem encontrar caminhos para transpor as dificuldades na captação de recursos e estabelecimento de parcerias

Por Thaís Iannarelli

Quando se fala em iniciativas sociais, é muito comum conhecermos ações ligadas à educação, cultura, saúde, atenção à criança e ao adolescente e meio ambiente – caso este que, devido à atual discussão sobre sustentabilidade, tem estado em alta. Para se ter uma ideia, das mais de 338 mil instituições que existem no Brasil, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as organizações não-governamentais em defesa do meio ambiente e dos direitos dos animais cresceram 61% entre 2002 e 2005.

No caso dessas organizações, atrair recursos pode até ser complicado, mas as causas geram um sentimento de solidariedade nos doadores, investidores e voluntários – qual empresa não gostaria de ter sua imagem associada à luta contra o câncer, ao fim do analfabetismo ou à preservação de espécies em risco de extinção?

Diante desse cenário, quem “foge à regra” e não se encaixa exatamente no perfil das causas citadas pode encontrar mais dificuldades para conseguir a estrutura necessária e atrair investidores e parceiros para sua

missão. Uma instituição cuja missão é bastante direcionada, como promover o acesso à terapia a portadores de necessidades nutricionais especiais, pode não gerar tanto interesse quanto outra que lute contra a fome no nordeste brasileiro – não que uma seja mais importante que a outra, mas a primeira tem o foco muito mais específico, fato que diminui a rede que poderia se interessar em apoiar o tema.

Pensando nisso, o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife) lançou o *Visão para o Investimento Social Privado 2020*, documento que pretende desenhando um panorama do setor para daqui a dez anos. “Nossa meta é estabelecer um setor de investimento social privado relevante e legítimo que abranja diversos temas, regiões e públicos, formado por um conjunto sustentável de investidores”, diz Fernando Rosseti, presidente do grupo. Para André Degenszajn, gerente de conhecimento do Gife, um dos elementos centrais dessa visão é justamente a ideia da amplitude dos investimentos. “O investimento social privado precisa ser mais abrangente em termos temáticos do que é hoje. Existe uma concentração em certos assuntos, e é importante que outros sejam abarcados. Isso, em grande medida, se deve à concentração do investimento empresarial”.

“Existe uma concentração em certos assuntos, e é importante que outros sejam abarcados. Isso, em grande medida, se deve à concentração do investimento empresarial”

Investimentos no país

De acordo com a quinta edição do Censo Gife (2007-2009), os números dos investimentos sociais privados no país são promissores. No período analisado, somente os associados do Gife investiram R\$ 1,15 bilhões em ações, programas e projetos próprios ou de terceiros. As 12 áreas que mais recebem investimentos são, por ordem de volume:

- Educação
- Formação para o trabalho
- Cultura e artes
- Geração de trabalho e renda
- Apoio à gestão do Terceiro Setor
- Desenvolvimento comunitário/de base
- Meio ambiente
- Assistência social
- Saúde
- Defesa dos direitos
- Esportes
- Comunicações

Ainda segundo o estudo, o grande volume de investimentos em Educação reflete o consenso em torno das limitações do sistema educacional do país. Com esse cenário, fica claro que o problema não é a falta de interesse do setor privado em investir em ações sociais.

Dificuldades

Quem encontra mais dificuldades, então, são aqueles que atuam em causas consideradas “exóticas”, controversas ou polêmicas, ou seja, aquelas que, apesar de sérias, tratam de assuntos muito diferenciados e restritos. Essas podem ser chamadas de “causas difíceis”, basicamente porque abrangem um público de interesse menor do que aquela causa que todos consideram importante.

Dentro desse universo, encontram-se:

- Aquelas muito específicas, que atraem menos pessoas interessadas em apoiar a causa, como é o caso do Instituto Girassol, cuja missão é levar terapia de qualidade a portadores de necessidades nutricionais especiais, ou seja, pessoas que precisam seguir dietas diferenciadas por motivos de saúde;
- Causas polêmicas e controversas, como instituições ligadas ao Movimento dos Sem-Terra (MST), aos direitos dos homossexuais, à discriminação racial e à dependência química, por exemplo;
- Temas que ainda geram preconceito, como instituições de luta contra a Aids e outras doenças transmissíveis;
- Aquelas que, por algum motivo, não têm credibilidade junto à sociedade, ou geram dúvidas quanto

à veracidade da sua ação. Um exemplo é a ação de responsabilidade social do Grupo Frato, conhecida até como uma “lenda urbana”. A Frato é uma empresa de ferramentas que recolhe anéis de latas de refrigerante e, em troca, doa cadeiras de roda para instituições cadastradas. “A campanha surgiu em 2007, por iniciativa do coordenador de responsabilidade social à época, Samuel Gabanyi. Na verdade, todos acreditavam que era um mito, e começamos a correr atrás dessa informação, até que encontramos um parceiro que fazia essa troca. No primeiro ano conseguimos apenas três cadeiras; em 2008, conquistamos 13, e 300 em 2009. O nosso objetivo é que a campanha cresça muito mais”, conta Evelyn Frine, supervisora de marketing. Porém, a campanha não possui muito apoio. “Contamos apenas com as doações de lacres dos nossos colaboradores, fornecedores, parceiros, amigos e parentes”, diz.

“Existem algumas áreas nas quais o investimento empresarial tem dificuldade para chegar, principalmente aquelas mais sensíveis e controversas. A identificação da marca do investidor com essas questões é mais difícil. É complicado esperar que uma empresa vá investir, por exemplo, em questões ligadas à posse de terra ou à discriminação racial devido à necessidade de preservação da imagem da empresa”, conclui André.

Segundo Harley Henriques Nascimento, diretor geral do Grupo de Apoio à Prevenção à Aids (Gapa) da Bahia, não é fácil trabalhar com um tema polêmico e que ainda gera preconceito, como a Aids, mas há caminhos alternativos. “O Gapa Bahia tem hoje 22 anos de trabalho, e foi a primeira a trabalhar no campo de enfrentamento ao HIV no Norte/Nordeste, uma região considerada conservadora nos aspectos culturais, morais e sociais. Então, trabalhar com um tema no final da década de 1980, quando iniciamos os trabalhos sob o signo de uma epidemia que gerava pânico, estigma, foi realmente um grande desafio”, conta.

Para ele, uma das soluções foi investir muito em gestão, gerando profissionalização e transparência na prestação de contas. Isso, por si só, já ajudou na captação de recursos para a causa. “Primeiro, entendemos

Mulheres que doam

De acordo com o estudo *Women & Philanthropy – inspiring women, inspired giving*, realizado pela instituição Philanthropy UK, as mulheres doam de forma estratégica e comprometida, assim como os homens. Porém, sempre se relacionam com mais profundidade com as causas que apoiam. Isso significa que elas querem fazer mais que “dar um cheque”. Também querem oferecer seu tempo e especialidade. Mesmo assim, as doadoras mulheres não têm tanto reconhecimento quanto os homens que doam, porque não são retratadas na mídia com a mesma importância que eles.

Um número cada vez maior de mulheres tem influência na filantropia familiar. Segundo o estudo, “elas normalmente são as que tomam as decisões e fazem acontecer”. De fato, a ação social familiar está se tornando mais inclusiva. Isso é uma boa notícia para as organizações, já que as mulheres tendem a ser mais generosas que os homens.

O mesmo estudo aponta que as mulheres preferem apoiar causas mais difíceis e indivíduos à margem da sociedade. Isso se deve ao maior engajamento emocional com os beneficiados. Por exemplo, as três causas mais apoiadas pelas mulheres envolvidas no estudo são: ajuda aos refugiados; saúde mental; e violência doméstica.

Fonte: www.philanthropyuk.org

que nem todo tema é polêmico para todo público, ou seja, assuntos que o são para uns, não o são para outros. Então, identificamos nosso público-alvo em mobilizar recursos, não o público relacionado à missão, porque é diferente. Quando identificamos esse grupo passível de ajudar, direcionamos a campanha para ele, e o tema passou a não ser mais tão polêmico assim”, explica.

Fontes diferenciadas

Pensando em outras fontes de apoio para a sustentação das instituições, existem as fundações familiares, meio não tão explorado pelas organizações, porém, mais aberto a iniciativas consideradas difíceis. O estudo *World Wealth Report*, divulgado pelo banco de investimentos Merrill Lynch e a empresa de consultoria Cap Gemini Ernst & Young, indica que há 90 mil famílias no Brasil com patrimônio acima de US\$ 1 milhão para investimentos, com exceção dos bens imóveis. E, segundo o estudo *Investimento Social Familiar – Elementos para uma Ação Estratégica*, do Instituto para o Desenvolvimento

do Investimento Social (Idis), há espaço na solidariedade brasileira para que aqueles mais afortunados usem uma parte de sua riqueza na área social.

“A lógica que move o investimento varia de acordo com o investidor. Muitas vezes, as motivações que levam alguém a investir podem ter referências pessoais, como um histórico de câncer na família, por exemplo, que o leva a investir em pesquisa sobre o câncer. O investimento familiar tem muito mais liberdade, diferentemente do empresarial, que tem uma lógica de promoção da marca e de buscar algum tipo de benefício social, mas sempre cuidando da marca da empresa, ou ligada a ela”, explica André.

“O investimento familiar tem muito mais liberdade, diferentemente do empresarial, que tem uma lógica de promoção da marca e de buscar algum tipo de benefício social, mas sempre cuidando da marca da empresa, ou ligada a ela”

Um exemplo de instituição que nasceu de uma organização familiar é a Associação Brasileira de Assistência ao Deficiente Visual (Laramara), que surgiu do desejo de Mara e Victor Siaulys, também fundador dos Laboratórios Aché. Devido a uma experiência familiar, estavam cientes da situação de exclusão do deficiente visual na sociedade e da falta de oportunidades favoráveis ao desenvolvimento socioafetivo e educacional. Por isso, criaram a Laramara, que hoje é um centro de produção de recursos e materiais pedagógicos para deficientes visuais. “Virou um projeto de família absolutamente integrado, do qual todos são absolutamente orgulhosos. Minha filha Lara é a prova

de que ser cego não é, absolutamente, uma tragédia. O quanto eu aprendi é incrível! É muito rica a troca de experiência de administrar, ao mesmo tempo, uma empresa com fins de lucro e uma entidade sem fins lucrativos”, conta Victor em depoimento à publicação *Investimento Social Familiar – Elementos para uma Ação Estratégica*, do Idis.

Para começar qualquer campanha de captação, sendo a causa da organização mais complicada ou não, é preciso sempre ter transparência e ética nas ações, em primeiro lugar. Por isso, investir em gestão profissional é essencial. “Nós demonstramos à sociedade uma imagem de credibilidade, de confiança. Temos também uma preocupação com a qualidade do trabalho final, com a implantação de auditorias externas, com monitoramento e avaliação. Assim, ao nos lançarmos publicamente e junto a potenciais doadores, ao saberem que podem creditar confiança na boa gestão dos recursos, isso já é um grande facilitador”, complementa Harley.

Ampliando a causa

Uma ação interessante que pode ampliar o rol de doadores e investidores de uma organização que atua em causas muito diferenciadas ou controversas é tentar inserir sua missão em um tema mais amplo. “Nesses casos, a comunicação é fundamental para buscar investidores que já atuam nessas áreas mais amplas e apresentar a relevância da situação particular. Essa pode ser uma boa estratégia”, explica André.

Então, um bom começo é mostrar o impacto que suas ações têm e a diferença que elas trazem para a vida dos atendidos. “É difícil atrair investimento se você não mostrar o impacto que está se buscando a partir daquilo”, complementa.

Alguns exemplos práticos são:

- Se sua organização atua com um problema de saúde muito específico, que pode não atrair a atenção do público em geral, como é o caso do antigo Hospital do Fogo Selvagem, em Uberaba, ou de uma organização que atue com anemia falciforme ou lábio leporino, por exemplo, é interessante englobar esse assunto no tema **Saúde**, e demonstrar claramente os resultados positivos que sua atuação traz, além das que poderia trazer, se tivesse mais recursos;
- Se a instituição atua pela preservação de uma semente específica que pode evitar a extinção de uma espécie da mata atlântica, esse assunto pode ser inserido na questão do **Meio Ambiente e Sustentabilidade**;
- Se for uma iniciativa diferenciada como o Projeto Ação Griô, do Instituto Kairós, que cria oportunidades para os mestres de tradição oral da comunidade de Macacos, em Minas Gerais, transmitirem seus conhecimentos nas escolas locais, ela pode ser inserida em **Educação** ou **Cultura**.

Todos esses temas globais, que estão na pauta do mundo todo até devido à busca por alcançar os Objetivos do Milênio (ODM), instituídos pela Organização das Nações Unidas (ONU), se beneficiam dessas ações pontuais e específicas. Mostrar isso pode ser um fator positivo para a captação de recursos, seja qual for a causa.

Os ODM falam justamente desses temas globais: fim da pobreza e da fome; educação; igualdade de gênero e empoderamento da mulher; redução da mortalidade infantil; saúde materna; combate ao HIV/Aids, malária e outras doenças; sustentabilidade; parceria global para o desenvolvimento.

Segundo o relatório da ONU de 2009, a cinco anos da data estipulada para o alcance dos objetivos, a situação é encorajadora, mas passou por alguns problemas devido à crise econômica mundial:

- Os avanços na luta contra a pobreza extrema de 1990 a 2005 não foram muito animadores. Durante esse período, o número de pessoas vivendo com menos de US\$ 1,25 por dia caiu de 1,8 bilhão para 1,4 bilhão. Em 2009, de 55 a 90 milhões de pessoas a mais que o esperado continuarão nessa situação devido à crise;
- Da mesma forma, a tendência da erradicação da fome desde 1990 se reverteu em 2008, com a alta no preço dos alimentos. A prevalência da fome em regiões em desenvolvimento está subindo – de 16% em 2006 para 17% em 2008;
- As crianças de regiões em desenvolvimento estão abaixo do peso para sua idade. O baixo progresso na nutrição infantil de 1990 até 2007 é insuficiente para alcançar o objetivo em 2015;
- A crise pode até frear o avanço da igualdade de gênero. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que o desemprego global em 2009 possa atingir de 6,1 a 7% para os homens, e 6,5 a 7,4% para as mulheres.

Entre esses problemas há também casos de sucesso, como a diminuição da mortalidade infantil – de 12,5 milhões em 1990 para 9 milhões em 2007, mesmo com o crescimento da população. Mesmo assim, ainda há muito a ser alcançado, e inserir sua causa em um desses objetivos globais, provando que seus resultados ajudam no desenvolvimento do país, é um bom argumento para captar recursos e apoio para uma causa.

Links

www.gapabahia.org.br
www.gife.org.br
www.girassolinstituto.org.br
www.ibge.gov.br
www.idis.org.br
www.laramara.org.br
www.un.org

CANTO
CIDADÃO

Palestras e oficinas Canto Cidadão

Bom humor e alegria como estratégias de desenvolvimento pessoal e profissional

Atuando junto a empresas, instituições de ensino, grupos abertos e órgãos sociais ou do governo, nossas palestras e oficinas tratam principalmente de temas como:

- a responsabilidade social e a motivação para o voluntariado nas empresas
- os direitos e deveres do cidadão
- a gestão de ONGs
- humanização hospitalar e qualidade de vida

E tudo sempre numa linguagem clara e muito divertida.

Mais informações: (11) 3259-8021 / (11) 3256-7296 ou www.cantocidadao.org.br



Pense ÁGUA

Por Valeuska de Vassimon

Dezenas de vezes por dia, abrimos a torneira para lavar as mãos, usamos a descarga do vaso sanitário e tomamos banho, entre tantas coisas. Sabemos – ou, ao menos, acreditamos – que a água que chega em casa é limpa e tratada. E mesmo assim, nos vemos obrigados a ouvir que a água poluída mata mais do que todos os tipos de violência, inclusive as guerras.

Pelo menos 1,8 bilhão de crianças com menos de cinco anos de idade morrem a cada ano em decorrência da má qualidade da água e da falta de saneamento básico. A afirmação é da Organização das Nações Unidas (ONU) que, no último 22 de março, Dia Mundial da Água, divulgou seu mais recente estudo sobre o assunto em Nairóbi, capital do Quênia, na África.

O documento, cujo enfoque principal é buscar soluções para a qualidade da água, ressalta que as crianças são as principais vítimas da “água doente”, representando uma morte no mundo a cada 20 segundos. Daí o alerta para a necessidade de adoção de medidas urgentes.

Segundo o diretor do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), Achim Steiner, se o mundo pretende sobreviver em um planeta de 6 bilhões de pessoas, caminhando para mais de 9 bilhões até 2050, a humanidade deve pensar de forma mais inteligente sobre a administração da água de esgoto.

“O Brasil tem investido em saneamento básico desde 2003, revertendo a histórica falta de recursos necessários para melhorar a cobertura, principalmente, em água e esgotamento sanitário”, afirma Márcio Galvão, diretor de Água e Esgoto da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades.

Segundo ele, o país investiu cerca de R\$ 3 bilhões ao ano, até 2006, em saneamento básico. De 2007 a 2010, o valor aumentou para R\$ 10 bilhões por ano. O objetivo é que esse total se eleve a cerca de R\$ 13 bilhões por ano até 2014.

No entanto, embora os números sejam grandiosos, o Brasil ainda enfrenta vários problemas para melhorar a estrutura de saneamento básico. “São necessários investimentos em novas tecnologias, em informatização, em desenvolvimento institucional e em recuperação das perdas nas redes de distribuição de água”, destaca Galvão. Segundo ele, a implantação das atividades de regulação e fiscalização, com controle social, também ainda é tímida no Brasil.

A ONU recomenda sistemas de reciclagem de água e projetos multimilionários para o tratamento de esgoto, além da proteção das áreas de terras úmidas, que agem como processadores naturais do esgoto, e o uso de dejetos animais como fertilizantes.

“Já existem algumas iniciativas nesse sentido no Brasil, algumas acadêmicas e outras em testes-piloto. Entendemos que não se deve apoiar projetos muito caros e sem retorno sustentável, mas toda e qualquer iniciativa que seja factível deve ser observada com atenção”, afirma Márcio Galvão.

Além disso, a correta destinação final dos resíduos sólidos também afeta outra área importante do saneamento: a drenagem urbana. Ao impedir o lançamento de lixo nas ruas, evita-se o entupimento das redes de coleta e as consequentes enchentes, tão comuns nas cidades brasileiras.

Em seu mais recente estudo sobre a água, a ONU alerta o planeta sobre as consequências da água poluída e mal tratada



De qualquer forma, cada cidadão já pode ir fazendo sua parte. O Ministério das Cidades sugere que medidas como separação do lixo, coleta seletiva e reciclagem devam ser tomadas por todos. “Devemos estimular não só novos hábitos, mas a redução do consumo excessivo de água”, lembra Galvão.

Já o Instituto Akatu, em São Paulo, estimula a conscientização para temas que vão desde o descarte de lixo eletrônico até o óleo usado nas frituras e jogado nas pias. Para a organização, as pessoas devem pensar duas vezes antes de trocar um aparelho eletrônico e, quando o fizerem, em vez de jogá-lo no lixo, uma boa alternativa é doar o equipamento.

Quanto ao óleo de frituras, em vez de despejá-lo na pia – o que pode dificultar e encarecer o tratamento de esgoto, além de contaminar a água – é recomendável acondicioná-lo em um recipiente plástico ou de vidro e encaminhá-lo à reciclagem.

Água poluída também afeta aprendizado de crianças

Segundo um estudo do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) publicado recentemente, a falta de acesso à água potável afeta a saúde e o aprendizado das crianças. A diarreia, cuja ocorrência se dá principalmente pela água suja, mata cerca de 1,5 milhão de crianças menores de cinco anos de idade.

Um relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) publicado em 2006 mostra que as infecções parasitárias transmitidas pela água ou más condições de saneamento atrasam a aprendizagem de

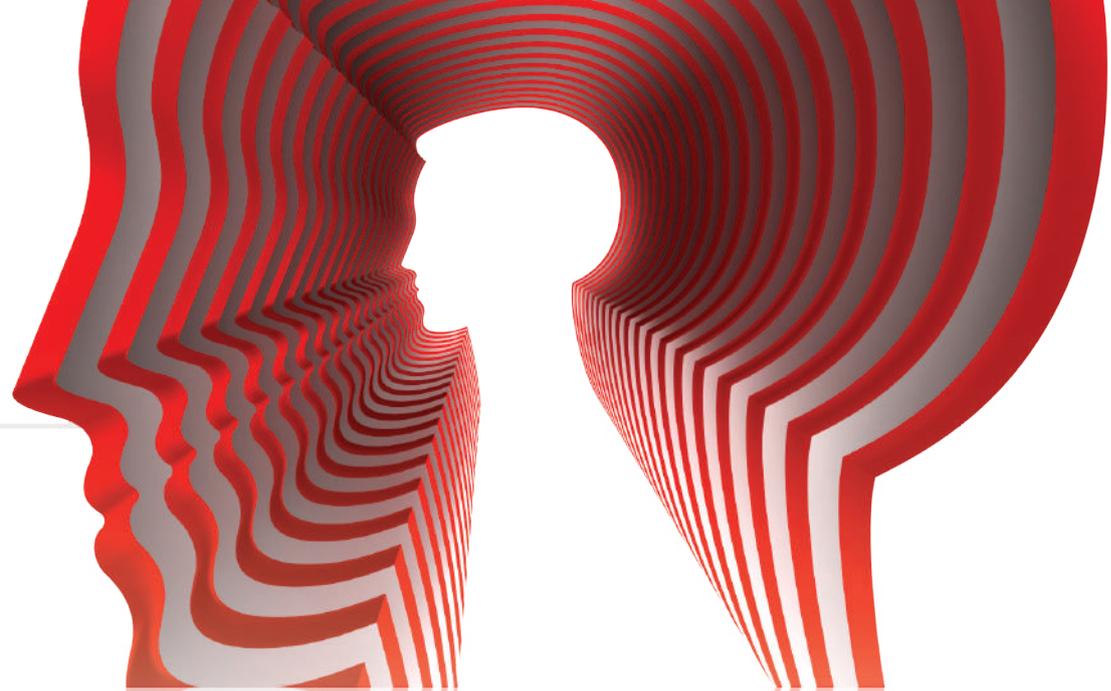
A água em números

- Cada brasileiro consome cerca de 132 litros de água por dia; milhões de pessoas no mundo inteiro sobrevivem com menos de 19 litros por dia;
- 46% da população mundial não tem água encanada em casa;
- Nos países em desenvolvimento, as mulheres caminham, em média, 6 km para obter água;
- Em 15 anos, 1,8 bilhão de pessoas viverão em regiões com grave escassez de água;
- Uma em cada oito pessoas no mundo não tem acesso à água limpa;
- 3,3 milhões de pessoas morrem a cada ano devido a doenças relacionadas à água;
- Lavar as mãos com sabão pode reduzir a ocorrência de diarreias em 45%;
- Desde 1986, a campanha contra os vermes do gênero *Filaria*, baseada na adoção de um filtro de água, diminuiu em 99,9% os casos de contaminação.

(Fonte: National Geographic)

150 milhões de crianças em todo o mundo, além de provocar mais de 443 milhões de faltas escolares por ano.

No Brasil, as regiões que mais sofrem com esse quadro são a Norte e a Nordeste, onde muitas escolas não têm água em condições de uso – e, mesmo assim, é utilizada na merenda ou para beber. É por isso que o governo federal tem dado atenção especial a essas regiões. “Os investimentos em saneamento básico no Norte e Nordeste, consideradas as regiões mais carentes do país, são, em sua maioria, com recursos a fundo perdido, ou seja, a verba liberada pelo governo não precisa ser devolvida”, afirma Galvão. 



A consciência em si



Fernando Credidio

fernandocredidio@sustente.org

Professor, ensaísta, palestrante, facilitador de cursos em empresas e organizações e consultor associado em Sustentabilidade e Responsabilidade Social da Sustente Ecorrelações.



Joana Mao

joanamao@sustente.org

Gestora ambiental e consultora em Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental da Sustente Ecorrelações.

O conteúdo do discurso é sempre o mesmo: conscientização ambiental. Sendo publicidade, discurso político, reportagem ou conversas informais, é certo que surgirá a constatação: “precisamos de mais consciência ambiental”. Esta é seguida, muitas vezes, da resposta do interlocutor: “imagine, sempre tive consciência ambiental! Eu separo o lixo para reciclagem desde muito antes dessa moda toda de meio ambiente.” Como se a questão fosse um mero ato de limpeza ou de cuidado com o lixo.

Caro leitor, é disso que se trata a sustentabilidade? É aí que para a questão socioambiental? Antes fosse, pois seria mais fácil de ser resolvida. Assim, poderíamos nos tranquilizar. Mas não é o suficiente. Tampouco é necessário se envolver com a preservação das baleias da Antártida para tomar a responsabilidade socioambiental para si. Para tanto, basta ter consciência, só isso. A consciência é a compreensão que se tem da própria existência no que se refere ao conhecimento, ao discernimento e à faculdade de julgar-se moralmente nas ações que se tem com o mundo. É ainda o sentido de posse, de responsabilidade e de dever, orientados para a dignidade e a honradez.

Logo, precisamos de mais consciência em si. Seria o suficiente para alimentar as conversas sobre sustentabilidade. E, mais ainda, para desencadear um progresso ético do si mesmo para com todos os elementos, circunstâncias, qualidades, aptidões, relacionamentos

interpessoais, relações com o ambiente... enfim, tudo o que circunda o indivíduo na sua existência.

A frase “precisamos de mais consciência ambiental” funciona como item a ser adicionado a uma lista infinita de uma série de atributos dos quais necessitamos: mais tolerância, mais qualidade de vida, mais responsabilidade no trânsito, no sexo, no voto e por aí afora. Diante dessa enxurrada de coisas sobre as quais precisamos estar conscientes, setorizam-se também as responsabilidades. Cada um escolhe ser ativo em um setor. Vota bem, mas consome demais. Consome de menos, mas não é participativo na sociedade. Acaba por não despertar no interlocutor um senso de responsabilidade individual sobre tudo o que está a ele relacionado, inclusive o ambiente.

Dispor-se a expandir a consciência revela coisas sobre si mesmo e o seu entorno. Assim, o indivíduo passa a dedicar sua energia para momentos sempre mais construtivos. A pró-atividade para ações socioambientais torna-se consequência de uma expansão da consciência em si.

Pensar ambiental é, em primeira instância, conscientizar-se da comunhão com o meio. O que não significa apenas pensar sobre isso, mas sentir-se interligado com o ambiente. A impressão mais imediata de mundo que temos é a de que existe o “eu” e os “outros”. Na medida em que a consciência se expande, passamos a perceber que essa divisão não existe.

A consciência que para na separação correta do lixo é apenas um recondicionamento insuficiente perante o cenário ambiental inseguro proporcionado pela nossa espécie. Em termos de desenvolvimento sustentável, não é efetivo setorizar a consciência, ou seja, ter consciência ambiental, mas não ter consciência política, ter esta e não ter a social etc. Da mesma forma, a setorização, não raramente, gera uma posição cética e conformista perante a questão, professando uma sociedade corrompida. É quando ouvimos o jargão “não tem mais jeito”, seja no setor político, no social, no ambiental ou em outro.

Com a consciência desperta, o indivíduo passa a ter o poder de “descorromper” a sociedade e reverter o jogo. Desenvolvê-la em si é uma proposta de contracorrente à nossa passividade sobre as escolhas (baixa qualidade de vida, caminhos ambientais inseguros etc.), sobre o ambiente no qual vivemos (sistemas socioeconômicos injustos, extinção cultural etc.) e até mesmo sobre o tipo de pessoas que seremos durante nossa existência (passivas, insatisfeitas, solitárias, inconsistentes...).

A consciência, nesse caso, é traduzida como lucidez. É percebê-la como veículo de manifestação individual no mundo, a perfeita noção a respeito do próprio escrúpulo – sobre si mesmo e em relação ao seu papel. No cotidiano, essa lucidez sobre as coisas se traduz numa participação efetiva do indivíduo nas suas relações, no seu entorno, ou seja, em tudo aquilo em que está envolvido. Um indivíduo mais lúcido e consciente exerce seu papel profissional, familiar, social e de cidadão com mais discernimento, legitimidade e pró-atividade. Isso já diz tudo sobre sustentabilidade na prática.

No filme *Preciosa – Uma História de Esperança*, de Lee Daniels, há uma lição importantíssima sobre essa

tal lucidez: “cada um ensina um”. É a oportunidade que temos de ser ativos no nosso entorno e modificar o espaço em que vivemos. E isso já basta. Para aqueles que não assistiram ao filme, trata-se da história de uma jovem (Claireece “Precious” Jones, interpretada pela atriz Gabourey Sidibe), que sofre as mais diversas privações. Abusada pela mãe, violentada pelo pai e grávida de seu segundo filho, é convidada a frequentar uma escola alternativa, na qual vê a esperança de conseguir dar um novo rumo à sua vida. Aquele que acredita que a vida é injusta só porque aquele “namorico” da praia não subiu a serra ou por ter adquirido uns quilos a mais durante as festas de fim de ano deve assistir a essa verdadeira obra prima do cinema. Em menos de dez minutos, entenderá que seus problemas não são nada perto do que realmente sofrem algumas pessoas mundo afora.

Como foi mencionado no início deste artigo, não é necessário se envolver com as baleias da Antártida para se sentir ambientalmente ativo. Olhe ao redor, desenvolva lucidez no seu dia-a-dia. Encontre a equação entre o quanto você se esforça para exercer ética e o quanto isso retorna, positivamente, para si próprio.

Um dos aspectos mais importantes que desenvolvemos ao estarmos mais lúcidos é o de que não basta o discurso e a vontade de fazer, mas realmente realizar. A consciência desenvolvida passa a estar disposta e funciona como uma biblioteca na qual, agilmente, encontramos soluções para os problemas.

Osho, como é mais conhecido o controverso filósofo indiano Bhagwan Shree Rajneesh, costumava afirmar que “você pode despertar. É apenas uma questão de se lembrar de que pode despertar”. A proposta, pois, é de um indivíduo mais lúcido, mais consciente e, por conseguinte, mais ambientalmente consciente. Efetivamente! Mas isso é só consequência. 🌱

Disponha-se a expandir a consciência, revela coisas sobre si mesmo e o seu entorno. Assim, o indivíduo passa a dedicar sua energia para momentos sempre mais construtivos

Precisa se comunicar com públicos relacionados a iniciativas ambientais?



Para gerenciamento de crises, ações de comunicação, relacionamento com entidades de classe e comunitárias, entre outras atividades, a Maxpress disponibiliza ao mercado o Ambiental.

Dentro de uma plataforma on-line, o Ambiental agrega todos os públicos para o seu relacionamento corporativo com as mais diversas áreas ambientais. Dessa maneira sua ação será focada e ágil, com resultados assertivos e diretos.

Maxpress - Tecnologia para Relacionamentos com Públicos Estratégicos

(11) 3341-2800
www.maxpress.com.br

Maxpress

As fundações e a economia sustentável

Solidariedade e benemerência em prol do desenvolvimento da sociedade



Dora Sílvia Bueno

apf@apf.org.br

Presidente da Associação Paulista de Fundações (APF) e da Confederação Brasileira de Fundações (Cebraf).

Embora tenha passado um tanto despercebido na grande mídia, foi muito importante o alerta feito recentemente pelo secretário-geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), José Miguel Insulza, ao acentuar que mais de um terço dos habitantes da América Latina continuam vivendo em situação de pobreza. Além da questão humanitária intrínseca a esse cenário, não é mais possível vislumbrar soluções duradouras para a humanidade ou estabilidade política plena em meio a assimetrias tão graves.

Obviamente, a grande crise econômica mundial de 2008 e 2009 tem influência direta no agravamento do quadro da miséria não só em nosso continente, mas também em outras regiões. No Brasil, felizmente, estudos já demonstraram não ter ocorrido um aumento na pobreza. Porém, ainda há uma parcela expressiva de pessoas excluídas.

Mais do que nunca, é preciso ter consciência de que o conceito de sustentabilidade é inexorável, pois não pode haver solução eficaz para a própria economia sem o seu equacionamento. Engana-se quem imagina que a origem de *crashes* esteja apenas no sistema financeiro e no universo da produção. Pobreza, devastação ambiental, criminalidade, instabilidade política e outras questões são geradores de graves turbulências econômicas.

Não haverá solução efetiva para o capitalismo sem preservação ambiental, erradicação da miséria, melhor educação, saúde e habitação, formação profissional e apoio à juventude em situação de risco.

O planeta está diante de um imenso desafio. Vencê-lo não depende apenas dos fóruns internacionais, da Organização das Nações Unidas, dos governos e das negociações entre os países. A capacidade de nossa civilização de cumprir com êxito a missão da sobrevivência com dignidade é condicionada à mobilização de cada cidadão, empresa, entidade de classe, setor de atividade e instituição. Todos têm de fazer a

sua parte! Essa é a essência de atuação do que chamados Terceiro Setor, ou seja, a parcela da iniciativa particular que trabalha no atendimento ao público, ao bem comum da sociedade.

No Brasil, assim como em numerosos países, uma das principais vertentes desse trabalho é realizada pelas fundações, constituídas por famílias, grupos empresariais ou de pessoas físicas e, mais recentemente, pelo próprio poder público. Um interessante exemplo desta modalidade é a Fundação Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo, criada em 2005.

As fundações têm prestado relevantes serviços no campo da promoção social. O seu trabalho abrange programas próprios em distintas áreas, ou significa importante apoio a organizações beneficentes, culturais, esportivas, educacionais, de saúde e ambientais. É uma imensa rede de solidariedade e benemerência que tem contribuído para reduzir os problemas socioeconômicos. Além disso, trata-se de trabalho com um efeito colateral bem-vindo, pois estimula o ingresso paulatino de mais e mais organizações nessa corrente do bem. E isso é mesmo necessário, pois o desafio é imenso e exige mobilização cada vez mais ampla da sociedade.

Não há dúvidas, portanto, de que é crucial disseminar a consciência de que a atuação fundacional contribui muito para a inclusão de milhares de pessoas nos benefícios da economia e nas prerrogativas da cidadania. Um exemplo é a Fundação de Rotarianos de São Paulo, instituição que represento na Associação Paulista de Fundações, e que mantém, juntamente com o Colégio Rio Branco e as Faculdades Rio Branco, eficientes escolas para crianças portadoras de deficiências auditivas e para a formação profissional de jovens de baixa renda. Ações como as realizadas pelo Terceiro Setor mantêm viva a esperança de que o mundo poderá encontrar soluções efetivas para a demanda da sustentabilidade. 



Para a Asplan o Terceiro Setor está sempre em primeiro lugar.

As soluções e a confiabilidade dos sistemas da Asplan são referência entre as principais organizações do terceiro setor, pois atende organizações de pequeno, médio e grande porte, com o completo gerenciamento de associados, total controle financeiro e todas as obrigações fiscais específicas.

A Asplan entende as suas necessidades e tem uma política diferenciada para um setor tão especial. Entre em contato conosco para obter mais detalhes sobre as nossas soluções.



**Soluções Inteligentes na
Gestão de Informações**

Asplan Softwares de Gestão • Rua Loefgreen, 1387 • Vila Mariana • São Paulo/SP • Brasil
Fone: +55 11 5081-9800 / FAX +55 11 5081-9804

Organizações que utilizam Asplan:
Instituto Ethos • Fundação Abrinq • Fundação Bial • instituto HP • Fundação Diaconia

www.asplan.com.br

comercial.sp@asplan.com.br



Breve balanço da Lei Federal de Incentivo ao Esporte

Desafios e resultados positivos de 2009



Eduardo Magalhães

incentivofiscal@email.com

Sociólogo, ensaísta, professor e consultor para o Terceiro Setor e empresas na área de responsabilidade social. Membro da International Society for Third-Sector Research (ISTR) e coordenador nacional de projetos da Building and Wood Workers' International.

Com a Copa Mundial de Futebol em 2014 e as Olimpíadas em 2016, tornam-se imperativas e altamente bem-vindas todas as iniciativas públicas e privadas para o estímulo à prática e ao desenvolvimento do esporte no Brasil. Isso sem dizer que a atividade esportiva por si só é um excelente instrumento de promoção à saúde, educação e justiça social, especialmente ao público jovem. Nesse sentido, a Lei Federal de Incentivo Fiscal ao Esporte já é uma política pública extremamente feliz e oportuna.

Em 2009, estima-se que foram 7.922.756¹ os beneficiados em todo o país, sendo que foram obtidos para investimentos nos projetos desportivos e paradesportivos R\$ 110.769.652,38. Assim, temos um valor *per capita* para cada beneficiado de R\$ 38,40. Esses números também são importantes quando comparados ao orçamento da pasta de Esportes em 2009, que foi de R\$ 1,4 bilhão.

Relação entre valores autorizados e os efetivamente captados

Dos R\$ 458.780.476,76 que deveriam ter sido captados pelo Ministério do Esporte no ano passado, apenas 24%, ou seja, R\$ 110.769.652,38, foram efetivamente captados por meio da Lei Federal de Incentivo ao Esporte. O restante (76% – R\$ 348.010.824,38) foi disponibilizado, porém, não foi captado.

Isso demonstra, inicialmente, a necessidade de planos de captação mais bem estruturados por parte dos proponentes. O trabalho de captação de um projeto deve ter início com a sua redação. Ou seja, não se deve

esperar a publicação da autorização de captação no Diário Oficial da União para que se inicie a abordagem aos potenciais patrocinadores ou doadores. É importante lembrar que a captação é muitas vezes demorada, e o prazo, limitado.

Ter um projeto muito bem escrito e coerente é igualmente fundamental para o sucesso na captação. Nenhum potencial financiador se interessará por sua proposta se ela não estiver muito bem redigida, for realista e com perfeita lógica interna.

Pode-se, ainda, acrescentar fatores externos que dificultam a captação. Entre eles está a limitação de que somente empresas tributadas pelo lucro real podem usar a lei de incentivo. Das aproximadamente 3 milhões de empresas existentes no Brasil, apenas 5%, ou seja, 150 mil empresas são tributadas pelo lucro real. O restante utiliza outras formas, como a presumida.

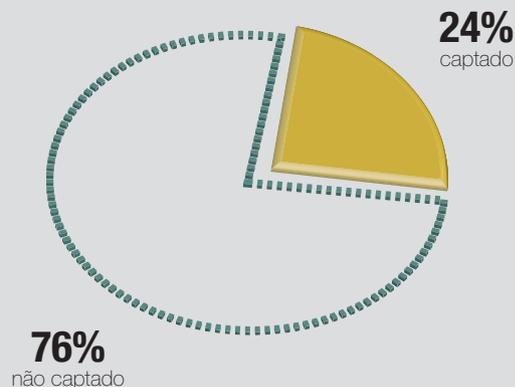
Além disso, há o desconhecimento da lei. A maior parte das empresas que podem usar a legislação não o faz, pois não sabem de sua existência. Das 150 mil pessoas jurídicas, somente 1% (2 mil empresas), utiliza as várias formas de incentivo fiscal – certamente um número ainda menor utiliza o incentivo fiscal esportivo federal.

Diferenças regionais

Dentre os 27 Estados do Brasil, 17 – além do Distrito Federal – utilizaram a Lei Federal de Incentivo Fiscal ao Esporte em 2009. Foram eles: Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Paraíba, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do

Empresa – ano 2009	Incentivo - R\$
ITAÚ / UNIBANCO	3.364.000,00
SABESP - COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO	3.100.000,00
AMBEV	2.563.786,45
TELESP - TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO (TELEFÔNICA)	2.299.668,87
BRADESCO	1.700.000,00
REDECARD	1.540.483,00
COLUMBUS HOLDINGS AS	1.200.000,00
CSN	1.000.000,00
VOLKSWAGEN	800.000,00
SUZANO	750.000,00
VOTORANTIM	743.000,00
BV FINANCEIRA	742.600,00
CAMARGO CORREIA	700.000,00
ANHAMGUERA	636.660,75
COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ	634.000,00
IBM	600.000,00
BRASILPREV	600.000,00
HSBC	216.000,00

Relações entre valores captados e não captados



Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe, São Paulo e Tocantins. Infelizmente, apesar dos avanços nos últimos anos, a desigualdade regional é reproduzida no âmbito da Lei de Incentivo Fiscal ao Esporte. Não há nenhum Estado da região Norte do país, sendo que todos os Estados das regiões Sul e Sudeste utilizaram os benefícios da norma.

Entretanto, a diferença é ainda muito maior quando são analisados os valores de cada Estado e região. Somente o Estado de São Paulo captou 44% dos recursos. O Rio de Janeiro, 23%; Minas Gerais, 17%; e Espírito Santo, 1%. Ou seja, estão na região Sudeste 85% dos recursos captados – concentração ainda maior do que a verificada pela Lei Rouanet, quando, em 2009, a região Sudeste ficou com 79,11% dos recursos captados.

Juntas, as regiões Sul e Sudeste totalizam 96%. Com tamanha concentração, dentre os Estados que captaram, a maior parte não alcança 1%.

Concentração de Financiadores

Entre os 215 projetos que captaram no ano de 2009, 84 (39%) estão no Estado de São Paulo e os outros 61% (131 projetos) no restante do país. Tendo como base somente empresas do Estado de São Paulo, 18 companhias financiaram 21% de todos os projetos do Brasil. Isso significou um investimento de R\$ 23.190.199,07. Considerando um universo de 150 mil empresas, observa-se que o financiamento está também altamente concentrado.

Concentração de proponentes

Ainda tendo como base o Estado de São Paulo, em 2009, dos R\$ 110.769.652,38 captados no Brasil por meio da Lei Federal de Incentivo ao Esporte, 37%, ou seja, R\$ 41.379.815,27 couberam a 23 proponentes. Os 63% restantes (R\$ 69.389.837,11) foram destinados a todos os outros proponentes do país.

Possíveis propostas

Conforme se pode deduzir a partir dos números expostos, não obstante os inegáveis avanços e conquistas sociais já obtidos pela nova lei, já se apresentam os mesmos desafios existentes na Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet): concentração geográfica, concentração de proponentes, baixo índice de captação e concentração de financiadores.

O Ministério da Cultura, após seis anos de consulta pública, elaborou uma proposta de reformulação (projeto de lei nº 6.722/2010) da Lei Rouanet (8.313/1991), que está desde fevereiro na pauta do Congresso. Algumas das propostas de mudanças podem iniciar um debate de ajuste da Lei Federal de Incentivo ao Esporte.

Entre elas estão:

- A criação de um fundo nacional que financiaria diretamente os projetos aprovados pelo Ministério da Cultura, abolindo a busca pelo patrocinador e, portanto, eliminando a diferença entre projeto aprovado e apoiado;
- Os recursos também serão repassados a fundos estaduais e municipais, o que pode resultar na desconcentração geográfica. 

¹A fonte de todos os números deste artigo é o site do Ministério do Esporte: www.esporte.gov.br



Inovação

em empreendimentos solidários



Heliomar Quaresma

fundamig@fundamig.org.br

Empresário e investidor social, formado em Ciências Contábeis e Química pela UFMG, com pós-graduação em *business schools* dos Estados Unidos e Europa. Atuou como professor em cursos de especialização da FGV, UFMG e UNA. É presidente da Federação Mineira de Fundações e Associações de Direito Privado (Fundamig) e presidente da Fundação BI Social e conselheiro pedagógico do Instituto de Governança Social (IGS).

A sustentabilidade e os empreendimentos solidários são temas de profunda interdependência. Se refletirmos sobre as três dimensões (econômica, ambiental e social) que devem ser levadas em conta para o desenvolvimento das políticas organizacionais e de empreendimentos que, dentre outras coisas, possam gerar emprego, renda e bens (in)tangíveis para as comunidades nas quais se desenvolvem, acreditamos que a ideia de inovação pode contribuir para que o olhar se estenda de forma sistêmica sobre o desenvolvimento humano e planetário.

Para tratar de empreendimentos solidários é importante buscar alguns elementos conceituais. Segundo o dicionário *Michaelis*, a solidariedade é o “estado ou condição de duas ou mais pessoas que repartem entre si igualmente as responsabilidades de uma ação, empresa ou de um negócio, respondendo todas por uma e cada uma por todas”. Pode ser também o “laço ou ligação mútua entre duas ou muitas coisas dependentes umas das outras”. Ou ainda, a

“condição grupal resultante da comunhão de atitudes e sentimentos, de modo a constituir o grupo unidade sólida, capaz de resistir às forças exteriores e mesmo de tornar-se ainda mais firme em face da oposição vinda de fora”.

Assumamos como premissa que as organizações e empreendimentos solidários partem de um ideal e possuem princípios e valores (dentre eles, a solidariedade), mesmo que não explicitados formalmente. Esses valores funcionam como catalisadores do alinhamento dos sentimentos e das condutas. Então, é a ideologia básica o alicerce de alguns dos elementos constituintes da cultura organizacional, e que deveriam carregar as ideias de sustentabilidade e solidariedade.

A sustentabilidade, tal como a concebo, está calcada na ética do cuidado, tão bem articulada pelo teólogo e filósofo Leonardo Boff¹. Cuidar do meio ambiente, da família, das crianças, daqueles que conosco dividem o dia-a-dia, é base para a experiência do cuidado. Também, respeitar profundamente as opções e

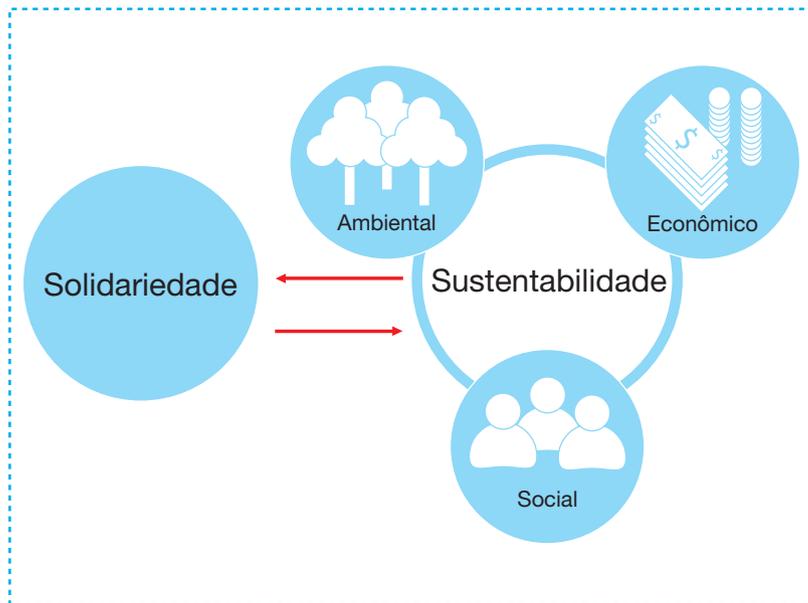
diferenças entre as pessoas independentemente de credo, raça, opção religiosa, sexual ou política institui o princípio de solidariedade que deve ser o propulsor dos empreendimentos solidários.

Sob essa perspectiva, a inovação poderia acontecer em relação: ao consumo e à distribuição de riqueza (economia); à educação centrada em metodologias focadas em valores humanos; às formas de gestão participativa e sem preconceitos culturais, sociais ou acadêmicos; e aos processos calcados no protagonismo, na experimentação e no trabalho cooperativo. O resultado tende a ser a transcendência de um sistema ególatra para um sistema de base cooperativa.

A inovação é, portanto, um sentimento de inquietação que nos impulsiona a pensar o novo para promover a sustentabilidade das organizações e a qualidade de vida das pessoas. Sem criatividade e flexibilidade para experimentação e novos aprendizados, os processos se engessam e o aspecto econômico sobrepuja o ambiental e o social, no qual o enriquecimento imediato se estabelece às custas do comprometimento da sobrevivência das futuras gerações. Os empreendimentos solidários não devem buscar apenas uma divisão mais equânime da riqueza gerada, mas também pensar todo o sistema no qual se insere e quais atitudes serão tomadas para garantir que a palavra "solidariedade" não tenha um cunho antropocêntrico.

Além disso, a inovação nos moldes propostos é um conceito que promove o alinhamento dos comportamentos para a construção da solidariedade e da sustentabilidade, sendo que o inverso é, também, verdadeiro. Cabe às lideranças promover e exemplificar tais comportamentos, contribuindo para que as práticas de cuidado e cooperação sejam institucionalizadas nos empreendimentos. 

Valores e princípios constituintes da Ideologia Básica



INOVAÇÃO

- (1) ECONOMIA consumo e distribuição de riqueza
- (2) EDUCAÇÃO centrada em metodologias focadas em valores humanos
- (3) GESTÃO participativa e sem preconceitos culturais, sociais ou acadêmicos
- (4) PROCESSOS calcados no protagonismo, na experimentação e no trabalho cooperativo

¹ Veja o livro "Saber Cuidar".

XI Congresso Brasileiro do Terceiro Setor, Direito, Contabilidade e Captação de Recursos

24 de setembro de 2010 • Hotel Renaissance • São Paulo-SP

Direito

A Lei das Filantrópicas foi alterada, porém sua consolidação ocorrerá mediante a edição de regulamento por parte dos Ministérios, e o XI Congresso será o palco para que os operadores do social debatam o assunto com juristas e autoridades públicas, acerca da melhor interpretação e aplicação das novas regras.

Contabilidade

As mudanças da Lei Contábil, a padronização contábil internacional e as recentes instruções normativas dos órgãos públicos, estão influenciando a contabilidade e a auditoria do Terceiro Setor, e somente autoridades do quilate das que estarão presentes no Congresso, é que possuem credibilidade para uniformizar o entendimento.

Captação de Recursos

Venha descobrir diferentes modelos de mobilização de recursos em prol do Terceiro Setor.

Participe da Comissão Científica acessando o nosso site - www.economica.com.br

ECONÔMICA DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

Marcos Biasioli
Coordenador Geral do Congresso

Maiores informações:

Tel: 11 5102-4654
congressos@economica.com.br

**FAÇA JÁ
SUA PRÉ-RESERVA!
VAGAS LIMITADAS!**

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Rendendo frutos à sociedade

Montadora investe na formação de jovens e na geração de renda e trabalho

Por Paula Craveiro

Compromisso com o Brasil, pioneirismo e inovação como características marcantes, produtos de alta qualidade e tecnologia, design admirado, respeito ao consumidor e responsabilidade social são atributos que compõem o perfil da Fiat Automóveis, uma das empresas automobilísticas com maior crescimento no mercado brasileiro e líder de vendas no setor.

Com investimentos da ordem de R\$ 5 bilhões até 2011, a companhia se prepara para consolidar uma capacidade de produção de 800 mil veículos ao ano, tornando-se uma das maiores fábricas de automóveis do mundo. A Fiat investe também em pesquisa e desenvolvimento de produtos, novas tecnologias, qualidade e capacitação da engenharia para executar projetos cada vez mais ousados e inovadores.

Missão e valores

Segundo Ana Luiza Veloso, coordenadora do Relacionamento com a Comunidade, a missão da Fiat é desenvolver, produzir e comercializar carros e serviços que as pessoas prefiram comprar e tenham orgulho de possuir, garantindo a criação de valor e a sustentabilidade do negócio.

“Nossos princípios englobam integridade e rigor, abertura ao debate e busca da convergência, capitalização das diferenças culturais, competência profissional como paixão, rapidez e determinação, propositividade, e vontade de superar-se”, afirma.

Fundação dos Empregados da Fiat

A montadora possui a Fundação dos Empregados da Fiat, instituição que se destina à realização de atividades de assistência social, como assistência médica, atividades de caráter social, cultural e esportivo, bem como atividades educacionais, visando ao interesse coletivo e ao bem-estar de seus beneficiários: os funcionários Fiat e seus familiares.

“A fundação realiza ações de relacionamento com a comunidade por meio de equipe própria, dentro da Diretoria de Comunicação Corporativa. Ações mais

amplas de sustentabilidade são conduzidas por um Comitê de Sustentabilidade dirigido pelo diretor de qualidade e composto por representantes de diversas áreas da empresa”, conta Ana Luiza.

Por acreditar na união entre desenvolvimento e sustentabilidade, cada passo da Fiat envolve o equilíbrio entre perspectivas econômicas, ambientais e sociais. Também por compreender que as empresas são parte de comunidades dinâmicas e cada vez mais participativas, a Fiat valoriza o relacionamento intersetorial, articulando-se permanentemente com o governo e a sociedade civil. “Deste modo, acreditamos que o papel da montadora é de participante ativa no desenvolvimento social do país por meio de suas ações de inclusão social, mas também de articuladora e mobilizadora de outras empresas e instituições”, diz.

Atuação social

Desde que chegou ao Brasil, em 1976, a Fiat estabeleceu uma relação com o país que ultrapassa os limites da fábrica e das relações comerciais. “Na época, ações assistencialistas faziam parte do dia-a-dia da montadora, muitas vezes a partir de demandas pontuais e patrocínios diversos em prol da inclusão social, cultura e esportes”, explica Ana Luiza. A partir de 1997, a empresa estruturou uma área específica para trabalhar o tema, criando estratégias de atuação e de envolvimento da empresa com os projetos.

Em 2004, a Fiat formalizou sua política de relacionamento com a comunidade por meio do Programa Árvore da Vida, iniciado na região de Betim, na comunidade Jardim Teresópolis, e hoje se estende por vários Estados brasileiros.

O programa está dividido em quatro vertentes: Jardim Teresópolis, Voluntariado, Capacitação Profissional e Parcerias, nas quais estimula o protagonismo e a participação ativa dos beneficiados em todo o processo de desenvolvimento e transformação.

Projetos em andamento

A Fiat vem desenvolvendo projetos de cunho social focados na inclusão de crianças e adolescentes a partir de ações socioculturais e de geração de trabalho e renda. “As atividades são realizadas em áreas de vulnerabilidade social, especialmente no entorno da fábrica da montadora, em Betim, e também em outras cidades do país”, comenta Ana Luiza.

Entre os principais projetos desenvolvidos pela Fiat, destacam-se:

- **Árvore da Vida – Jardim Teresópolis e Voluntariado:** o projeto, que consiste na realização de atividades socioeducativas, como dança, música, esporte, formação cidadã, geração de trabalho e fortalecimento da comunidade, começou a ser desenvolvido em 2004 no Jardim Teresópolis, em Betim, com o Programa Árvore da Vida. “Essa foi a resposta da Fiat a uma questão social importante de seu entorno. Do indivíduo, passando por sua família, até as instituições locais, todos são convidados a participarem de diferentes oportunidades do programa e a se envolver em atividades que buscam a melhoria da qualidade de vida e do desenvolvimento da comunidade”, conta Ana Luiza Veloso.

Nesse processo, os colaboradores da empresa também se envolvem através do Programa Árvore da Vida – Voluntariado. É a árvore gerando frutos, a partir de resultados concretos nos últimos cinco anos, como a redução de evasão e melhoria dos índices de rendimento escolar, aumento do nível de capacitação profissional dos jovens, empregabilidade efetiva de mais de 600 pessoas e o envolvimento direto de mais de 11 mil pessoas em prol de um lugar melhor para se viver.

- **Capacitação profissional:** Conquistar o primeiro emprego é o sonho de muitos jovens. E o Programa Árvore da Vida – Capacitação Profissional permite essa conquista, capacitando jovens em situação de vulnerabilidade social para o trabalho no setor automotivo. A parceria da Fiat Automóveis com a rede de concessionárias, o Isvor (Universidade Corporativa da Fiat) e o Senai garante qualificação e possibilita a contratação ao final do curso. “Dos 132 jovens formados até 2009, 87% estão trabalhando. Ao longo de 2010, outros 155 jovens participarão dos cursos que também passarão a acontecer nas cidades de Porto Alegre (RS) e Salvador (BA)”, destaca a coordenadora.
- **Parcerias:** Trabalhar em parceria é fortalecer ações de sucesso. Pensando nisso, a Fiat desenvolveu a



vertente Árvore da Vida – Parcerias, através da qual a empresa apoia projetos que visam a promover educação, cultura e esporte no Brasil por meio de leis de incentivo fiscal. Em 2010, são mais de 30 ações apoiadas, que beneficiarão cerca de 16,5 mil pessoas em diversas cidades do país.

Adolescentes do Jardim Teresópolis participam de oficina de percussão

Além disso, a Fiat também atua em parceria com a instituição Junior Achievement na aplicação de cursos de empreendedorismo para a comunidade carente do Jardim Teresópolis. “Foi uma experiência inicial em 2009, envolvendo efetivamente 15 empregados voluntários, mas com resultado muito importante para a empresa e para a comunidade”, garante Ana Luiza.

Conquistas e próximos passos

As maiores conquistas da montadora são os resultados humanos e de desenvolvimento nas atividades em que a empresa aposta e investe, inclusive com um importante reconhecimento da ONU através de seu Programa para o Desenvolvimento (PNUD) no Brasil, que considerou o Programa Árvore da Vida Jardim Teresópolis uma das práticas referência no país para se conquistarem avanços em relação aos Objetivos do Milênio.

“Temos perspectivas de ampliar gradativamente a capilaridade das atividades que desenvolvemos, mas principalmente conseguir realizar com excelência as práticas com as quais já estamos envolvidos e atuantes”, finaliza a coordenadora de Relacionamento.

A gestão contábil de sua organização levada a sério

SERVIÇO PERSONALIZADO E ESPECIALIZADO NO TERCEIRO SETOR

- Contabilidade gerencial com análise por orçamentos e por projetos
- Planejamento tributário, objetivando economia de forma legal
- Serviços contábil, fiscal, trabalhista e financeiro
- Auditoria e validação em arquivos eletrônicos para fiscalização (Sintegra, IN86)
- Controle e renovação de Certidões Negativas
- Consultoria e auditoria preventiva
- Intercâmbio de dados com qualquer sistema de gestão
- Informações pela web com total segurança

Três décadas
de tradição, inovação,
informação e agilidade



Quem é visto como respon



A atuação responsável ganha cada vez mais atenção não só por parte das empresas que compreendem a sua importância, mas principalmente aos olhos do consumidor, que se mostra mais exigente. A concorrência traz a necessidade de um diferencial que as empresas têm buscado por meio do exercício da cidadania corporativa, representada por ações socioambientais. Mas, afinal, quais são as companhias mais lembradas pelo consumidor, ou seja, aquelas que atuam como modelo de responsabilidade corporativa e as que atuam contrárias à sustentabilidade?

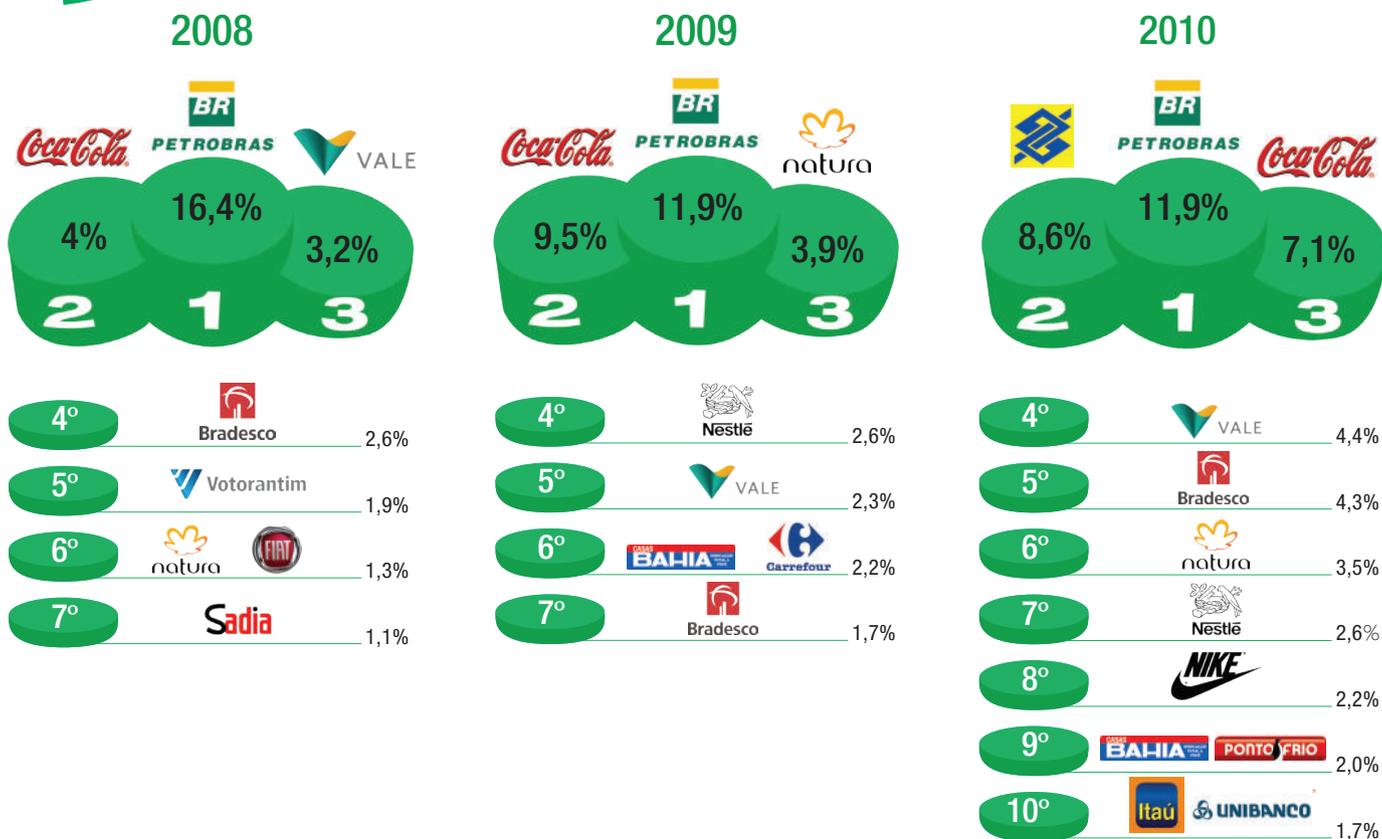
Mesmo com a queda gradativa no percentual de menções do consumidor, a Petrobras se mantém na liderança das dez empresas que atuam com responsabilidade

social corporativa (RSC). Quem passou da oitava posição em 2009 para a segunda colocação do ranking 2010 foi o Banco do Brasil. Esses são alguns dos principais resultados do estudo anual *Monitor de Responsabilidade Corporativa 2010*, realizado pela Market Analysis.

Neste ano, três empresas foram mencionadas no estudo pela primeira vez: Nike, Itaú e Ponto Frio. É importante deixar claro que as perguntas foram feitas para o consumidor comum, ou seja, nem sempre se trata de uma pessoa que conhece bem o perfil de uma empresa, mas representa sua percepção, o que o público tem em mente.

Quando questionado a "mencionar o nome de alguma empresa de grande porte que lhe vinha à cabeça e

Evolução do ranking das melhores em RSC



*Banco do Brasil, Nossa Caixa e Caixa Econômica Federal

sável pelos consumidores?

que entendia como sendo uma empresa que cumprisse suas responsabilidades sociais e ambientais melhor do que as outras e se por acaso se lembrasse de mais alguma”, as primeiras empresas mencionadas foram Petrobras, Banco do Brasil, Coca-Cola e Vale. Já quando a pergunta se referiu ao “não-cumprimento dessas responsabilidades”, as primeiras do *ranking* foram a Oi, Coca-Cola, Unilever e Petrobras.

Fazendo uma retrospectiva das empresas que constaram em ambas as listas, nos últimos anos a Petrobras mantém a liderança das melhores, embora também conste na das piores – ficou de fora apenas em 2007, quando a Mitsubishi liderou o *ranking*. Nos dois últimos anos, as últimas colocações

ficaram com as empresas de telefonia Telemar e Oi, respectivamente.

Para uma análise comparativa do quadro, é interessante acompanhar a evolução das listas nos últimos anos.

Os resultados demonstram que a comunicação e a ampliação de informação e conhecimento do consumidor exercem forte impacto sobre a imagem de marca de empresa, além da importância de um modelo de cidadania corporativa responsável, tanto de valor econômico quanto social. As companhias que não querem ser lembradas entre as “piores” devem incorporar considerações efetivas de ordem social e ambiental na hora de definir seus negócios e operações. ↻

Fonte

Estudo Monitor de Responsabilidade Social Corporativa 2010, realizado pela Market Analysis com base em 810 entrevistas com adultos de 18 a 69 anos, residentes em nove capitais: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Salvador, Porto Alegre, Curitiba, Goiânia e Brasília. Entrevistas realizadas face a face no domicílio do entrevistado entre dezembro de 2009 e janeiro de 2010. Margem de erro ±3,45%.



www.marketanalysis.com.br



info@marketanalysis.com.br



(48)3234-8573

Evolução do *ranking* das piores em RSC



*Banco do Brasil, Nossa Caixa e Caixa Econômica Federal

Prêmio Betinho 2010

Com objetivo de homenagear as organizações da sociedade civil que mais se destacaram na luta pela cidadania e combate à fome, a Câmara Municipal de São Paulo receberá, até 11 de junho, inscrições para o Prêmio Betinho de Democracia e Cidadania. Podem concorrer atividades, programas e projetos de organizações da sociedade civil sem fins lucrativos que tenham, no mínimo, 12 meses de execução, em andamento ou encerrados em 2010.

 www.camara.sp.gov.br

Escrevendo o Futuro

O Ministério da Educação e a Fundação Itaú Social lançaram, no final de março, em São Paulo, a edição 2010 da Olimpíada da Língua Portuguesa – Escrevendo o Futuro para o Estado de São Paulo. O programa tem o objetivo de ampliar as competências de leitura e escrita entre alunos de diferentes níveis de escolaridade a partir da formação de professores, contribuindo, assim, para o aperfeiçoamento didático de docentes da rede pública. A meta em 2010 é a participação de 80 mil escolas e 300 mil inscrições de professores de 5.450 municípios de todo o país. Podem participar professores e alunos do 5º ao 9º ano do Ensino Fundamental e do 1º ao 3º ano do Ensino Médio.

 www.escrevendoofuturo.org.br

Copa do Mundo é destaque nos brindes da Ação Comunitária

Há mais de dez anos inovando no mercado de brindes, a Ação Comunitária traz este ano um catálogo completo, que tem como diferencial uma linha exclusiva de produtos com o tema da Copa do Mundo, evento que é paixão nacional e acontece pela primeira vez no continente africano. Muito verde, amarelo, azul e branco estampam peças como camisetas, bonés, canecas de porcelana e gel, mochilas, *squeezes*, *mouse pads*, além de chaveiros estilizados no formato de bola e jogadores de futebol. Outra novidade do catálogo são as agendas em diversos formatos e modelos, como acabamento em espiral, brochura, agenda de bolso, diária e semanal. A Ação Comunitária também disponibiliza às empresas um setor de projetos para a criação de brindes exclusivos, ampliando a oferta de qualidade e originalidade dos produtos.

 www.acaocomunitaria.org.br



Radar

Territórios do futuro

A obra *Territórios do futuro – educação, meio ambiente e ação coletiva* (400 págs., R\$ 38), de Jean Pierre Leroy, destaca a tarefa da crítica militante na luta pela hegemonia cultural. Em um contexto de regressão social e produção destrutiva, em que não são respeitados direitos, se mercantilizam a educação e se destroem as bases da vida mediante a degradação do meio ambiente. Esse livro, que explicita uma reflexão que alia concepção de vida e ação concreta sobre temas centrais ao presente e ao futuro da vida humana, tem em sua agenda a superação das relações sociais capitalistas e de todas as formas de exploração e alienação.

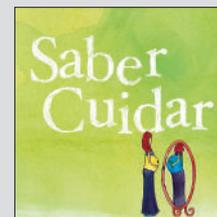
 www.lamparina.com.br



Saber Cuidar

O Instituto Ecofuturo lançou o livro *Saber Cuidar* (62 págs., *download* gratuito). O material reúne os oito projetos vencedores do 1º Prêmio Ecofuturo de Educação para a Sustentabilidade, que convidou professores de todo o Brasil a refletirem sobre como inserir a sustentabilidade de maneira multidisciplinar em todos os níveis da educação. O livro integra a rede cultural Ler é Preciso, que promove intercâmbio, formação e divulgação de novas ações culturais, incluindo a criação e distribuição de materiais de referência. Pela rede, o Ecofuturo disponibiliza o livro *Saber Cuidar*, assim como todo o acervo de suas publicações, para todos os que trabalham com educação no Brasil pelo portal do instituto.

 www.ecofuturo.org.br



Consumismo na infância

O Projeto Criança e Consumo, do Instituto Alana, encomendou a pesquisa *Consumismo na Infância* (52 págs., *download* gratuito) para o Datafolha, que mensurou a percepção dos pais com filhos entre 3 e 11 anos completos sobre alguns aspectos das propagandas direcionadas às crianças. O levantamento, realizado na cidade de São Paulo, ouviu 411 pais e mães de todas as classes econômicas. A margem de erro é de 5 pontos percentuais. Entre as conclusões, verificou-se que sete em cada dez pais afirmam ser influenciados pelos filhos na hora da compra. Segundo os participantes, as maiores motivações para os pedidos das crianças são as propagandas, seguidas dos personagens, filmes ou programas de TV.

 www.alana.org.br



Ética, sustentabilidade e sociedade

A obra *Ética, sustentabilidade e sociedade: desafios da nossa era* (256 págs., R\$ 47), de Marie Agnes Chauvel, reúne estudos de diferentes áreas do conhecimento que têm em comum o foco nas grandes questões éticas de nosso tempo, desde as imediatas, como a corrupção e a crise ambiental planetária. Entre a constante violação à ética na política brasileira e o desafio de sobrevivência do planeta, variados temas são discutidos. Os artigos reunidos têm como meta contribuir para o avanço das reflexões sobre ética e sustentabilidade nos negócios e nas suas relações com a sociedade.

 www.mauad.com.br



Metodologia de consulta

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) apresentou os resultados alcançados com a implementação de uma metodologia inédita de consulta a lideranças, crianças e adolescentes de grandes centros urbanos sobre a garantia dos direitos da infância e adolescência em comunidades populares. Desenvolvida em parceria com o Instituto Paulo Montenegro, responsável pela ação social do Ibope, a metodologia foi implementada pelo Unicef em três municípios (Rio de Janeiro, São Paulo e Itaquaquecetuba) como parte das estratégias desenvolvidas na Plataforma dos Centros Urbanos. Os resultados obtidos com as consultas permitem que as comunidades identifiquem os principais equipamentos e instituições que atuam na área da infância e adolescência, além de carências e violações de direitos.

 www.unicef.org

Iniciativa Jovem Anhembi Morumbi

Estão abertas as inscrições para mais uma edição do programa Iniciativa Jovem Anhembi Morumbi (IAM), que visa a estimular projetos sociais realizados por jovens empreendedores. Podem se inscrever jovens de 18 a 29 anos que, há pelo menos um ano, mantenham projetos sociais em benefício de um grupo ou comunidade no Estado de São Paulo. As iniciativas serão avaliadas e as 20 classificadas receberão o apoio do programa. Os integrantes das ações selecionados participarão de um curso de formação em empreendedorismo social, com orientações técnicas para elaboração, gestão e desenvolvimento de projetos durante três meses. Também farão parte da formação temas como atitude empreendedora e liderança jovem; comunicação e marketing de projetos sociais; plano de negócios para empreendimentos sociais sustentáveis, entre outros.

 www.iam.anhembi.br

Carrefour seleciona projetos de consumo e produção sustentável

A Fundação Internacional Carrefour seleciona projetos sociais para apoio financeiro. Serão contempladas ações voltadas para a melhoria das condições de alimentação no país, com foco em educação para o consumo e produção sustentável. Os projetos devem gerar elevação do patamar social, ser inovadores, ter compromisso com a comunidade e demonstrar viabilidade de crescimento. Podem participar instituições que tenham no mínimo dois anos de constituição legal, não tenham fins lucrativos e desenvolvam projetos na área de sustentabilidade. Ao todo, quatro projetos serão selecionados para receber recursos de até 60 mil euros. As inscrições podem ser feitas até o dia 29 de junho.

 www.grupocarrefour.com.br



Portal Minha Vida

Cada vez mais os brasileiros estão interessados em cuidar da saúde e melhorar sua qualidade de vida. Segundo pesquisa do Google, do total de usuários que utilizam o site de buscas, 78% acessam artigos relacionados à saúde e 68% pesquisam sobre algum tipo de tratamento. Com o objetivo de trazer informação relevante e de qualidade sobre o tema a esse público, o portal *Minha Vida* reúne conteúdo editorial, serviços, *e-commerce* e ferramentas de comunidades on-line que incentivam a adoção de hábitos saudáveis. O site fomenta a interação social por meio de conteúdo inteiramente dedicado à saúde. O portal, que conta com 20 milhões de visitas mensais, é uma empresa Endeavor e recebeu o prêmio IBest de melhor site de saúde.

 www.minhavidacom.br

Portal do ICMS Ecológico

O site do ICMS Ecológico, maior portal sobre o assunto que visa a divulgar a situação do ICMS Ecológico em cada Estado brasileiro, até o momento com Estados da mata atlântica, recebeu este ano sua primeira atualização. Entre as novidades estão as tabelas de valores repassados aos municípios e depoimentos destes sobre suas experiências na utilização desses recursos. Outra novidade é a seção *Você sabia*, que apresenta números e estatísticas sobre a realidade desse instrumento, além de reportagens, vídeos, matérias, artigos e estudos sobre o tema. Essa iniciativa é realizada pela The Nature Conservancy (TNC), com apoio da Conservação Internacional e Fundação SOS Mata Atlântica, e recursos da Tinker Foundation e da Fundação Alcoa.

 www.nature.org/brasil

ISO 26000

O Instituto Ethos acaba de inaugurar um site dedicado exclusivamente à divulgação de informações sobre a ISO 26.000, que deverá ser lançada em dezembro. Essa ISO integra a Norma Internacional de Responsabilidade Social. O site foi desenvolvido para ser uma ferramenta didática, o que facilita a preparação e o entendimento dos usuários sobre o assunto. Ele mostra todo o processo de construção da ISO 26.000, dá um panorama de seu conteúdo, além de apresentar notícias e novidades ligadas ao tema. Um dos destaques é a seção *Processo de construção*, que apresenta uma linha do tempo com os principais passos da criação da ISO. Outro destaque é a seção *Olhares sobre a norma*, que estabelece relações entre o conteúdo da ISO 26.000 e outros documentos de responsabilidade social.

 www.ethos.org.br

De olhos nas florestas

O Serviço Florestal Brasileiro, órgão do Ministério do Meio Ambiente, é responsável pela gestão das florestas brasileiras, junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e do Instituto Chico Mendes. O site traz curiosidades e informações sobre o patrimônio florestal. Nele ainda encontramos um livro de bolso com informações sobre todas as florestas do Brasil. Um tópico em destaque é o Fundo Amazônia, criado em 2008, responsável por coordenar ações de prevenção e monitorar o desmatamento na região, além de promover o uso sustentável das florestas. O site é gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que determina as diretrizes e acompanha os resultados obtidos, e um Comitê Técnico, com a atribuição de atestar as emissões decorrentes de desmatamentos na Amazônia.

 www.sfb.gov.br

Junho

Dia	Evento	Local	Realização	Info
1	Comunicando e captando recursos no Terceiro Setor – Curso Intensivo Itinerante	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
2	Tendências de Recursos Humanos na Administração Pública	São Paulo/SP	Diálogo Público	www.dialogopublico.com.br (11) 2281-9643
2 a 5	14° Educaids	São Paulo/SP	Apta	www.apta.org.br (11) 3467-9389
8	Nova Lei da Filantropia – Lei Federal nº 12.101/09	Fortaleza/CE	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
9	2º Workshop Conversa Sustentável	São Paulo/SP	Livraria Cultura	www.conversasustentavel.com.br
9	Conceitos de Planejamento Estratégico para a Administração Pública	São Paulo/SP	Diálogo Público	www.dialogopublico.com.br (11) 2281-9643
10	Estratégia e tomada de decisões baseadas em indicadores de desempenho	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
11	Elaboração de Projetos Sociais pelo Marco Lógico (Logical Framework Approach)	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
14	Elaboração de Projetos e a Captação de Recursos - Curso Intensivo Itinerante	Brasília/DF	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
16	Fontes de financiamento e as bases de dados para uma boa captação de recursos	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
16	Oficina de Elaboração e Gestão de Projetos	São Paulo/SP	Diálogo Público	www.dialogopublico.com.br (11) 2281-9643
18	Organizações ambientais: Desenvolvimento institucional e captação de recursos	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
22 a 24	Ambiental Expo 2010	São Paulo/SP	Reed Exhibitions Alcantara Machado	www.ambientalexpo.com.br (11) 3060-4954
23	Elaboração de Projetos para Captação de Recursos Internacionais	São Paulo/SP	Diálogo Público	www.dialogopublico.com.br (11) 2281-9643
24	Rotinas de um captador de recursos – uma agenda que virou livro	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
30	Política de Assistência Social na Administração Pública	São Paulo/SP	Diálogo Público	www.dialogopublico.com.br (11) 2281-9643

Julho

Dia	Evento	Local	Realização	Info
1	Comunicando e captando recursos no Terceiro Setor - Curso Intensivo Itinerante	Belém/PA	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
14	Captação de Recursos para a Administração Pública	São Paulo/SP	Diálogo Público	www.dialogopublico.com.br (11) 2281-9643
22 e 23	Jogos e Dinâmicas para educadores e Multiplicadores sociais	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
27 a 29	3ª Feira Internacional para o Intercâmbio de Boas Práticas Socioambientais (FIBoPS)	São Paulo/SP	FIBoPS	www.fibops.com.br
29 e 30	Diálogo Latino-Americano sobre Jornalismo Social	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643

Agosto

Dia	Evento	Local	Realização	Info
8	Gerenciamento de Projetos no Terceiro Setor	Botafogo/RJ	FGV	www.fgv.br (21) 3799-5995
9 a 13	Imersão em Captação e Mobilização de Recursos – 4ª Turma	Atibaia/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
25 a 27	21º. Congresso Nacional Apimec – O Papel do Mercado de Capitais em um Mundo Sustentável	São Paulo/SP	Apimec	www.21congressoapimec.com.br (31) 3213-0693

Setembro

Dia	Evento	Local	Realização	Info
1 a 3	Festival Latino-Americano de Captação de Recursos - Recife'2010	Recife/PE	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
24	XI Congresso Brasileiro do Terceiro Setor, Direito, Contabilidade e Captação de Recursos	São Paulo/SP	Econômica Desenvolvimento Empresarial	www.economica.com.br (11) 5102-4654
28 e 29	Unomarketing - feira e seminário sobre soluções de comunicação sustentável	São Paulo/SP	Sator	www.unomarketing.com.br (11) 3032-5633

- Especializado em contabilidade de entidades do 3º setor
- Assessoria *in company*: tenha o departamento contábil com a qualidade Dom Bosco em sua entidade. Terceirização da gestão fiscal e financeira com sistema ERP
- Assessoria na obtenção e gerenciamento das certificações
- Assessoria em departamento pessoal
- Assessoria na elaboração e gestão de programas, projetos e gratuidades.

São Paulo/SP

Av. Gal. Olímpio da Silveira, 655
1º e 2º andar
Perdizes – CEP 01150-001

Brasília/DF

Centro Multiempresarial
SRTVS, Quadra 701, Bloco O,
sala 611 – CEP 70340-000

(11) 3872.1195

Divulgação



Produtos artesanais da ONG Amigos do Bem

Amigos do Bem

Em 1993, um grupo de amigos liderados pela empresária Alcione de Albanesi começou a arrecadar e distribuir, no sertão nordestino, no período do Natal e Ano Novo, alimentos, roupas, colchões, cadeiras de rodas, brinquedos e remédios, além de levar atendimento médico e odontológico à população carente. Essa iniciativa deu origem, em 2002, à ONG Amigos do Bem, que tem como principal objetivo gerar desenvolvimento local e inclusão social, sendo capaz de combater a fome e a miséria por meio de ações educacionais e projetos autossustentáveis. Em poucos anos, muitas vitórias foram alcançadas, como a construção de quatro Cidades do Bem nos Estados de Pernambuco (Buíque e Inajá), Alagoas (São José da Tapera) e Ceará (Mauriti) com completa infraestrutura. Os projetos realizados visam a desenvolver o potencial de cada região e gerar autossustentabilidade, propiciando, assim, transformação para muitas vidas. Em Pernambuco, há uma plantação com mais de 100 mil pés de caju; já em Torrões, a ONG desenvolve o projeto de artesanato que capacita a população local com o objetivo de gerar renda.

 www.amigosdobem.org

Divulgação



Peças produzidas pela Associação Pescarte Livre

Associação Pescarte Livre

Com a poluição da Baía de Guanabara, a atividade de pesca ficou prejudicada na região. Assim, com o objetivo de resgatar os pescadores, catadores de carangueijo e artesãos, surgiu, em 2001, a Pescarte, grupo que descortinou, desde então, o mosaico ecológico, artesanato feito com material reciclado (embalagens plásticas) encontrado nos manguezais. Após cortado minuscionalmente, ornamenta, com a técnica do mosaico ecológico, CDs, LPs de vinil, porta-retratos, entre outros objetos. A associação desenvolve, juntamente com a comunidade, um espaço para oficinas, capacitando os envolvidos para a geração de renda, estimulando e identificando suas potencialidades e transformando suas habilidades em atividades produtivas baseadas nos princípios da sustentabilidade ambiental. A Associação Pescarte torna-se de grande relevância para a comunidade de Itambi (RJ), pois possibilita a geração de trabalho e renda, resgatando a cidadania.

 pescartelivre@gmail.com



Produtos da Cooperativa Cambucy da Serra

Cooper Cambucy da Serra

Gerar renda a partir de uma fruta tradicional, praticamente esquecida e sem valor comercial. Com esse objetivo, pequenos produtores de cambuci de Rio Grande da Serra, no grande ABC (SP), criaram, há aproximadamente três anos, a Cooper Cambucy da Serra, que produz uma série de itens, como a cachaça curtida no cambuci, polpa e o fruto inteiro congelado. As parcerias que a cooperativa já concretizou, assim como seus produtos, merecem destaque. As embalagens das cachaças, por exemplo, são confeccionadas por artesãos da região, agregando mais pessoas ao projeto e formando uma rede para a geração de renda no município. Entre os parceiros da Cooper Cambucy também figuram o Sebrae-SP e a prefeitura municipal. Outra parceira importante é a Cooperativa de Consumo (Coop), que tem sede no ABC e quase 30 unidades de distribuição no interior do Estado. Em breve, a Coop deve colocar em suas gôndulas os produtos da cooperativa.

☎ (11) 4821-7438



Produtos geram renda para comunidades atendidas pelo Instituto Meio

Instituto Meio

O Instituto Meio é uma organização privada, sem fins lucrativos, cuja missão é gerar oportunidades de emprego e renda. Com ações relacionadas à responsabilidade social, econômica e ambiental, o instituto atua em diversas áreas. Merecem destaque as ações realizadas junto à comunidade, como o Projeto Identidades. A iniciativa busca transformar a identidade local em vantagens competitivas para produtos desenvolvidos nas comunidades, micro e pequenas empresas. Para isso, são realizadas pesquisas que permitem melhorar os processos de produção. Por meio de um trabalho em equipe, são levantadas as principais referências regionais, seu contexto histórico e cultural. Essas informações resultam em um banco de dados que inclui uma relação de imagens e textos, agregando valor aos produtos e serviços. A comercialização desses materiais é encontrada no site do instituto, sendo que se trata principalmente de produtos artesanais, feitos com matéria-prima da região e produzidos a partir do uso de técnicas tradicionais e de baixo impacto ambiental.

🌐 www.institutomeio.org

Hércules para presidente



Felipe Mello

felipe@cantocidadao.org.br

Radialista, palestrante e diretor da ONG Canto Cidadão, fundada para produzir e democratizar informações sobre cidadania e direitos humanos.

A espécie humana não vive o seu melhor momento. Possivelmente, nunca na história da humanidade – parafraseando o líder mais influente da humanidade no momento, de acordo com a revista *Time* – vivemos um período de tamanha barbárie. Aos defensores do racionalismo e da capacidade produtiva, essas afirmações certamente soarão como mero saudosismo de gente atrasada. Até porque esta é a era da criatividade técnica e suas inovações no cotidiano, com aparelhos que facilitam a vida, procedimentos estéticos que fornecem a ilusão da eternidade e píslulas da felicidade – vulgos tranquilizantes – que podem ser compradas por R\$ 0,50 na farmácia da esquina.

Embora não falem argumentos racionais a favor do momento atual, quem guarda em si algum tipo de respeito à vida – os benditos sonhadores – percebe o tamanho do engodo disso que se chama civilização. Interessante perceber que se este é o momento civilizado, imagina-se que o passado foi bárbaro – não no sentido positivo do adjetivo. Exemplos ignominiosos de barbárie não faltam na história; o momento presente é apenas mais um, talvez o mais perigoso, porque o homem nunca teve tanto poder de destruição em massa. Só os Estados Unidos têm mais de 5 mil ogivas nucleares. Que sucesso! Agora eles podem destruir o planeta dezenas de vezes. Sim, barbárie, uma vez que entender como civilização o que se apresenta atualmente é o maior dos crimes contra o futuro da humanidade, pois cria a aparência do caminho certo, que estabelece uma perigosa e letal acomodação.

Antes de falar da verdadeira civilidade, por meio de um exemplo real, alguns tapas na cara de quem confunde progresso com desenvolvimento humano: na capital de São Paulo, o número de homicídios cresceu 23% em relação ao último ano, indicando que mais de quatro pessoas são mortas todos os dias. Ainda no quesito violência explícita, os roubos a banco cresceram 16%, e as extorsões mediante sequestro, 25% no mesmo período. Trata-se da cidade mais rica do país, locomotiva da economia nacional. Pura ironia, obviamente. Mudando de capítulo, outras estatísticas indicam que nos primeiros quatro meses de 2010 foram emplacados mais de 1 milhão de automóveis no Brasil. Quem vive em cidades de porte médio ou grande sabe que a equação “mais carros e ínfimo investimento em transporte coletivo” resultará em um colapso. Mas para que pensar em colapso se é a hora de estourar champanhes pelo

sucesso das vendas? Como diria Rui Barbosa, “ó, bucéfalos anácronos!”. Para terminar essa sessão de argumentos, a lista dos remédios mais vendidos em 2008 em solo tupiniquim indica o Rivotril – o tranquilizante já citado neste texto – na segunda colocação, ultrapassando produtos como Aspirina. Talvez isso justifique a sonolência frente a fatos tão contundentes.

Há uma tremenda confusão acontecendo: a era da informação é comemorada a torto e a direito e o mundo do conhecimento é aplaudido. Mas frente à realidade inegável fica claro que Píndaro tinha razão, ainda no sexto século antes de Cristo, quando dizia que “a sabedoria é o conhecimento temperado pela ética”. Informação e conhecimento não geram dignidade de vida se não forem sábios. Na mesma linha, dois dos mais expressivos gênios da humanidade podem completar o argumento: Benjamin Franklin, ao dizer que “a maior sabedoria consiste em descobrir como aumentar o bem-estar no mundo”, e Sir Isaac Newton, afirmando categoricamente que “construímos muros demais e pontes de menos”; certamente este não estava se referindo às obras da engenharia civil.

Como seria bom se Hércules fosse candidato a presidente do Brasil. Melhor ainda: se fosse candidato a governante do planeta Terra! Por quê? O mito de Hércules foi a base da formação do homem grego durante muitos séculos, dentro de processo amplo que se chamava Paideia (que durava praticamente a vida toda do indivíduo). Esse momento da humanidade (anterior ao século quinto antes de Cristo) tem o direito de se proclamar uma civilização, embora não houvesse internet disponível nem celulares que fizessem de tudo um pouco. Hércules, afinal, representa o caminho do herói, que descobre as duras penas que pela força bruta não se consegue o necessário aprimoramento. Em sua trajetória, enquanto usou braços, pernas e dentes o desastre foi completo. Iluminado pelas divindades Atená (sabedoria), Hermes (caminhos e meios) e Eros (paixão) ele aprendeu, entre outras lições representadas pelos seus 12 trabalhos, a sufocar sua violência interna, a vigiar seus vícios, a criar para si e respeitar os limites alheios, além de sempre dosar potência com gentileza e respeito à vida. Questões absolutamente urgentes nos dias atuais, marcados pela falta de respeito ao direito inalienável de nascer, viver e morrer com dignidade e honra. ☺

Acreditamos no aprimoramento das Entidades como fator de desenvolvimento do Terceiro Setor.

Com sólida atuação em 23 estados do Brasil, levamos informação e atualização aos nossos parceiros-clientes e demais entidades, ministrando cursos e palestras sobre as mais recentes transformações na legislação do Terceiro Setor, agregando valor ao trabalho desenvolvido por sua entidade.

- ▶ Auditoria Independente para Entidades do Terceiro Setor Atuantes nas Áreas de Educação, Assistência Social, Saúde e Meio Ambiente;
- ▶ Auditoria de Recursos Específicos (termos de parceria, contratos de gestão entre outros);
- ▶ Consultoria Contábil e Filantrópica para as Entidades do Terceiro Setor.



www.audisaauditores.com.br



TRABALHANDO PARA QUE O TERCEIRO SETOR FAÇA BEM A SUA PARTE

MATRIZ - São Paulo/SP
Alameda Olga, 422 - 2º andar - Bloco B
Perdizes - 01155-040
Fone: (11) 3825-9671
saopaulo@audisaauditores.com.br

Rio de Janeiro/RJ
Praia de Botafogo 501 1º Andar - Bloco 1
Torre Pão de Açúcar- 22250-040
Fone/Fax: (21) 2586-6376
riodejaneiro@audisaauditores.com.br

Porto Alegre/RS
Av Getúlio Vargas, 901 - cjo 1504
Menino Deus - 90150-002
Fone/Fax: (51) 3062-8922
portoalegre@audisaauditores.com.br

Recife/PE
Av. Conselheiro Aguiar, 2333/104
Boa Viagem - 51020-020
Fone/Fax: (81) 3463-1862
recife@audisaauditores.com.br



Festival
Latino-Americano
de Captação de Recursos

FLAC 2010

1 a 3 de
Setembro
de 2010

LOCAL:

Mar Hotel Recife
Rua Barão de Souza Leão, 451 – Boa Viagem – Recife/PE

Profissionais
brasileiros
e **estrangeiros**
se unem para trazer
estratégias inovadoras de
captação de recursos

Compareça e compartilhe você também
seu conhecimento: No evento, exponha
suas experiências no “Espaço Aberto”

Realização



Associação Brasileira de
Captadores de Recursos



Informações e Inscrições

☎ (11) 2281-9643

✉ dialogo@dialogosocial.com.br

🌐 www.dialogosocial.com.br/festival